



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO**

AMANDA MIRELY CIPRIANO SOARES

**MODELAGEM DOS FATORES QUE AFETAM O COMPORTAMENTO
AMBIENTAL DE RESIDENTES EM DESTINOS TURÍSTICOS COSTEIROS**

**NATAL
2017**

AMANDA MIRELY CIPRIANO SOARES

**MODELAGEM DOS FATORES QUE AFETAM O COMPORTAMENTO
AMBIENTAL DE RESIDENTES EM DESTINOS TURÍSTICOS COSTEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito obrigatório para obtenção do Título de Mestre, na área de Gestão em Turismo.

Orientador: Sérgio Marques Júnior. Dr.

NATAL

2017

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Soares, Amanda Mirely Cipriano.

Modelagem dos fatores que afetam o comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros/ Amanda Mirely Cipriano Soares. - Natal, 2017.

162f: il.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Marques Júnior.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

1. Destinos Turísticos Costeiros. – Dissertação. 2. Comportamento Ambiental de Residentes – Dissertação. 3. Gestão Ambiental - Dissertação. I. Marques Júnior, Sérgio. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.48-4:502

AMANDA MIRELY CIPRIANO SOARES

**MODELAGEM DOS FATORES QUE AFETAM O COMPORTAMENTO
AMBIENTAL DE RESIDENTES EM DESTINOS TURÍSTICOS COSTEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito obrigatório para obtenção do Título de Mestre, na área de Gestão em Turismo.

Orientador: Sérgio Marques Júnior. Dr.

Sérgio Marques Júnior, Dr.
(Orientador)

Luiz Augusto Machado Mendes Filho, Dr.
(Examinador Interno –UFRN)

Marcio Marreiro das Chagas, Dr.
(Examinador Externo-IFRN)

Para Ana Maria, Clérison, Bimbord, José Cipriano, Lara e Lucas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fortaleza, por me ter me concedido força e sabedoria em momentos que minha capacidade e resistência foram colocadas a prova. Por todos os momentos difíceis que não me desamparastes, dando-me o consolo interior. Ao meu Senhor dedico toda minha gratidão.

Agradeço ao meu orientador, Sérgio Marques, pela paciência, ensinamentos e disponibilidade para comigo. Professor amigo que, além de profissional altamente qualificado e experiente, é um ser humano extremamente empático, digno de admiração. Um excelente profissional que recomendarei para toda a vida!

Aos meus pais, Ana Maria e Clériston, razões do meu viver. Agradeço pelo grande incentivo e por terem me guiado ao caminho do bem, mostrando-me sempre que somos frutos do que acreditamos.

Ao meu esposo, Tomé (Bimbord), por me incentivar nas horas que o desânimo e o cansaço oprimiram, por estar comigo nos momentos em que mais precisei, principalmente, no período que minha saúde física foi comprometida. Agradeço simplesmente o companheirismo diário.

A grande Darlyne Fontes, pela força e grande incentivo no momento em que decidi ingressar no mestrado. Pelos grandes ensinamentos e amizade. Brilhante profissional da área que tenho como exemplo de vida.

A querida professora Lissa, que me concedeu a oportunidade de realizar o estágio à docência na turma em que lecionava. Profissional que tenho grande admiração desde o período de graduação.

Aos meus colegas de curso, pela troca de experiência e aprendizado, também por estarem juntos nos dias atribulados.

A todos os colaboradores do PPGTur, especialmente, Juliane, por sua competência e disposição.

Aos avaliadores do trabalho, Márcio Marreiro e Luiz Mendes, pelas riquíssimas contribuições à pesquisa e por aceitarem participar da banca avaliadora de minha qualificação e defesa.

Tudo vale a pena quando a alma não é pequena!

Fernando Pessoa

RESUMO

A zona costeira brasileira é considerada um relevante local de exploração turística tornando-se um dos espaços mais procurados pelos turistas nacionais e internacionais. Entretanto, observa-se significativo impacto ambiental gerado pela atividade, principalmente no que se refere à poluição das águas, destruição de recifes, retirada de areias das dunas, construções indevidas, entre outros. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi investigar as relações de dependência entre antecedentes capazes de influenciar o comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros, visando contribuir com a definição de melhores ações de gestão ambiental para destinos turísticos costeiros. Para tanto, propõe-se um estudo descritivo, quali-quantitativo, utilizando-se do método hipotético-dedutivo, uma vez que são utilizados alguns modelos teóricos para se chegar a construção de hipóteses. O estudo teve como objeto, os residentes do município de Baía Formosa, localizado no litoral sul do Rio Grande do Norte, a 98,9 Km de Natal, considerando uma amostragem do tipo não-probabilística que resultou na aplicação de um total de 288 questionários. O instrumento de coleta de dados contém dimensões e variáveis baseadas na Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen,1985), especificamente a Intenção Comportamental, Atitude Pró-Ambiental, Normas Subjetivas e Controle Comportamental Percebido, sendo adicionada ao modelo, o constructo Apego ao Lugar que, segundo a literatura, pode influenciar sobre o comportamento investigado. As variáveis que compõe estas dimensões foram avaliadas por meio de uma escala de 11 pontos (baseada na Escala Likert), a qual variou entre 0 (Discordo plenamente) a 10 (Concordo plenamente), conforme o nível de concordância com uma frase proposta para caracterizar cada variável. Os dados coletados foram analisados pelo método de estatística descritiva e Modelagem de Equações Estruturais. Resultados apontam que as variáveis de caráter racional têm uma maior poder explicativo do comportamento ambiental de residentes do que variáveis de caráter afetivo.

Palavras-Chave: Comportamento Ambiental de Residentes. Destinos Turísticos Costeiros. Gestão Ambiental.

ABSTRACT

The Brazilian coastal zone is considered a relevant tourist destination, becoming one of the most important places for national and international tourists. However, there is a significant environmental impact generated by the activity, mainly in relation to water pollution, reef destruction, sand dune removal, undue construction, among others. In this sense, the aim of this study was to investigate the relations of dependence between factors affecting resident environmental behavior in coastal tourist destinations, aiming to contribute with the definition of better environmental management actions for coastal tourist destinations. For that, a descriptive, quali-quantitative study was proposed, using the hypothetical-deductive method, because of some theoretical models are used to arrive at the construction of hypotheses. The study had as object, the residents of Baía Formosa, site, located on the south coast of Rio Grande do Norte, 98.9 km from Natal, considering a sample of the non-probabilistic type that resulted in the application of a total of 288 questionnaires. The data collection instrument contains dimensions and variables based on the Theory of Planned Behavior (Ajzen, 1985), specifically Behavioral Intent, Pro-Environmental Attitude, Subjective Norms and Perceived Behavioral Control, with the addition of Place Attachment construct to the model which, according to the literature, can influence the behavior investigated. The variables composing these dimensions were evaluated using a eleven-point scale (based on Likert Scale), which ranged from 0 (I strongly disagree) to 10 (I fully agree), according to the level of agreement with the proposed sentence to characterize each variable. Data collected were analyzed by descriptive statistics method and Structural Equations Modeling. Findings show that variables of rational character have a greater explanatory power of the residents environmental behavior than variables of affective character.

Key-Words: Resident Environmental Behavior. Coastal Tourist Destinations. Environmental Management.

LISTA DE SIGLAS, NOMES E ABREVIATURAS

AFE - Análise Fatorial Exploratória

AMOS – Analysis of Moment Structures

AVE – Variância Extraída

EFP - Environmentally Friendly Practices

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente

KMO – kaiser Meyer Olkin

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MSA- Medida de Adequação da Amostra

MTUR – Ministério do Turismo

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

ONU – Organização das Nações Unidas

SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente

SIMRPPN – Sistema Informatizado de Monitoramento de RPPN.

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza

WWI - Worldwatch Institute

WTOEC – World Tourism Organization Education Council

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Monitoramento da RPPN em Baía Formosa/RN.....	20
Figura 02 – Ciclo PDCA.....	38
Figura 03 - Ciclo de vida do destino turístico proposto por Butler (1980)	39
Figura 04 - Modelo Teoria do Comportamento Planejado.....	55
Figura 05 – Divisão da Norma Subjetiva	60
Figura 06 – Adição do Controle Comportamental Percebido a TAR.....	61
Figura 07 – Relação controle comportamental percebido e comportamento.....	62
Figura 08 - Localização do RN, Brasil.....	77
Figura 09 - Localização de Baía Formosa/RN.....	78
Figura 10 - Modelo Estrutural para investigar o comportamento ambiental de residentes.....	84
Figura 11 – Gênero e Estado Civil.....	88
Figura 12 – Faixa Etária e Escolaridade.....	88
Figura 13 – Ocupação dos respondentes.....	89
Figura 14 – Participação dos estudantes no Mutirão de limpeza.....	109
Figura 15 – Limpeza nas Praias de Baía Formosa/RN.....	109
Figura 16 – Equipe responsável pela de Educação Ambiental em 2012.....	110
Figura 17 – Trabalho de Educação Ambiental realizado em 2013.....	110
Figura 18 – Protesto na Praia do Pontal.....	111
Figura 19 – Movimento não a urbanização do Pontal.....	112
Figura 20 – Matéria do protesto da Praia do Pontal no G1.....	112
Figura 21 – Análise da Correlação Bivariada.....	128
Figura 22 - Modelo Estrutural Original.....	129
Figura 23 – Modelo Estrutural Reespecificado.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Teses/Dissertações sobre os temas envolvidos na pesquisa.....	21
Tabela 02 – Artigos sobre Gestão ambiental e destinos turísticos.....	23
Tabela 03- Artigos sobre Comportamento ambiental, Custos, Benefícios e Governança Ambiental.....	26
Tabela 04- Artigos sobre Comportamento Ambiental, Apego ao Lugar e Envolvimento Comunitário..	28
Tabela 05 – Artigos sobre a Teoria do Comportamento Planejado.....	30
Tabela 06 – Conceitos de competitividade.....	40
Tabela 07- Denominações referentes ao comportamento ambiental.....	50
Tabela 08 – Indicadores de apego ao lugar.....	64
Tabela 09 – Tipologia de participação social em processos decisórios.....	66
Tabela 10 - Variáveis e dimensões utilizadas no estudo.....	80
Tabela 11- Tabela Metodológica.....	86
Tabela 12 – Comportamento Ambiental dos residentes à luz da TCP.....	107
Tabela 13 - Indicadores da análise descritiva para a dimensão Atitude Pró-Ambiental.....	114
Tabela 14 - Indicadores da análise descritiva para a dimensão Normas Subjetivas.....	115
Tabela 15 - Indicadores da análise descritiva para a dimensão Controle Percebido.....	115
Tabela 16 - Indicadores da análise descritiva para a dimensão Intenção Pró-Ambiental.....	116
Tabela 17 - Indicadores da análise descritiva para a dimensão Apego ao Lugar.....	117
Tabela 18 - Indicadores da análise descritiva para a dimensão Comportamento Pró-Ambiental.....	118
Tabela 19 - Análise Fatorial Exploratória da Dimensão Atitude Pró-Ambiental.....	121
Tabela 20 - Análise Fatorial Exploratória da Dimensão Normas Subjetivas.....	122
Tabela 21 - Análise Fatorial Exploratória da Dimensão Controle Percebido.....	123
Tabela 22- Análise Fatorial Exploratória da Dimensão Intenção Pró-Ambiental.....	124
Tabela 23 - Análise Fatorial Exploratória da Dimensão Apego ao Lugar.....	125
Tabela 24 - Análise Fatorial Exploratória da Dimensão Comportamento Pró-Ambiental.....	126
Tabela 25 - Índices de Qualidade de Ajustamento do Modelo de Mensuração.....	131
Tabela 26 - Estimativa dos valores de confiabilidade composta e variância extraída dos constructos..	133

SUMÁRIO

1. Introdução	15
1.1 Problemática	15
1.2 Objetivos.....	18
1.2.1 Geral	18
1.2.2 Específicos.....	18
1.3 Justificativa.....	18
1.4 Estrutura do trabalho	33
2. Fundamentos Teóricos	35
2.1 Gestão ambiental de destinos turísticos costeiros.....	35
2.2 Comportamento ambiental de residentes.....	49
2.3 Teoria do comportamento planejado –TCP.....	53
2.3.1 Atitude pró-ambiental.....	56
2.3.2 Normas subjetivas	58
2.3.3 Controle comportamental percebido	60
2.4 Fatores capazes de influenciar o comportamento ambiental de residentes	62
2.4.1 Apego ao Lugar	63
2.4.2 Envolvimento comunitário	65
2.4.3 Percepção de Custos e Benefícios	69
2.4.4 Governança Ambiental	71
3. Metodologia e Estratégias de Ação	76
3.1. Tipologia.....	76
3.2. Área de estudo	77
3.3. População e Amostra	78
3.4. Instrumento e procedimentos de coleta de dados	79

3.5. Técnicas de Análise de Dados	82
3.6 Modelo de análise	83
3.7 Quadro metodológico	85
4. Discussão dos Resultados	87
4.1. Percepção dos residentes quanto à conduta pro-ambiental dos moradores de Baía Formosa/RN	87
4.1.1 Perfil dos respondentes	87
4.1.2 Comportamento ambiental na percepção dos residentes formosenses	89
4.1.3 Ações que caracterizam o Comportamento Ambiental	91
4.1.4 Comportamento ambiental indicado para os residentes Formosenses	94
4.1.5 Vantagens do Comportamento ambiental para Baía Formosa/RN.....	97
4.1.6 Desvantagens do comportamento ambiental para Baía Formosa/RN	99
4.1.7 Grupos e indivíduos que aprovariam o comportamento ambiental dos residentes formosenses	100
4.1.8 Grupos e indivíduos que desaprovam o comportamento ambiental dos residentes formosenses	103
4.1.9 Fatores e circunstâncias que ajudariam o comportamento ambiental dos residentes, em Baía Formosa/RN	104
4.1.10 Fatores e circunstâncias que dificultam o comportamento ambiental dos residentes, em Baía Formosa/RN	106
4.1.11 Discussão relativa ao comportamento ambiental dos residentes formosenses.....	107
4.2. Caracterização da percepção do residente quanto às variáveis capazes de influenciar o comportamento ambiental em destinos turísticos costeiros	113
4.2.1. Análise descritiva da dimensão “atitude pró-ambiental”	113
4.2.2. Análise descritiva da dimensão “normas subjetivas”	114
4.2.3. Análise descritiva da dimensão “controle percebido”	115
4.2.4. Análise descritiva da dimensão “intenção pró-ambiental”	116
4.2.5. Análise descritiva da dimensão “apego ao lugar”	117

4.3. Adequação de um modelo de mensuração capaz de investigar o relacionamento das variáveis que influenciam o comportamento ambiental do residente em destinos turísticos costeiros	119
4.3.1. Análise fatorial exploratória da dimensão “atitude pró-ambiental”	120
4.3.2. Análise fatorial exploratória da dimensão “normas subjetivas”	122
4.3.4. Análise fatorial exploratória da dimensão “intenção pró-ambiental”	124
4.3.4. Análise fatorial exploratória da dimensão “apego ao lugar”	125
4.3.5. Análise fatorial exploratória da Dimensão “comportamento pró-ambiental”	126
4.4. Desenvolvimento de um modelo estrutural de relacionamento para investigar as inter-relações existentes entre variáveis capazes de influenciar o comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros	127
4.4.1 Análise de correlações bi-variadas (r_c)	127
4.4.2. Análise do modelo estrutural	129
4.4.3. Validação dos constructos do modelo	132
4.5. Análise das Hipóteses	134
4.6. Implicações gerenciais.....	135
5. Conclusões e Recomendações	137
5.1 Conclusão da pesquisa.....	137
5.2 Recomendações e limitações do trabalho	139
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICE A.....	158
APÊNDICE B.....	161

1. Introdução

1.1 Problemática

As sociedades globais vêm passando por um intenso processo de transformação decorrente, principalmente, de um novo sistema econômico, demográfico e cultural vigentes. Contudo, essas mudanças não estão se resumindo apenas em impactos positivos, haja vista que a crescente população mundial, marcada por ideais de produção e acúmulo de capitais, têm afetado a qualidade ambiental do planeta, tendo em vista que o consumo exacerbado de matéria prima natural, torna-se consequência da influência.

Segundo o relatório “Estado do Mundo 2013” publicado pela Worldwatch Institute-WWI (2013), entre o período de 92 a 2012 nasceram 1,6 bilhão de pessoas no mundo, implicando no aumento de 50 trilhões de dólares do PIB global. Esse crescimento foi gradativo, visto que 80 milhões de novos habitantes apareceram ao logo dos anos, passando a ser diariamente 219 milhões de indivíduos consumidores na terra.

Estima-se que a população mundial aumente de 7,3 bilhões em 2015 para 11,2 bilhões em 2100, um aumento significativo de 53% (Organização das Nações Unida - ONU, 2015), o que demandará maior consumo de bens e serviços e, conseqüentemente, na ascendente utilização dos recursos naturais. A degradação da biodiversidade ambiental é fato, visto que mais de 400 espécies entre animais e vegetais do planeta estão em risco de extinção por decorrência humana (União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN, 2012).

Além do fator demográfico, verifica-se que o crescimento de algumas atividades na medida em que rende economicamente, tem implicado em sérias transformações paisagísticas nas localidades, principalmente a atividade turística. Esta se destaca, essencialmente, pelo grande potencial de fomentar a economia de um destino turístico, no caso do Brasil representa 3,7 do PIB nacional (MTur, 2016). No entanto, o seu desenvolvimento tem contribuído com o crescimento acelerado do fenômeno urbanização e obtendo, como maiores conseqüências, a degeneração dos espaços, principalmente a devastação da fauna e flora (Almeida, 2012; Diegues, 1996; Fandé & Pereira, 2014; Le, Hollenhorst, Harris, McLaughlin & Shook, 2006).

Nota-se ainda que o crescimento do turismo vem se tornando significativo em espaços naturais, visto que em só áreas de conservação ambiental o fluxo turístico tem gerado cerca de 4 milhões anuais, agregando um valor de 1,5 bilhão ao PIB brasileiro. As premissas são que as pessoas estão se direcionado para os “ambientes verdes” na tentativa de se refugiarem de problemas urbanos, como por exemplo, estresse, violência e reposição de condições físicas e

mentais (Carvalho, 2016; Queiroz, Vasconcelos & Hirata, 2012; Ruschmann, 1992; Silva & Biondi, 2012).

A zona costeira brasileira também se tornou palco de exploração desse público, constituindo-se como um dos espaços mais afetados pela ação antrópica. De imediato, observa-se a relevância ambiental desses limites costeiros, já que, no Brasil, abarcam uma área de 8.698 km² de extensão, compreendendo um espaço de aproximadamente 388.000 Km² de ecossistemas e 44 milhões de habitantes (Oliveira & Nicolodi, 2012).

Apesar disso, verifica-se que esses ambientes estão comportando demandas excessivas, tendo em vista que os destinos costeiros brasileiros atraem anualmente cerca de 1,7 milhões de turistas estrangeiros e aproximadamente 27 milhões de turistas nacionais (Ministério do Turismo, 2013). Em consequência, observa-se uma gama de entraves ambientais suscitados pela atividade, como poluição das águas, destruição de recifes, retirada de areias das dunas, construções indevidas e outros.

Problemas ambientais não podem ser associados apenas ao acelerado crescimento da urbanização aquecido pelo desenvolvimento do turismo, mas a conduta ou comportamento humano (Maloney & Ward, 1973). Essa afirmativa insultou a psicologia ambiental na tentativa de compreender até que ponto o comportamento humano pode afetar o meio ambiente. Para melhores resultados, se fez necessário definir um tipo de comportamento orientado à manutenção dos recursos naturais, chegando-se a ideia de comportamento ambiental, como pode ser observado em Bonnes & Bonaiuto (2002), Corral-Verdugo & Pinheiro (1999), e Karp (1996), por comportamento pró-ambiental.

O referido comportamento foi orientado por alguns campos de estudos, dentre eles o behaviorista, indicando que o comportamento pró-ambiental é afetado por fatores como castigos, reforçadores, antecedentes ou consequentes da conduta ambiental, considerados fatores externos ao comportamento humano; e o cognitivista, inferindo que o mesmo sofre influência de variáveis internas dos indivíduos, como atitudes, conhecimentos e personalidade (Corral-Verdugo & Pinheiro, 1999).

Por se tratar de conduta humana, o comportamento ambiental é, como se comprova em estudos como de Matos (2013) e T. S. Silva *et al.* (2014), por meio da Teoria do Comportamento Planejado (TCP), uma das teorias mais utilizadas para justificar a relação entre intenção e o comportamento humano (Davies, Foxall e Pollister, 2002).

Fundada em 1985 pelo Psicólogo Social Icken Ajzen, a TCP tem seus pressupostos baseados na Teoria da Ação Racionalizada (TRA), indicando que os indivíduos fazem uso

racional das informações disponíveis quando estão mediante a decisão e concretização de uma ação (Ajzen, 1991).

Com o objetivo maior de prever o comportamento humano através de um número reduzido de variáveis, o modelo da TCP ressalta que a intenção comportamental é o principal antecedente do comportamento. Sendo o construto citado influenciado, consecutivamente, pelas Atitudes, Normas Subjetivas e Controle Percebido. A atitude é determinada pelas crenças baseadas nas vantagens e desvantagens desse comportamento - Crenças Comportamentais; as normas subjetivas influenciadas pelas percepções advindas da pressão social - Crenças Normativas; e o controle comportamental percebido, justificado pelas crenças de controle sobre o comportamento em causa - Crenças de Controle (Luís, 2014; Martins, Moutinho & Roazzi, 2010; Peixoto, 2007; Pinto, 2007; Santos, Veiga & Moura, 2010).

Apesar de sua consolidação e usabilidade, a TCP vem sendo refutada e questionada, de modo que suas variáveis são testadas em contextos diferenciados, bem como novos construtos são adicionados, como o comportamento passado, (Moura, Veiga, Cunha & Moura, 2012; Sharifirad, Yarmohammadi, Azadbakht, Morowatisharifabad & Hassanzadeh, 2013) e o constructo Segurança (Santos *et al.*, 2010), a fim de atestar sua efetividade.

Desse modo, acredita-se que o fator Apego ao Lugar pode ser acrescentado a esta na tentativa de presumir o comportamento ambiental de residentes, tendo em vista que já existem sustentações teóricas que evidenciam a relação desta dimensão com a conduta pró-ambiental (Bonaiuto, Carrus, Mortella & Bonnes 2002; Buijs 2009; Giuliani 2004; Lee 2013; Walter & Ryan 2008; Yi-Fu Tuan, 1983).

O comportamento em questão também recebe enfoques sociológicos quando tratado em realidades turísticas, uma vez que, segundo a Teoria da Troca Social – SET, proposta por Peter Blau no Século XIX, os residentes de um destino turístico estão mais propensos apoiar atividade quando tem a percepção de benefícios. Esta também é pautada em discussões de relação entre homem e ambiente, indicando que muitos adotam uma postura mais “correta” em relação ao meio natural no momento que identificam a possibilidade de maiores benefícios, inclusive, retornos econômicos (Ferraro & Kramer, 1997; Langholz, 1999; Caixeta 2010).

Dessa forma, compreender tais fatores é relevante ao ponto de vista de sanar problemas ambientais, sobretudo os evidenciados, em destinos costeiros, bem como traçar equilíbrio entre a alta taxa populacional (50 milhões pessoas residem em áreas costeiras brasileiras, segundo o MTur, 2016), consumo dos recursos naturais e a paisagem de áreas litorâneas. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo investigar a seguinte questão: **Quais os fatores capazes de influenciar o comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros?**

Para tanto, será necessário caracterizar a percepção do residente quanto à conduta pro-ambiental dos moradores em destinos turísticos costeiros e, em seguida, caracterizar a percepção destes quanto às variáveis capazes de influenciar o comportamento ambiental neste mesmo recorte espacial, para assim adequar um modelo de mensuração capaz de investigar o relacionamento entre as variáveis sugeridas e avaliar um modelo estrutural de relacionamento para investigar as inter-relações existentes entre os itens propostos.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Avaliar os fatores capazes de influenciar o comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros.

1.2.2 Específicos

- a) Caracterizar a percepção do residente quanto à conduta pro-ambiental dos moradores de Baía Formosa/RN;
- b) Caracterizar a percepção do residente quanto às variáveis capazes de influenciar o comportamento ambiental em destinos turísticos costeiros;
- c) Adequar um modelo de mensuração capaz de investigar o relacionamento das variáveis que influenciam o comportamento ambiental do residente em destinos turísticos costeiros;
- d) Validar um modelo estrutural de relacionamento para investigar as inter-relações existentes entre variáveis capazes de influenciar o comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros.

1.3 Justificativa

Os destinos costeiros são áreas de eminente relevância ambiental, já que pelo fato de constituírem um espaço de interação dos agentes oceânicos, terrestres e atmosféricos, compreendem uma grande quantidade de ecossistemas, dentre os quais pode-se destacar os manguezais, recifes de corais, dunas, restingas, praias arenosas, costões rochosos, lagoas, estuários e marismas, os quais abrigam inúmeras espécies de flora e fauna (Ministério do Meio Ambiente, 2015).

Ressaltando-se as funcionalidades desses ecossistemas sobre o meio natural, os manguezais se destacam, pois são berçários de diversas espécies marinhas e de água doce. Assim como os recifes de coral, que se portam como diversos habitats marinhos do mundo.

Apesar disso, essas peculiaridades naturais vêm sendo agredidas excessivamente pela ação humana, por meio de atividades como pesca (artesanal e industrial), mineração, aquicultura, especulação imobiliária, além do crescimento desordenado do turismo, desencadeando a atual crise ecológica dos espaços costeiros (Cunha, 2005; Probio, 1999; Santos & Câmara, 2002).

Tal situação representa a realidade dos destinos turísticos costeiros do Rio Grande do Norte, tendo em vista que são grandes portadores de impactos ambientais provenientes da exploração petrolífera, a indústria do sal, portuárias, a extração de madeira, inclusive, do crescimento do turismo.

Os principais impactos ambientais identificados na região costeira do Rio Grande do Norte estão relacionados às atividades econômicas desenvolvidas na região. Desta forma, a exploração petrolífera, a indústria do sal, a expansão turística, as atividades portuárias, a extração de madeira, a degradação de lagoas costeiras, entre outras, têm ao longo dos últimos anos, afetado o meio ambiente de maneira bastante marcante. Dentre os principais efeitos impactantes, podemos observar: a destruição de grandes áreas de manguezais tanto para expansão do parque salineiro, como das fazendas para cultivos de peixes e crustáceos. A prática comum da construção de barragens nas gamboas tem levado à destruição de grandes áreas de vegetação nativa. Esta prática tem causado grandes desequilíbrios ao ecossistema estuarino, ocasionando mortandades de peixes, crustáceos e moluscos, afetando diretamente tanto o equilíbrio ecológico, como econômico e social das populações que subsistem desses recursos (Cunha, 2005, p.142).

Sabe-se que esses impactos não ficam concentrados em uma determinada região, mas ganham proporção significativa por outras localidades, sendo este um dos motivos considerados a realizar o presente trabalho no Município de Baía Formosa/RN, já que fica localizado a 98,9 Km da capital potiguar (IBGE, 2015), o último município do litoral Sul do Rio Grande do Norte.

Entretanto, a maior motivação da efetivação do estudo em tal localidade se deu pelo fato de compreender um destino turístico com grandes peculiaridades naturais, sobretudo por abarcar a Mata Estrela (Verificada na Figura 01), uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, registrada pela portaria nº20 de 30 de Março do ano 2000, que abrange uma área de 2.039,93 de extensão, considerada a maior reserva de Mata Atlântica do estado e maior sobre dunas do país (ICMBio, 2016; Virgínio, 2015).

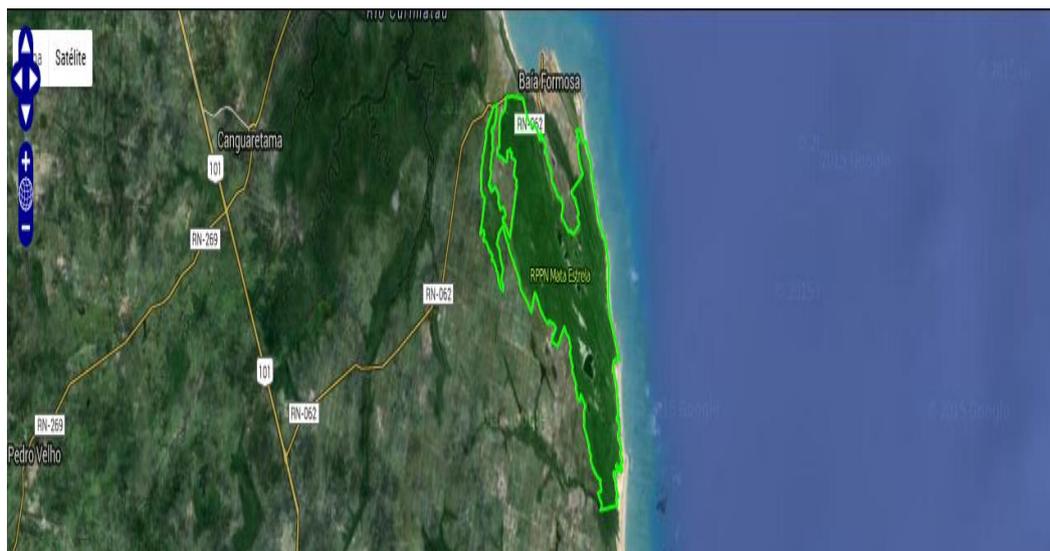


Figura 01 – Monitoramento da RPPN em Baía Formosa/RN
 Fonte: SIMRPPN, 2016.

Município de população mista (pescadores, empresários, estudantes, estrangeiros e outros), Baía Formosa comporta atualmente um total de 9.247 habitantes (IBGE, 2017). Essas características de residentes juntamente com crescimento populacional que teoricamente será verificado ao longo dos períodos, induz a diferentes comportamentos mediante ao meio ambiente. Logo, se não houver o comprometimento e afetividade da gestão do destino em sanar os problemas de viés ambiental, tais como já existentes na comunidade, a saber, saneamento básico e controle de carga nos atrativos naturais (Mirely & Virgínio, 2014), uma gama de entraves poderá surgir perante aos meios biótico e abiótico, a ponto de comprometer até mesmo a qualidade e atratividade do maior patrimônio natural desse local e, conseqüentemente, implicar em perdas no sentido competitividade do destino.

A temática abordada ao atentar para o planejamento em áreas naturais por meio da identificação do comportamento ambiental de residentes, auxilia gestores de destinos a trabalharem de forma estratégica, inclusive, sobre fatores psicológicos dos indivíduos, a fim de sanar gargalos ambientais e manter a economia de localidades turísticas, essencialmente, as que ofertam a natureza no mercado como principal atributo de estímulo ao crescimento da atividade.

No tocante ao desenvolvimento sustentável do turismo, a Gestão Ambiental torna-se pertinente, uma vez que pode incentivar por meio de seus instrumentos gerenciais, tal como a educação ambiental, uma melhor conduta humana em relação ao meio ambiente, em especial do meio ambiente natural, para assim construir políticas públicas mais efetivas e um futuro social, ambiental e econômico mais desejável.

Do ponto de vista acadêmico, acredita-se que o estudo contribuirá para cobrir uma lacuna existente em pesquisas direcionadas ao comportamento ambiental, uma vez que as elas,

geralmente, abarcam a influência de fatores sobre o fenômeno em questão de forma independente, não abrangendo a relação e o grau de ingerência de um conjunto sobre este mesmo objeto, conforme se observa em trabalhos de Bonaiuto, Carrus, Martarella e Bonnes (2002); Caixeta (2010); Coelho, Goveia e Millont (2006); Liu, Huang e Liang (2014); Musad (2015); Tompson e Barton (1994); Turaga, Howarth e Borsuk (2010); Schultz (2001); Steel (1996) e dentre outros.

Além disso, a pesquisa servirá de base para estudiosos de diversas áreas, incluindo consultores, organizações que buscam através de estudos ambientais e comportamentais diferenciais competitivos; e o governo em suas instâncias, considerado um dos principais agentes de planejamento turístico e outras atividades.

Verificou-se através de levantamento de dados alguns estudos relacionados com essa temática que deram subsídio à pesquisa totalizando em 17 trabalhos de conclusão de cursos - TCCs (teses e dissertações), de diferentes universidades (Universidade de Brasília – UNB, Universidade de Barcelona – UB, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul- UFMT, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Universidade Federal de Viçosa – UFV, Universidad de La Laguna, Universidade FUMEC, Universidade do Porto – UP, Universidade de São Paulo – USP, Universidade de Sonora); e 111 artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais.

Na Tabela 01 são apresentados TCCs que coadjuvaram de forma geral a presente pesquisa.

Tabela 01

Teses/Dissertações sobre os temas envolvidos na pesquisa

Nº	Autor	Título	Ano	Modalidade	Instituição
01	CAIXETA, D.M.	Atitudes e comportamentos ambientais: um estudo comparativo entre servidores de instituições públicas federais	2010	Dissertação	UNB
02	COELHO, J. A. P. M.	Habilidade de conservação de água: uma explicação pautada em valores humanos, emoções e atitudes ambientais.	2009	Tese	UFPB
03	CORRAL-VERDUGO, V.	Determinantes psicológicos e situacionais do comportamento de conservação de água: um modelo estrutural.	2003	Dissertação	Universidad de Sonora
04	CUNHA, E.M.S	Evolução atual do litoral de Natal-RN (Brasil) e suas aplicações a gestão integrada	2005	Tese	UB

05	GOEDERT, A. R.	Governança em rede de desenvolvimento e a experiência em Santa Catarina.	2005	Tese	UFSC
06	GOMIDES, C. S.	Atitudes, Normas Subjetivas e Controle Comportamental Percebido de uma população universitária em relação ao consumo de água: Análise à luz da Teoria do Comportamento Planejado (TPB).	2014	Dissertação	UFV
07	HIDALGO, C.	Apego al lugar: Ámbitos, dimensiones y estilos.	1998	Tese	Universidad de la Laguna
08	LACERDA, T. S.	Teorias da ação e o comportamento passado: um estudo do comportamento do consumidor no comércio eletrônico.	2006	Dissertação	UFMG
09	LUÍS, J. C. S. P.	Teoria do Comportamento Planejado, psicopatia e a intenção de reincidir em crimes contra a propriedade	2014	Dissertação	UP
10	MACHADO, L.B.	Análise da percepção ambiental da qualidade ambiental e de serviços turísticos em João Pessoa/PB	2014	Dissertação	UFRN
	PATO, C. M. L.	Comportamento Ecológico: relações com valores pessoais e crenças ambientais.	2004	Tese	UNB
11	PEIXOTO, F. C.	Estudo do Comportamento Planejado na escolha da faculdade: Uma aplicação no contexto Itabirano.	2007	Dissertação	Universidad e FUMEC
12	SALES, Â. J. C.	Atitudes Ambientais um diagnóstico para o uso sustentável dos recursos recifais.	2012	Dissertação	UFPB
13	SILVA, P. V.	Planejamento participativo integrado – Uma proposta para o turismo: o caso da Bacia do Córrego Fundo.	2007	Dissertação	UFMT
14	SILVA, M.E.M.	Gestão sustentável da orla marítima em destinos turísticos costeiros: a percepção dos atores sociais	2013	Dissertação	UFSC
15	SOUZA, J.A.B.	Gestão ambiental e competitividade em destinos turísticos: Percepção dos gestores de pequenos meio de hospedagem de Natal/RN sobre o	2012	Dissertação	UFRN

		uso de práticas ambientais como fator de competitividade			
16	VOIVODIC, R.	Gestão Ambiental e Gerenciamento Costeiro Integrado no Brasil: uma análise do Projeto Orla em Cabo Frio - RJ	2007	Dissertação	UFRJ

Fonte: Adaptado do IBICT, 2016.

Observa-se na Tabela 02, alguns artigos nacionais e internacionais direcionados à Gestão ambiental de Destinos turísticos:

Tabela 02

Artigos sobre Gestão ambiental e destinos turísticos

Nº	Nome do Periódico	Título	Autor(s)	Ano
01	Business Strategy and the Environment, V.18 (8), 542-556	How to define an environmental policy to improve corporate sustainability in developing countries.	Abreu, M.C.S.	2009
02	Revista FAE, V.3 (2), 9-16	O Planejamento Estratégico dentro do Conceito de Administração Estratégica.	Alday, H. E. C.	2000
03	Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão, V.8 (3), 55-65	Componentes da gestão estratégica nas empresas do sector automóvel.	Cordeiro, J.	2009
04	Trends in Ecology e Evolution, V.29 (11), 607-613	Organising evidence for environmental management decisions: a '4S' hierarchy.	Dicks, L. V., Walsh, J. C. & Sutherland, W. J.	2014
05	Annals of Tourism Research, 29(3), 743-761	Biodiversity and Tourism: Impacts and Interventions.	Duim, V. D. & Caldeers, J.	
06	Comunicação e Mercado/UNIGRAN, V.1(1), 21-35	Gestão de Pessoas em empresas de comunicação.	Falco, A. & Castanheira, R.	2012
07	Revista Brasileira de Estratégica – REBRAE, V.2(3), 307-315.	Gestão estratégica de pessoas como fonte de vantagens competitivas nas organizações.	Fragoso, S. A.	2009
08	Turismo Visão e Ação (Itajaí), V. 6, 69-93	La Calidad y La Competividad de los destinos turísticos urbanos.	Gândara, J. M. G.	2004
09	Management Decision, V.47 (7), 1041-1055	Historical, practical, and theoretical perspectives on green management: an exploratory analysis.	Haden, S. S. P., Oyler, J. D., Humphreys, J. H.	2009
10	International Journal of Production Research, V.48 (21), 6315-6339	In the eye of the storm: Exploring the introduction of environmental issues in the production function in Brazilian companies.	Jabbour, C.J.C.	2010

11	Journal of Cleaner Production, 21, 11-22	Environmental management in Brazil: is it a completely competitive priority?	Jabbour, C. J. C., Silva, E. M., Paiva, E. L. & Santos, F. C. A.	2012
12	Journal of Environmental Management, 92, 2130-2135	Realizing an effectiveness revolution in environmental management.	Keene, M. & Pullin, A. S.	2011
13	Ecological Economics, 82, 11-22	Opportunism and environmental management systems: Certification as a smokescreen for stakeholders.	Lannelongue, G. & J. González-Benito	2012
14	J Bus Ethics, 124, 135-147	Environmental Motivations: The Pathway to Complete Environmental Management.	Lannelongue, G., O. Gonzalez-Benito & J. Gonzalez-Benito	2014
15	Annals of Tourism Research, V.33 (2), 545-567	Environmental Management A Study of Vietnamese Hotels.	Le, Y., Hollenhorst, S., Harris, C., McLaughlin, W. & Shook, S.	2006
16	Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 12 (2), 212-223.	O estado atual de pesquisas sobre competitividade turística no Brasil.	Miki, A.F.C., Gandara, J.M.G., & Muñoz, D.R.M.	2012
17	Gest. Prod., São Carlos, V. 17(1), 51-61	Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001: uma contribuição da área de gestão de pessoas.	Oliveira, O. J. & Pinheiro, C. R. M. S.	2010
18	REGET, V.8(3), 1179-1199	Sistema de Gestão Ambiental: um estudo de caso da implantação do controle operacional no Beneficiamento de areia em uma indústria de fundições.	Soares, A. M. F, Fontona, M. E. & Morais, D. C.	2014
19	Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v.5, n°5, pp. 734 -740	Educação Ambiental e os Sistemas de Gestão Ambiental no desafio do desenvolvimento sustentável.	Alcântara, L. A., Silva, M. C. A. e Nishijima, T.	2012
20	REGET, V.18(3), 1170-1178	Impactos ambientais do turismo: um estudo sobre a percepção de moradores e turistas no Município de Paraty-RJ.	Fandé, M. B. & Pereira, V. F. G. V.	2014
21	Revista Turismo Estudos e Práticas, V.3(2), 34-59	Gestão ambiental no turismo: Uma análise dos impactos ambientais nos atrativos turísticos naturais de Baía Formosa, RN, Brasil.	Mirely, A. C. & Virgínio, D. F.	2014

22	Revista GeoNorte, V.9 (1), p.22-41.	Os parques eólicos na zona costeira do Ceará e os impactos ambientais associados.	Moura-Fé, M. M. & Pinheiro, M. V. A.	2013
23	Rev. Adm. Mackenzie, V.12(3), 83-113.	Transformando o discurso em prática: uma análise dos motivos e das preocupações que influenciam o comportamento pró-ambiental.	Pinheiro, L. V., Monteiro, D. L. C., Guerra, D. S. & Peñaloza, V.	2011
24	Estudos de Psicologia, 8(2), 235-243	A gestão ambiental, novo desafio para a psicologia do desenvolvimento sustentável	Pol, Enric.	2003
25	International Journal of Operations & Production Management, V.34 (5),565-585.	The diffusion of environmental management system and its effect on environmental management practices.	Prajogo, D., Tang, A. K.Y. & Lai, KH.	2014
26	Gest. Prod., São Carlos, V. 17(1), 51-61.	Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001: uma contribuição da área de gestão de pessoas.	Oliveira, O. J. & Pinheiro, C. R. M. S.	2010
27	Environmental Management, 52, 1041-1045.	Indigenous Studies Speaks to Environmental Management.	Richmond <i>et al.</i>	2013
28	.Revista Produção, V.8(3), __.	Sistema de Gestão Ambiental como estratégia empresarial do ramo hoteleiro.	Silva, A. R. A. F.	2008
29	International Journal of Environmental Technology and Management, V.10 (3/4), 397-411	Integrating environmental management and manufacturing strategy: an emerging competitive priority.	Silva, E.M., Jabbour, C.J.C., Santos, F.C.A.	2009
30	REGET, V.8(3), 1179-1199.	Sistema de Gestão Ambiental: um estudo de caso da implantação do controle operacional no Beneficiamento de areia em uma indústria de fundições.	Soares, A. M. F, Fontona, M. E. & Morais, D. C.	2014
31	Annals of Tourism Research, V.19, 304-322.	Beach Resort evolution: Implications for Planning.	Smith, R. A.	1992
32	Revista de Gestão Costeira Integrada, V.2 (8), 259-275.	Impactos socioambientais no litoral: um foco no turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no estado do Ceará/Brasil.	Vasconcelos, F. P & Coriolano, L. N.	2008
33	Int. J. Production Economics, 129, 251-261	Impact of lean manufacturing and environmental management on business performance: An empirical study of manufacturing firms.	Yang, M. G. M., Hong, H. & Modi, S. B.	2011

**Total de artigos sobre a
temática= 33**

Fonte: Adaptado do site Periódico Capes e Google Acadêmico, 2016.

As tabelas a seguir abordam pesquisas relacionadas à temática em questão.

Na Tabela 03 são apresentados estudos que evidenciam a relação entre comportamento ambiental e custos e benefícios, assim como da Governança Ambiental.

Tabela 03

Artigos sobre Comportamento ambiental, Custos, Benefícios e Governança Ambiental

Comportamento pró-ambiental				
Nº	Nome do Periódico	Título	Autor(s)	Ano
01	REVSBAU, 5(2),67-81.	Percepção ambiental dos residentes do Bairro Presidente Médici em Campina Grande-PB, no tocante à arborização local.	J. L. O. Araújo, A. C., Araujo & A. C. Araújo.	2010
02	Biota Amazônia, 3(3), 34-44.	Percepção e arborização urbana em Macapá, Amapá.	Castro, H. S. & Dias, T. C. A.	2013
03	Estudos de Psicologia, 4(1),7-22	Condições para o estudo do comportamento pró-ambiental.	Corral-Verdugo, v. & Pinheiro, J. Q.	1999
04	PSICO-USF, 6, 21-28	Significadodo psicológico do lixo: um estudo com Redes Semânticas naturais. PSICO-USF, 6, 21-28.	Cortez, J. C. V., Milfont, T. L. & Belo, R. P.	2001
05	GEOAMBIENTE ON-LINE, 24, Jan-Jun, 97-113.	Percepção e consciência ambiental: um estudo exploratório em Lages-SC.	Deboni, T. L., Mombach, G. N. N., Lopes, M. N & Simioni, F. J.	2015
06	Journal of Environmental Management, 111 (2012), 213-219	A framework to implement Stakeholder participation in environmental projects.	Luyet V. Schlaepfer R. Parlange, M.C. Buttler, A.	2012
07	Revista de Gestão Social e Ambiental-RGSA, 8 (3), 106-117	O comportamento ambiental de estudantes de graduação: um modelo de equações estruturais aplicado ao contexto brasileiro.	Jacomosi, R, Morano, R & Barrichello, A.	2014
Custos e Benefícios				
01	Psicologia em Estudo, V.11(1), 199-207	Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambiental.	Coelho, J. A. P. M., Gouveia, V. V., e Milfont, T.	2006
02	Revista de Estudos Ambientais, Blumenau-SC. V.2, 109-103	Algumas considerações acerca dos benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos da obtenção da certificação ISO 14000 pelas empresas.	Denardin, V. F. & Vinter, G.	2000

03	Revista Brasileira de Ciências Sociais, V.21(60), 67-81	Recursos, decisão e poder: Conselhos gestores de políticas de Curitiba.	Funks, M. & Perissinoto, R.	2006
04	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, V.5 (3), 221-232	Percepção e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS.	Kirchner, R. M., Saidelles, A. P.F. & Stumm, E. M. F.	2009
05	Environment & Behavior, 32, 576-591	A multinacional perspective on the relation between Judeo-Cristian religious beliefs and atitudes of environmental concern.	Schultz, P. W., Zelezny, L. C. & Dalrymple, N. J.	2000
Governança Ambiental				
01	Administração de Empresas, São Paulo, V.41(4), 78-86	Governança e cidadania empresarial.	Alves, L. E. S.	2001
02	Revista Ambiente e Sociedade, V.10(2), 97-118	Water Governance in the 21st Century.	Castro, J.E.	2007
03	Revista Iberoamericana de Economia Ecológica, V.1, 1-10	Economia e Ecologia: Problemas da governança ambiental no Brasil.	Cavalcanti, C.	2004
04	Sociedade e Estado, Brasília, v.24(1), 17-46	A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local.	Fonseca, I. F. & Bursztyn, M.	2009
05	Revista de Ciências Gerenciais, V.8(18), 177-194	O surgimento da expressão "Governance", Governança e Governança Ambiental.	Gomides, J. E. & Silva, A. C.	2009
06	Utilities Policy, V. 36, October, 52-56	Internal governance and member investment behavior in energy cooperatives: An experimental approach	Hanna-Helena H.; Jens R.	2015
07	Ciência e Saúde Coletiva, 17(6), 1469-1478	Governança Ambiental e Economia Verde.	Jacobi, P. R. & Sinisgalli, P. A. A.	2012
08	Annu. Rev. Environ. Resour, 31, 297-325	Environmental Governance.	Lemos, M. C.& Agrawal, A.	2006
09	Acta Amazônica. V.41(4), 481-492	Redes sociais, Capital Social e Governança Ambiental no território Portal da Amazônia.	Mertens, F., Távora, R., Fonseca, I. F., Grando, R., Castro, M. & Demenda, K.	2011
11	Resources Policy, V. 41, September,152-159	Environmental governance in Sierra Leone's mining sector: A critical analysis.	Nketti H. M.	2014

12	Journal of Cleaner Production	The role of customer relational governance in environmental and economic performance improvement through green supply chain management.	Qinghua Z., Yunting F., Seok-Beom C.	2016
Total de artigos sobre a temática= 24 (05 Comportamento pró-ambiental + 07 Custos e Benefícios + 12 Governança Ambiental)				

Fonte: Adaptado do site Periódico Capes e Google Acadêmico, 2016.

Na Tabela 04 são expostos artigos que trabalham a relação do Comportamento Ambiental, Apego ao lugar e Envolvimento comunitário.

Tabela 04

Artigos sobre Comportamento Ambiental, Apego ao Lugar e Envolvimento Comunitário

Apego ao Lugar				
Nº	Nome do Periódico	Título	Autor(s)	Ano
01	Revista Mal-estar e Subjetividade, V.7(2), 305-328	O lugar da alteridade na psicologia ambiental.	Alencar, H. F. e Freire, J. C.	2007
02	Journal of Economic Psychology, 23, 631-653	Local identity processes and environmental attitudes in land use changes: the case of natural protected areas.	Bonaiuto, M., Carrus, G., Martorella, H.; Bonnes, M.	2002
03	Journal of Environmental Management, 90(8), 2680-2689	Public support for river restoration: a mixed-method study into local residents' support for and framing of river management and ecological restoration in the Dutch floodplains.	Buijs, A. E.	2009
04	Estudos de Psicologia, V.4(1),7-22	Condições para o estudo do comportamento pró-ambiental	Corral-Verdugo, v. & Pinheiro, J. Q.	1999
05	Revista de la Escuela de Arquitectura de la Universidad de Costa Rica, V.2 (6), 1-15	Ciudad y Territorio.	Cubero, R. M.	2014
06	Estudos de Psicologia, 29(4), 609-617	O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoas-ambiente: Práticas de pesquisa.	Felipe, M. L. & Kunhen, A.	2012
07	Tourism Management, 34, 37-46	Influence analysis of community resident support for sustainable tourism development.	Lee, H.t.	2013
08	PSICO, V.40 (4), 491-497	Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia	Lima, D. M. A & Bomfim, Z. A. C.	2009

		comunitária e psicologia ambiental.		
09	Landscape and Urban Planning, 86 (2), 141-152	Place attachment and landscape preservation in rural New England: a maine case study.	Walker, A. J. & Ryan, R. L.	2008
Envolvimento Comunitário				
01	Am J Community Psychol, 46, 428–441	Educating for Informed Community Involvement.	Bringle, R. G. & Steinberg, K.	2010
02	Urban Affairs Review, 47(2), 256–279	Urban Leadership and Community Involvement: Ingredients for Good Governance?.	Haus, M. & Klausen, J. E.	2011
03	Annals of Tourism Research, 32(2), 303-324	CBET the significance of social capital.	Jones, S.	2005
04	The Social Science Journal, 47, 121-136.	Environmental activation of citizens in the context of policy agenda formation and the influence of social capital.	Jones, N.	2010
05	Tourism Management V.41, pp.190-201	The role of social capital in encouraging residents' pro-environmental behaviors in community-based ecotourism	Jingyan Liu; Hailin Qu, Danyu Huang; Gezhi Che; Xiao Yue; Xinyuan Zhao; Zhuida Liang	2014
06	Revista de Cultura e Turismo, 3, 103-121	O papel do residente na produção do espaço turístico em natal/RN	K. M. S. Alves, Fonseca & A. E. L. Alves.	2009
07	Society and Natural Resources, 12, 139-149	Exploring the effects of alternative income opportunities on rainforest use: insights from Guatemala's Maya Biosphere Reserve.	Langholz, J.	1999
08	Tourism Management, V. 41,190-201	The role of social capital in encouraging residents' pro-environmental behaviors in community-based ecotourism.	Liu, J., Chen, G., Huang, D., Qu, H., Liang, Z., Yue, Z. & Zhao, X.	2014
09	Resources Policy, 41, 152-159	Environmental governance in Sierra Leone's mining sector: A critical analysis.	Mason, N.H.	2014
10	Malaysia Marine Policy 52, February,138-144	Community attitudes towards environmental conservation behaviour: An empirical investigation within MPAs,	Masud, M. M. & Kari, F.B.	2015
11	American Prospect, 13, 35-42	The prosperous community: social capital and public life.	Putnam, R. D.	1993
12	Revista Internacional de Desenvolvimento	A importância da Participação Social na Sustentabilidade do desenvolvimento local.	Rocha, J.D. & Bursztyn, M. A.	2005

	Local, V.7(11), 45-52			
13	Annals of Tourism Research, 35, 448- 468	Community views of ecotourism.	Stronza, A. & Gordillo, J.	2005
Total de artigos sobre a temática= 22 (09 Apego ao Lugar + 13 Envolvimento comunitário).				

Fonte: Adaptado do site Periódico Capes e Google Acadêmico, 2016.

Na Tabela 05 são englobados estudos sobre a Teoria do Comportamento Planejado – TCP, ressaltando também a literatura sobre a Atitude Pró-Ambiental.

Tabela 05

Artigos sobre a Teoria do Comportamento Planejado

Teoria do Comportamento Planejado				
Nº	Nome do Periódico	Título	Autor(s)	Ano
01	Journal of Applied Social Psychology, V.42(11), 2797–2833	Comparative Study Between the Theory of Planned Behavior and the Value–Belief–Norm Model Regarding the Environment, on Spanish Housewives’ Recycling Behavior.	Aguilar-Luzón, M., García- Martínez, J. M. Á., Calvo-Salguero, A. & Salinas, J. M.	2012
02	Organizational Behavior and Human Decision Processes, 50 (2), 197-211	The Theory of Planned Behavior.	Ajzen, I.	1991
03	Journal of Applied Social Psychology, 32, 1-20	Perceived behavioral control, self-efficacy, locus of control, and the theory of planned behavior.	Ajzen, I.	2002a
04	Personality and Social Psychology Review, 6 (2), 107-122.	Residual Effects of Past on Later Behavior: Habitual and Reasoned Action Perspectives. Personality and Social Psychology Review.	Ajzen, I.	2002c
05	Leisure Sciences, 13, 185-204	Prediction of Leisure Participation From Behavioral, Normative, and Control Beliefs: an application of the theory of planned behavior.	Ajzen, F. & Driver, B. L.	1991
06	Journal of Experimental Social Psychology, 6, 466-487	The Prediction of Behavior From Attitudinal and Normative Variables.	Ajzen, I. & Fishbein, M.	1970

07	Journal of Experimental Social Psychology, V. 22 (5), 453–474	Prediction of goal-directed behavior: attitudes, intentions, and perceived behavioral control.	Ajzen, I & Madden, T. J.	1986
08	Journal of Business Ethics, 60 (2), 115-129	Unethical and Fraudulent Financial Reporting: Applying the Theory of Planned Behaviour.	Carpenter, T., & Raimers, J.	2005
09	Journal of Applied Social Psychology, 28, 206–224	The search for employment: Motivation to engage in coping behavior.	Caska, B. A.	1998
10	Beyond the intention – behavior mythology.	Beyond the intention – behavior mythology.	Davies, J., Foxall, G. R. & Pollister, J.	2002
11	Appetite, V. 57(2), 349–357	Determinants of fast-food consumption. An application of the theory of planned behaviour.	Dunn, K. I., Mohr, P., Wilson, C. J. & Wittert, G. A.	2011
12	Global Visions, V.59, 455-466	Application of Planned Behavior Theory to Account for College Students' Occupational Intentions in Contingent Employment.	Huang, JT.	2011
13	Revista de Administração, V.41(3), 221-231	A adoção de Software livre na Universidade de São Paulo.	Humes, L. L. & Reinhard, N.	2006
14	Gestão e Regionalidade, V.30(88), 107-122	Teoria do Comportamento Planejado: Uma aplicação no mercado educacional superior.	Martins, E. C. B., Serralvo, F. A. & João, B. N.	2014
15	Journal of Cleaner Production, 113, 613-623	Climate change issue and theory of planned behaviour: relationship by empirical evidence.	Masud, M. M., Al-Amin, Q. A., Junsheng, H., Ahmed, F., Yahaya S. R., Akhtar, R. & Banna, H.	2016
16	Erechim Perspectiva, V.36(136), 167-179	A Teoria do Comportamento Planejado e sua modificação com a inclusão do comportamento passado: Um estudo sobre o comportamento de tentar perder peso.	Moura, L. R. C., Veiga, R. T., Cunha, N. R. S. & Moura, L. E. L.	2012
17	Avaliação Psicológica, V.9(2), 279-287	As Teorias da Ação Racional e da Ação Planejada: Relações entre intenções e comportamentos.	Moutinho, K. & Roazzi, A.	2010
18	Revista Gestão e Tecnologia, V.7(2), 1-13	A Teoria do Comportamento Planejado (TCP) e o Índice de Disposição de Adoção de Produtos e Serviços Baseados	Pinto, M. R.	2007

		em Tecnologia (TRI): Uma interface possível?.		
19	Organizações em contexto, V.6(2), 78-106	Teoria do Comportamento Planejado Decomposto.	Santos, D. O., Veiga, R. T. & Moura, L. R. C.	2010
20	Journal of Obesity, V.2013, 1-7	Determinants of Fast Food Consumption among Iranian High School Students Based on Planned Behavior Theory.	Sharifirad, G., Yarmohammadi, P., Azadbakht, L., Morowatisharifabad, M. A. & Hassanzadeh, A.	2013
21	Information Systems Research, V.12(4), 337-345.	Research Commentary: Transformational Issues in Research IS and Net-Enabled Organizations.	Straub, D. W. & Watson, R. T.	2001
22	Journal of Occupational and Organizational Psychology, 82, 295-316	Predicting job seeking for temporary employment using the theory of planned behaviour: The moderating role of individualismo and collectivism.	Van Hooft, E. A. J., & De Jong, M.	2009
23	Journal of Vocational Behavior, 54, 142-157	Asian Americans' career choices: A path model to examine factors influencing their career choices.	Tang, M., Fouad, N. A., & Smith, P. L.	1999
24	Information Systems Research, V.6 (2), 144-176	Understanding Information Technology Usage: A Test of Competing Models.	Taylor, S. & Todd, P.A.	1995
25	Journal of Applied Psychology, 90, 411-430.	Job-search persistence during unemployment: A 10-wave longitudinal study.	Wanberg, C. R., Glomb, T. M., Song, Z., & Sorenson, S.	2005
Atitude Pró-Ambiental				
01	Revista Gestão Ambiental e Sustentabilidade, São Paulo, V.1(2),51-78	Preocupação ambiental e consumo consciente: os meus, os seus e os nossos interesses.	Beck, C. G. e Pereira, R. C. F.	2012
02	Psicologia em Estudo, V.11(1), 199-207	Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambiental.	Coelho, J. A. P. M., Gouveia, V. V., e Milfont, T.	2006
03	Journal of Environmental Psychology, 23, 247-257	Environmental beliefs and water conservation: an empirical study.	Corral-Verdugo, V., Betchel, R. B. e Fraijo-Sing, B.	2003
04	International Journal of Hospitality and Tourism Research, 2, 174-189	Host community resident's attitudes. A comparison of environmental viewpoints.	Jones, D., Jurovski, C., & Uysal, M.	2000

05	Ecological Economics, 32, 93-17	Environmental attitudes, motivations, and contingent valuation of non-use values: a case study involving endangered species.	Kotchen, M. J. & Reiling, S. D.	2000
06	Journal of Environmental Management, 47, 27-36	Thinking globally and acting locally? Environmental attitudes, behaviour and activism.	Steel, B. S.	1996
07	Journal of Environmental Psychology. V.14,149-157	Ecocentric and anthrocentric attitudes toward the environment.	Thompson, S.C. G. & Barton, M.A.	1994
Total de artigos sobre a temática= 32				

Fonte: Adaptado do site Periódico Capes e Google Acadêmico, 2016.

Mediante a exposição, observa-se que muitos assuntos podem ser agregados à gestão de destinos turísticos, inclusive, comportamento ambiental de residentes, no intuito de emendar empasses ambientais e proporcionar o desenvolvimento sustentável do turismo. Assim, a pesquisa proposta torna-se pertinente ao ponto que retrata realidades de localidades turísticas, podendo conduzir tais contribuições para estes espaços.

1.4 Estrutura do trabalho

A pesquisa está dividida respectivamente em 5 capítulos: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Resultados e Conclusões.

O primeiro capítulo vem com o intuito de contextualizar e justificar as premissas do trabalho, desse modo abarca a Problematização, Justificativa, Objetivos e Estrutura do Estudo.

O segundo capítulo apresenta os pressupostos teóricos essenciais à condução da pesquisa. Está dividido nos seguintes subcapítulos: Gestão Ambiental em Destinos Turísticos Costeiros e Considerações sobre o Comportamento Ambiental de Residentes. Este último é subdividido em: Considerações Iniciais; Teoria do Comportamento Planejado, tendo Atitude Pró-Ambiental, Normas Subjetivas e Controle Comportamental Percebido como seus subitens; e Outros Fatores, abordando o Apego ao Lugar, Envolvimento Comunitário, Custos e Benefícios e Governança Ambiental como fatores que influenciam o comportamento em questão. No entanto, os três últimos não foram incluídos no instrumento de coleta dos investigados, tendo em vista que o objetivo da inserção foi apenas de contribuição bibliográfica, não comprometendo assim a parcimônia do modelo proposto.

O terceiro capítulo engloba os procedimentos metodológicos do documento, logo apresenta de forma consecutiva a Tipologia, Área de Estudo, População e Amostra, Instrumento e Procedimentos de Coleta de Dados, Técnicas de Análise de Dados, Modelo de Análise e o Quadro Metodológico do trabalho.

O quarto capítulo tem o desígnio de atender aos objetivos da pesquisa, assim estando subdividido Análise do Perfil do Entrevistado, Análise entre as variáveis latentes e manifestas, Análise entre o fatores e Implicações Gerenciais, expõe os resultados e discussões do projeto.

O quinto e último capítulo sintetiza os resultados encontrados na elaboração, bem como evidencia lacunas e respalda as contribuições do trabalho que corroboram para efetivação de pesquisas mais fundamentadas. Referências e Apêndices prescindem este capítulo.

2. Fundamentos Teóricos

2.1 Gestão ambiental de destinos turísticos costeiros

Em sentido literal, a palavra gestão vem do latim (de *gestione*) e refere-se ao ato de gerir, administrar, cuidar, dirigir, executar ou exercer gerência sobre alguma coisa (Houaiss & Villar, 2001; Ferreira, 2009).

Contemplando-se a história da gestão, verifica-se que o termo passou a retratar alterações em modos de relações de líderes e liderados, bem como em maneiras de aplicações de objetos e pessoas em diferentes meios e organizações. A princípio, observa-se que os primitivos já incorporavam a referida no momento que estabeleciam a escrita cuneiforme, a fim de registrar colheitas e mercadorias (caso dos Sumérios); egípcios introduziam princípios de direção e controle em períodos das construções das pirâmides; e via-se a inserção do Código de Hammurabi, expondo regras de relações interpessoais, comportamentos, punições e outras. Em seguida, a gestão ganha contribuições de alguns cientistas: Frederick Taylor, Henry Gantt, Henry Fayol e Max Weber. Estes focaram, essencialmente, nas tarefas e nos trabalhos, ressaltando ao final na produtividade, redução de custos, distribuição de tarefas, sistemas de incentivos salariais, o que implicou em melhores condições de trabalhos para os colaboradores. Em períodos posteriores, a valorização de pessoal dentro de organizações ganha maior perspectiva humanística e passa ser pauta em cenário global. As discussões e aplicações relacionadas permitiram a sustentação da concepção que êxito organizacional não estaria apenas na valorização das partes, sobretudo dos maquinários, mas da integração de um conjunto, especialmente, na forma como se trabalha a obtenção de lucratividade por meio da satisfação pessoal e profissional dos funcionários (Chambel & Currel, 1998; Chiavenato, 2010, 2011; Magalhães & Pereira, 2013; Quel, 2006; Sousa, 1990).

Ao passo que esse enfoque humanístico se perdura até os dias atuais, o termo gestão passa a designar com maior ênfase os meios e processos como os indivíduos se relacionam em prol de um objetivo compartilhado ou comum (Rodriguez, 2010).

Por conseguinte, entram em cena diversos tipos de gestão: Gestão estratégica, voltada para a articulação de técnicas e métodos para se alcançar objetivos de forma eficaz (Alday, 2000; Cordeiro, 2009; Ribeiro, Galhardo, Marchi & Imperatone, 2009); Gestão de Conhecimentos, cuja estratégia é utilizar o conhecimento (capital intangível) para inovar sistemas organizacionais mediante a concorrência (Quel, 2006; Rossato, 2002; Terra & Gordon, 2011); Gestão de Pessoas, responsável por gerir o capital humano em organizações através do estabelecimento de práticas, políticas ou diretrizes (Chiavenato, 2010; Falco & Castanheira,

2012; Fragoso, 2009; Magalhães & Pereira, 2013); Gestão Transdisciplinar, visando estabelecer ambientes institucionais mais humanizados, de modo que proporcionem a realização pessoal e profissional do trabalhador (Sharp, 1999; Soares, 2006); e Gestão Empresarial e de Inovação; cuja essência é garantir a competitividade da empresa por meio de processos adaptativos à inovação (Bessant & Tid, 2009; Brum, Moiseichy, Valle, Veiga & Moraes, 2010).

Diante da diversidade da orientação da gestão, ressalta-se também a Gestão de Destinos Turísticos, a qual é orientada a desenvolver de maneira sustentável o turismo em localidades que ofertam (ou que têm potenciais de ofertar) algum atributo turístico no mercado.

Quando se trata de destinos turísticos, observa-se um consenso no que tange sua definição, tendo em vista que é compreendido por autores como espaços geográficos dotados de infraestrutura que acomodam visitantes por períodos determinados.

[...] um espaço geográfico determinado, com características de clima, raízes, infra-estruturas e serviços próprios; com certa capacidade administrativa para desenvolver instrumentos comuns de planejamento; que adquire centralidade atraindo turistas mediante produtos perfeitamente estruturados e adaptados às satisfações buscadas, graças à valorização e ordenação dos atrativos disponíveis; dotado de uma marca e que se comercializa tendo em conta seu caráter integral (Valls, 2006, p.16).

De mesma forma, a Organização Mundial do Turismo (2002), declara que:

[...] destino é um espaço físico no qual um visitante permanece ao menos por um pernoite. Inclui produtos turísticos, como serviços de apoio e atrações, e recursos turísticos ao alcance de uma viagem com retorno no mesmo dia. Possui fronteiras físicas e administrativas bem definidas para sua gestão, e imagens e percepções que configuram sua competitividade de mercado. (OMT, 2002 citado como Petrocchi, 2009, p.3).

Nessa mesma linha de pensamento, Dias (2013, p.75) afirma que “as localidades como destinos turísticos constituem-se na realidade em conglomerado de produtos turísticos, formando assim um produto turístico global”. Segundo o autor, estas podem abarcar vários recursos turísticos, como atrativos naturais, infraestrutura, serviços ofertados, cultura de residentes, ambiente acolhedor e outros, que poderão ser agrupados e comercializados.

Diante disso, verifica-se que os destinos turísticos não se tratam apenas de um limite territorial marcado pela presença de visitantes, mas um espaço de interação entre produtos e serviços turísticos que serão postos frente a uma concorrência.

Logo, a Gestão de Destinos Turísticos tem o objetivo maior de promover o desenvolvimento da atividade baseados em princípios de equidade social e econômica, bem como de responsabilidade ambiental. Em consequência, os gestores da causa devem prover habilidades para conciliar os interesses diversos, já que o turismo é uma atividade multissetorial

e que abarca o consentimento de pelo menos três agentes: o estado, autor que ganha relevância pela função a desempenhar, pois é responsável pelas estratégias de apoio ao desenvolvimento e do marketing de promoção do destino; a sociedade civil, permitindo que sua participação aproxime e valora o real sentido da sustentabilidade, haja vista que a inclusão e opiniões de pessoas da localidade resultem em maiores benefícios para a própria comunidade; e a iniciativa privada, incumbida de fomentar a economia dos destinos, essencialmente, por meio da implantação da infraestrutura turística e geração de emprego e renda para residentes (Vignati, 2012).

O autor citado destaca ainda que o gestor de destinos turísticos deve atentar e direcionar uma visão holística para toda estrutura básica de apoio ao turismo: Meios de Hospedagem, Setor de A & B, Agências de viagens, Guias de turismo, Empreendimentos de entretenimentos e lazer, Serviços públicos, Comunidade local e outras estruturas de apoio ao turismo. Para isso, são necessárias, além de capacitação profissional, algumas competências (poderes): Poder da Organização, enfatizando o empenho e comprometimento organizacional em prol de objetivos e metas estabelecidas; Poder da criatividade, retratando a importância de estimular a criação/ inovação através do prazer, já que este último teria relação direta com comprometimento e desempenho; Poder da Credibilidade, ressaltando que a confiança em líderes pode desencadear a cooperação em outros membros da equipe; e o Poder da Liderança, elucidando a forma ideal ou aproximada de conduzir uma equipe de modo íntegro e cooperativo.

Segundo Daychouw (2007); Pagliuso, Cardoso e Spiegel (2010), para melhor efetividade, em todo processo de gestão, inclusive, a de destinos, deve ser incorporado o ciclo PDCA (*PLAN*- verificar, *DO*- Executar, *CHECK*-Verificar, *ACT*- Atuar/Agir), indicando que as ações devem implementadas sempre a um montante de controle, avaliação e correções. (Ver Figura 02).

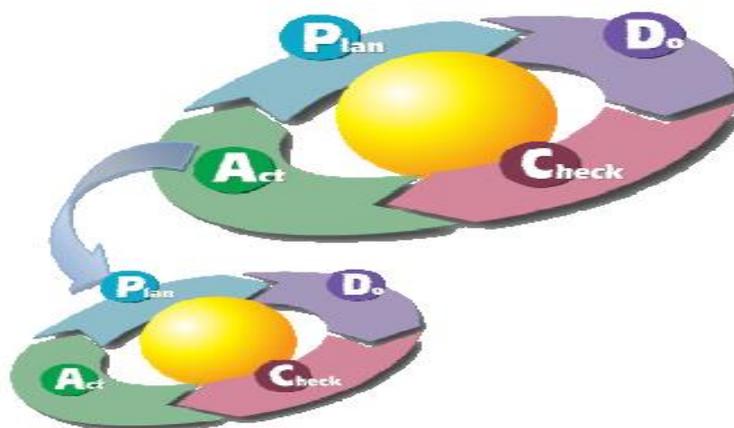


Figura 02 – Ciclo PDCA

Fonte: Bulsuk (2011, citado como Barboza & Costa 2012, p.3).

Desse modo, entende-se que atuações designadas a um destino turístico devem planejadas em um quadro de melhoria contínua, o qual permita que estas passem a ser vistoriadas, controladas e flexionadas até atenderem aos propósitos estabelecidos.

Outrossim, é tarefa do gestor de destinos turísticos mantê-los competitivos em meio ao mercado global, tendo em conta que essas localidades são configuradas em um ciclo de vida, conforme pode-se observar na Figura 03, retratando etapas de inserção de visitantes na comunidade e processos de investimentos infraestruturas. Etapas estas que se comprometidas por uma gestão ineficiente e pouco efetiva, podem levar a um resultado indesejável (ou declínio do destino).

Segundo Butler (1980), o ciclo de vida de um destino turístico é compreendido por seis fases:

- Exploração, momento em que um pequeno grupo de pessoas descobrem o local, vão atraídos pela sua oferta, e quase não provocam impactos na localidade;
- Envolvimento, estágio em que os residentes atentam para os benefícios do turismo e começam a efetivar medidas para melhor os turistas. Nesse período há aumento no número de visitantes, esses indivíduos iniciam o contato com moradores locais; desenvolvimento, fase em que se busca ao máximo, o crescimento da atividade, logo é marcada por grandes investimentos e instalações, originando grandes impactos na comunidade, principalmente, ambientais;
- Consolidação, etapa caracterizada pela diminuição do controle local mediante as atividades relacionadas com o crescimento do turismo, profundamente afetada pelo turismo de massa, de imediato são sentidos os efeitos negativos decorrentes pelo aumento dos turistas na região;

- Estagnação, momento no qual o número de turista em uma determinada localidade chega a seu ponto máximo, podendo até haver um decréscimo dos benefícios econômicos gerados pelo turismo; e
- Declínio, se depois da estagnação houver perda de interesses por parte de seus visitantes e investidores pelo destino, e o destino não conseguiu recuperar; ou o
- Rejuvenescimento, se houver novas alternativas para inovar a oferta e estimular novas demandas.

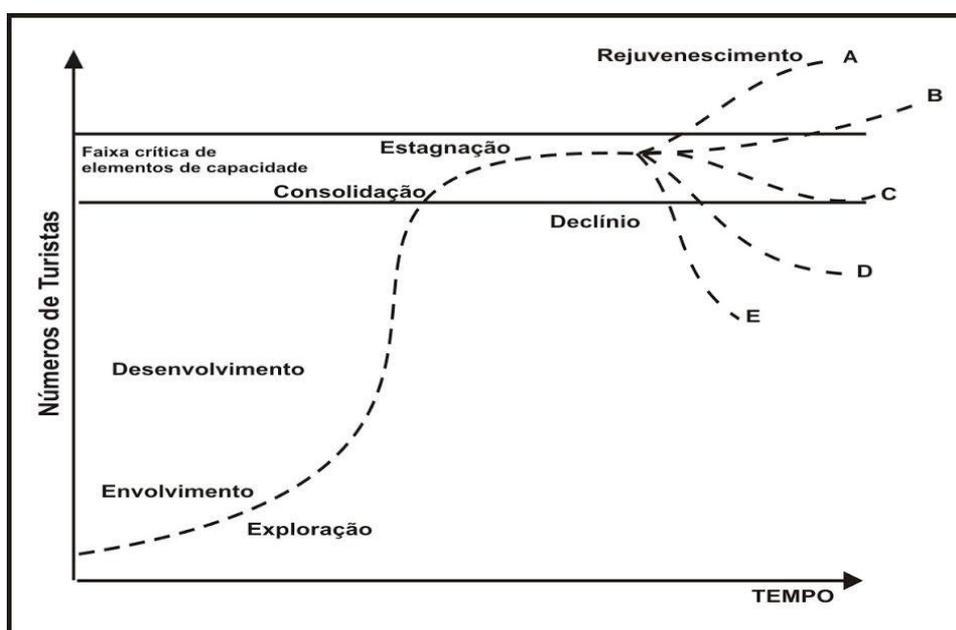


Figura 03 - Ciclo de vida do destino turístico proposto por Butler (1980)

Nota. Fonte: Recuperado de “The Concept of a Tourist Area Life Cycle of Evolution Implications for Management of Resources” de R. Butler (1980), *Canadian Geographer*, V. 24, pp. 5-12.

Verificando-se o ciclo proposto, nota-se que muitos destinos costeiros se encontram no momento de estagnação, uma vez que o segmento turístico predominante nessas áreas (sol e praia) é responsável por atrair grande número de visitantes na mesma época do ano (turismo de massa), o que tem afetado negativamente esses espaços e, conseqüentemente, tem implicando na perda da atratividade da oferta local, assim como tem enquadrado esses locais na fase do declínio.

Destarte, estratégias como agregação e investimentos em novos segmentos (Eventos, Ecoturismo, Turismo Cultura, Turismo de Aventura etc.) são articuladas, a fim de combater a sazonalidade dos destinos, a ponto de rejuvenescê-los e serem inseridos em um contexto competitivo.

O turismo de sol e praia: é uma das formas de turismo mais conhecidas, e que configurou até o momento o turismo de massa. Os destinos turísticos que exploram esse segmento estão passando por fases de reformulação de estratégias para fugir da extrema sazonalidade dessa modalidade, gerando eventos fora da época da temporada e com a exploração do ecoturismo e do turismo cultural. (Dias, 2013, p.71)

Analisando-se a competitividade como elemento estratégico da gestão de destinos, vê-se que é pertinente sua inclusão, tendo em vista que o espaço turístico está comportando consumidores altamente exigentes, dispostos a pagar bem por produtos e serviços autênticos e que lhes proporcionem maior satisfação (Dias, 2013; Molina, 2003; Vignati, 2012)

Em virtude de sua aplicação e utilidade, o termo competitividade passou a ser discutido e a representar diversos aspectos, a saber:

Tabela 06 –

Conceitos de competitividade

Autores/Data	Conceito
Scott; Lodge (1985)	“Habilidade de uma nação em produzir e distribuir bens e serviços na economia internacional, de modo que também aumente o padrão de vida da população”.
Haguenauer (1989)	“A competitividade à associada capacidade de uma indústria de produzir bens com maior eficácia que os concorrentes no que se refere preços, qualidade, tecnologia, estando relacionada às condições gerais ou específicas em que se realiza a produção da indústria vis a vis a concorrência”.
Porter (1990)	“O único conceito significativo de competitividade para uma nação é sua produtividade”.
Crouch; Ritchie (1999)	“Competitividade é capacidade de agregar valor e assim aumentar a riqueza pela gestão de bens e processos através da integração de relações, dentro de modelo econômico e social que leva em consideração o capital natural do destino e a sua preservação para as gerações futuras”.
Kozak; Rimmington (1999)	“Competitividade dos destinos turísticos constitui o elemento central do sistema turístico”

Dwyer; Forsyth; Rao (2000)	“Competitividade de destinos é um conceito geral que abrange as diferenças de preço junto com o movimento de taxa de câmbio, níveis de produtividade de vários componentes da indústria turística, e fatores qualitativos que afetam a atratividade de um destino”.
D’hauteserre (2000)	“Competitividade é capacidade do destino turístico de manter sua posição no mercado e aperfeiçoá-la através do tempo”.
Heath (2003)	“Competitividade é a habilidade de um destino disponibilizar produtos e serviços melhores que outros destinos turísticos nos aspectos da experiência turística que são consideradas importantes pelos turistas”.
Dwyer; kim (2003)	“Competitividade é a habilidade relativa do destino de conhecer as necessidades e o perfil dos turistas, para fornecer serviços e bens melhores do que os outros destinos semelhantes, nos aspectos verificados”.
Omerzel; Mihalic (2007)	“Competitividade de um destino é a habilidade do país criar valor adicionado e desta forma incrementar a saúde nacional pela gestão de ativos e processos, atratividade e proximidade”.

Fonte: Ruiz & Gandara (2012, p.5)

Em virtude disso, pode-se inferir que um destino turístico costeiro para se manter mais competitivo no mercado, além de acompanhar os padrões estabelecidos pelo mercado global, deve oferecer produtos e serviços com qualidade, até mesmo superior a de seus concorrentes, ofertar melhores preços e agregar valor aos recursos (naturais e culturais) de uma localidade.

Para alcançar essa qualidade, Gândara (2004) afirma que só é possível por meio da integração dos atores locais (governo, iniciativa privada e população) e da democratização da infraestrutura turística.

Ademais, a competitividade em um destino ou organização, conforme se comprova em estudos como de Melo e Rapé (2015); Oliveira e Pinheiro (2010); Santos, Souza e Barbosa (2006); Schenini, Lemos e Silva (2005); A. R. A. F. Silva (2008); Soares, Fontona e Morais (2014); pode também ser realçada por meio da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, atentando que este volta-se para a construção de uma imagem mais positiva

(imagem verde) de uma instituição perante a sociedade, bem como valora os atrativos, principalmente, naturais de uma localidade, implicando em maiores lucratividades para seus investidores.

A Gestão Ambiental propõe a elevação do potencial competitivo junto à preocupação com o meio ambiente, satisfazendo o interesse essencial dos empregadores (lucratividade) em paralelo à proteção ambiental, da qual é de interesse da sociedade geral (Silva & Sicsú, 2003, p.4).

Ainda para Doinare (1999, p.23):

A preocupação de muitas organizações com o problema da poluição tem feito com que elas reavaliem o processo produtivo, buscando a obtenção de tecnologias limpas e o reaproveitamento dos resíduos. Isso tem propiciado vultosas economias, que não teriam sido obtidas se elas não tivessem focado este problema.

Portanto, a gestão ambiental, efetiva e bem planejada, além de ser um instrumento fomentador da competitividade em destinos, já que atende aos interesses da sociedade atual, no sentido de produtos e/ou serviços mais autênticos e menos agressivos a natureza, torna-se um mecanismo que propõe qualidade de vida dos indivíduos por meio da convivência harmoniosa e equilibrada entre o homem e o meio natural. Essa mudança de comportamento proposta pela referida gestão é pautada em novo pensar humano regido de respeito a seu entorno, o que tem incidido novas condutas, inclusive, o comportamento pró-ambiental.

O turismo por longos períodos foi se consolidando em muitos territórios sustentado no pensamento antropocêntrico e economicista de natureza como fonte inesgotável (Cole, 2004; Diegues, 1996; Le *et al.*, 2006; Ruschamann, 2008). Desse modo, uma gama de impactos negativos foram gerados no meio ambiente natural, sobretudo em áreas onde os principais atrativos se constituem nas zonas costeiras.

Segundo Vasconcelos e Coriolano (2008, p.263), “entre os impactos negativos provocados pelo turismo, o maior deles, em regiões costeiras, é a instalação da infraestrutura, assim como a falta dela no caso da geração, recolhimento e disposição adequada de resíduos sólidos e de esgotos”.

Cooper *et al* (2007) enfatiza ainda que os efeitos antrópicos sobre destinos costeiros pode acarretar na degeneração de dunas, destruição da vegetação, alteração da estética local pelas grandes construções, acúmulos de lixos, bem como na extinção da fauna e flora.

Impactos ambientais em destinos costeiros são ressaltados em estudos como de: Duim e Caalders (2002); Fandé e Pereira (2014); Mendes, Alves, Kawamoto e Barreiros (2013); Mirely e Virgínio (2014); Moura-Fé e Pinheiro (2013); Smith (1992); Vasconcelos e Coriolano

(2008). Estes além de ratificarem as causas desses efeitos (aumento de resíduos sólidos, indústria petrolífera, expansão do turismo e crescimento imobiliário.), colocam também em evidência a efetividade de algumas alternativas consideradas “sustentáveis” que, geralmente, são implantadas nessas áreas, tal como os parques eólicos (Moura-fé & Pinheiro, 2013), com o intuito de sanar problemas ambientais.

Essas alterações, pelo fato de não se voltarem apenas ao meio ambiente, mas ao meio social, caracterizam também a atual crise socioambiental, que como medida de superação exigem imediatas mudanças de padrões de consumo no mercado global, uma vez que se coloca em jogo a própria vida humana.

As questões ambientais se constituem em um dos temas considerados globais, havendo uma tomada de consciência universal de gravidade em torno delas, uma vez que a falta chega a ameaçar a própria existência humana. Nessa perspectiva, pode-se considerar um estado de crise ambiental, crise esta causadora de grandes impactos sociais, cuja superação exige mudanças profundas não apenas nos padrões tecnológicos e científicos, como também de consumo por parte da sociedade (Machado, 2014, p.41).

Quando se trata de destinações turísticas costeiras, essa crise volta-se, essencialmente, para a qualidade ambiental, uma vez que os efeitos negativos oriundos do crescimento desenfreado do turismo, além de afetar a vida da população receptora, descaracteriza significativamente a paisagem local, afetando o fluxo turístico dessas localidades que, conseqüentemente, influencia a economia interna.

Diante disto, vê-se o interesse dos agentes do desenvolvimento do turismo local em criar estratégias, a fim de valorizar os aspectos naturais de uma localidade, já que irá atender uns dos critérios estabelecidos pelos turistas contemporâneos, que ora mais exigentes quanto às questões ambientais, estão mais dispostos a pagar por serviços com maior qualidade e autenticidade (Dias, 2013).

Logo, torna-se de grande relevância a gestão ambiental para um destino turístico que tem como oferta principal atrativos naturais, tal como regiões costeiras, uma vez que esta pode contribuir com um crescimento de um turismo mais sustentável, bem como tornar os recursos naturais de uma localidade mais autênticos e ao mesmo tempo mais competitivos no mercado.

Quando o destino turístico tem como característica principal a zona costeira, é indispensável que haja uma gestão sustentável intensa para desenvolver ambientalmente e socialmente esses espaços, uma vez que esses ambientes constituem o berço da diversidade biológica e, ao mesmo tempo exercem uma função socioambiental relevante para todas as cidades. (M. E. M. Silva, 2013, p.51).

A gestão ambiental, como já evidenciado, pode colaborar com o crescimento do turismo sustentável, mas para que isto aconteça deve ser estabelecida em princípios de integração, ou

seja, envolver todos os atores, assim como abarcar os instrumentos e ferramentas adequadas para essa gestão.

A Gestão Ambiental é de grande valia para o desenvolvimento sustentável, pois apresenta diferentes técnicas em benefício ao meio natural, mas deve-se ressaltar que, não basta apenas contarmos com sistemas de gestão eficientes e sim, abordarmos práticas de Educação Ambiental como ponto de partida, expondo conhecimentos e alternativas para minimizar os problemas ambientais e, para posteriormente aplicarmos técnicas e soluções que cabem aos Sistemas de Gestão Ambiental. (Alcântara *et al*, 2012, p.739).

Lanna (1995, p.171) definiu gestão ambiental da seguinte forma:

Processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço, visando garantir, com base em princípios e diretrizes previamente acordados/definidos, a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais/naturais, econômicos e socioculturais às especificidades do meio ambiente.

Em períodos diferentes, mas em mesma linha de pensamento Beke, Cordeiro e Theodoro (2004, p.9) caracterizaram gestão ambiental como:

Conjunto de ações que envolvem as políticas públicas, o setor produtivo e a sociedade, visando o uso racional e sustentável dos recursos ambientais. Ela engloba ações de caráter político, legal, administrativo, econômico, científico, tecnológico, de geração de informação e de articulação entre estes diferentes níveis de atuação.

Mediante isso, vê-se que a gestão ambiental através de ferramentas predefinidas e participativa busca a valorização socioambiental e econômica.

Além desses aspectos fundamentais na gestão ambiental, Lindberg e Hawkins (2005) e Frankie *et al*. (2005) consideram como instrumentos básicos: a criação de áreas de proteção ambiental, a elaboração de pesquisas que possibilitem o aprofundamento de técnicas de prevenção e conservação de áreas naturais (estudos de impactos ambientais, avaliação de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental), fiscalizações de atividades potencialmente impactantes, criação de zoneamento ecológico-econômico, programas de educação ambiental e programas de monitoramento ambiental.

Tais instrumentos corroboram com medidas mais proativas e induz a resultados mais positivos para organizações, uma vez que a gestão ambiental trata-se de um:

Processo de aplicação de inovação para alcançar a sustentabilidade, redução de resíduos, responsabilidade social, e uma vantagem competitiva através da aprendizagem contínua e desenvolvimento, abraçando metas e estratégias ambientais que estão em toda a organização totalmente integradas com os objetivos e estratégias da organização (Haden, Oyler & Humphreys, 2009, p.11).

Assim, é possível consolidar uma imagem comprometida e responsável das organizações mediante a sociedade, o que implicará na persuasão de consumidores mais

ambientalmente conscientes, acarretando em maiores lucros para seus idealizadores. Em um destino turístico, apesar das peculiaridades, o efeito é direcionado no mesmo sentido, já que a localidade ganha prestígio por remeter uma preocupação com os interesses da sociedade, por difundir uma efígie prudente com o meio ambiente, bem como por atender as propensões de grupos que estão dispostos a pagar bem por produtos e serviços de qualidade e menos nocivos a natureza, como os ecoturistas. Isto resultará em um crescimento mais sustentável da atividade e acarretará em maior qualidade de vida para a comunidade envolvida.

Lannelongue, O. Gonzalez-Benito e J. Gonzalez-Benito (2014) ressaltaram que, para melhores efeitos, o ideal é aplicar a gestão ambiental completa, ou aquela que engloba três importantes aspectos: monitoramento, ação e resultados. Enfatizando que as ações praticadas por uma gerência devem sempre está em conformidade com seus resultados. Além disso, devem ser acompanhadas por um Ciclo PDCA, de modo que possa induzir os princípios de uma política ambiental a metas específicas, acompanha-las e supervisioná-las, em seguida, adotar ações preventivas e corretivas essenciais ao andamento do processo.

Em seus estudos, os autores citados explicitaram também a gestão ambiental incompleta, tomando-a como incompleta pelo fato de não abarcar pelo menos um dos aspectos abordados (Monitoramento, Ação e Resultados), retratando, por exemplo, casos que resultados são obtidos sem acompanhamentos ou medições. Comprovando ainda que motivações de cunho burocrático (ou de legitimação) e que tornam o comportamento organizacional adepto de aprovação social e institucional, estão mais atreladas a essa gestão. Já motivações competitivas, como otimização de recursos e melhor imagem, estão mais adequas à gestão ambiental completa.

Nesse caso, a ciência poderia corroborar com a efetivação da gestão ambiental completa, já que induz a resultados baseados em evidências (Dicks, Walsh & Sutherland, 2014).

No entanto, para os autores, existe uma estreita dificuldade de relacionar a gestão ambiental com a ciência, principalmente, pela falta de acesso da literatura científica condicionada para os tomadores de decisões e pelo inexpressivo esforço de incorporar bases de evidências em estruturas de decisões, pois existem estudos nas áreas das Ciências Ambientais, porém, uma pequena parcela trabalha com os instrumentos corretos, bem como fornece informações úteis e precisas para os gestores. Outros, quando não muito complexos e taxonômicos para gerar dados necessários, são simples demais para serem apreciadas por especialistas. Dessa forma, os autores sugerem a elaboração de um modelo hierárquico (4S), que “[...] combina rigor de qualidade e avaliação crítica com rotas fácies para tomadores de decisões com o objetivo de encontrar informação científica mais disponível” (p.608), no intuito

de atrelar informações da gestão ambiental à ciência, de maneira sintetizada, confiável e sem viés.

Keene e Pullin (2011, p.2134) argumentam ainda que a efetividade de programas e políticas ambientais é colocada à tona, dado que muitos não são testados e ainda são obstruídos por barreiras técnicas, culturais e políticas. Logo, o caminho para se alcançar a eficácia e tornar práticas ambientais mais deligentes, apesar de ser um processo lento, é, além de fluxo de informações e auto-organização, a cooperação e integração, indicando que “ninguém tem resposta completa, mas todo mundo pode”.

Lannelongue e J. González-Benito (2012, p.11), partilhando do raciocínio, atentam que a integração de práticas ambientais em um sistema de gestão ambiental levam a proatividade das ações dentro de uma organização, especificadamente, aquelas que têm a capacidade de prever e corrigir impactos ambientais. Entretanto, não é garantia, já que, por exemplo, “certificação simplesmente ratifica que a organização implementou um certo número de processos para ajudar a gerir os seus impactos ambientais, sem garantir que estes processos tenham levado a um melhor desempenho ambiental”.

Os autores comprovaram que as instituições adotam o sistema de gestão ambiental de forma oportunista com a razão de atender mais as pressões e expectativas de atores internos (acionistas, sindicatos, fornecedores e clientes), do que os externos (associação, comunidade e outros).

Essa adoção também pode está associada com desempenho de mercado e financeiro desencadeada, em partes, pela aplicação do sistema de gestão ambiental, uma vez que, segundo Yang, Hong e Modi (2011), o desempenho ambiental, indicado em seus estudos como crescimento das organizações em virtude de suas responsabilidades ambientais, pode ser relacionado positiva e negativamente com esses quesitos. Positivamente quando processos e produtos inovadores e ecoeficientes são ofertados com menores despesas para os investidores, assim como menores preços e de maior qualidade no mercado, promovendo imagens por meio da satisfação dos clientes. Negativamente, no momento que a efetivação de práticas de gestão ambiental requerem mais investimentos em tecnologia e recursos humanos. Além de que a adesão dessas práticas não garante a disseminação rápida da imagem verde da instituição, o que pode implicar na oscilação da demanda, conseqüentemente, em retornos financeiros.

Apesar disso, Le *et al.* (2006) se apropriando da abordagem de Rogers (1995), que faz o agrupamento das razões que levam uma organização a adotar Práticas Ambientalmente Amigáveis (Environmentally Friendly Practices – EFP): Características das inovações, abarcando aspectos como complexidade, compatibilidade, observabilidade e vantagens relativas,

atrelando-se, geralmente, a resultados de redução de custos e aumento de vendas, ativismo no mercado; Características Organizacionais, envolvendo proporção, localização e tomadas de riscos das empresas; e Características do ambiente, voltadas para influências de demandas, políticas, regulamentos e competitividade de mercado. Observaram em ambientes Vietnamitas que as características de inovação são fatores que mais interveem no uso de EFP pelos hotéis da região, indicando também fracas correlações com o tamanho da instituição (Características Organizacionais) e das pressões exercidas pelas partes interessadas, sobretudo, clientes e fornecedores (Característica do ambiente).

Em suma, Jabbour, Silva, Paiva e Santos (2012) ao destacarem a aplicação da gestão ambiental em ambientes institucionais, ressaltaram que os principais benefícios desta execução estão atrelados, essencialmente, aos custos, qualidade, flexibilidade e entrega.

Ao adentrarem (p.12) as concepções de Silva et. al. (2009), Abreu (2009) e Jabbour (2010), nas quais ações da gestão ambiental podem ser visualizadas em três estágios:

- a) Reativa: Esta é a fase menos desenvolvida de gestão ambiental. As organizações posicionadas nesta fase tendem apenas a conformidade com a legislação e o avanço da regulamentação ambiental. O foco do sistema de gestão ambiental é evitar problemas ambientais ocorra, a gestão ambiental tende a exercer pouca autoridade na estrutura organizacional, e a empresa não se envolve em atividades externas sobre o tema ambiental;
- b) Preventiva: Nesta fase, a organização busca estratégias para otimizar o uso dos recursos naturais por meio de ecoeficiência e a aplicação de seus princípios, como os 3Rs (reduzir, reutilizar e reciclar). A questão ambiental começa a ser discutido pelas áreas de organização, a área de gestão de ambiental começa a adquirir maior performance na estrutura organizacional e algumas ações de gestão ambiental externos entram em jogo;
- c) Proativa: Esta constitui a última etapa na gestão ambiental. Nesta fase, a questão ambiental é o elemento fundamental da estratégia de negócios e para a criação de vantagens competitivas. É verificado que a área de gestão ambiental é ativo e suas ações são integradas às outras áreas da organização. A empresa começa a adotar inovações técnicas, principalmente para desenvolver produtos com baixo impacto ambiental.

Os autores identificaram que empresas brasileiras englobam mais uma abordagem preventiva, o que não é ideal para sustentar vantagem competitiva como principal meio de desempenho ambiental. Nesse caso, como o abordado, medidas proativas também são fundamentais.

Diante das abordagens, observa-se que o trabalho da gestão ambiental em um destino turístico costeiro é um tanto complexo, pois envolve inúmeras visões e estratégias, bem como pode abarcar objetivos diferenciados, isso irá variar de acordo com as concepções de cada gestor. O que se pode inferir é um assunto a ser tratado por profissionais especializados e por outras partes interessadas, maiormente, a sociedade civil, tendo em vista que é fato que agrega a desenvoltura ambiental de populações e a qualidade de vida de todos.

No tocante ao comportamento humano, entende-se que a gestão ambiental, como instrumento de valoração dos interesses ambientais, é eficaz, ambientalmente falando, no sentido atrair pessoas com condutas mais éticas para uma destinação, bem como para estimular o comportamento pró-ambiental de residentes.

Para Pol (2003), o estudo do comportamento humano é fundamental para a efetivação da gestão ambiental, uma vez que para a elaboração de projetos e produtos tem que se avaliar primeiramente a aceitação social, entender o gosto dos consumidores. Além do mais, os procedimentos, estratégias e normas utilizadas por esta, estão pautadas na mudança de valores e atitudes dos indivíduos no concerne ao meio natural.

O autor ressalta ainda que a produção de um produto, inclusive, ecologicamente mais correto, pode ser resumido em um ciclo que envolve tendências dos clientes potenciais e reais, como também engloba possíveis comportamentos que podem interferir nesse processo.

No ciclo de projeto e produção deve-se levar em consideração as tendências de comportamentos do usuário, como condicionantes do projeto; além do comportamento das pessoas que intervêm no ciclo produtivo, como fator humano que pode provocar desvio de comportamentos desejados, com consequências ambientais. No ciclo de uso, é fundamental prever não só os usos primários, para quais o produto foi desenhado, mas também os usos secundários ou reutilizações, e as destinações finais que podem ser dadas por grupos específicos de usuários. Em ambos os casos, trata-se de análise e previsão de comportamentos (Pol, 2003, p.239).

Quando se pretender estimular um consumo mais consciente e convivência mais harmoniosa entre o homem e o meio ambiente, a educação ambiental torna-se uma ferramenta de grande valia para a gestão ambiental, já que tem o potencial de estimular o comportamento pró-ambiental nos indivíduos de uma localidade, seja no ato adquirir um produto menos agressivo ao meio natural, ou até mesmo, despertar um sentimento de apego ao lugar, essencialmente, a natureza que vislumbra, o que passará a requerer de visitantes mais cautelas sobre o espaço em que habitam.

A escola pode ser aliada a esse processo de “reconstrução” do ser humano, abarcando um novo modo do indivíduo a enxergar e se relacionar com seu entorno, tendo em vista que tem um “[...] papel fundamental no desenvolvimento dessa consciência ambiental ao ajudar o

aluno (cidadão) a ter uma visão ampla e completa do ambiente que vive” (Pinheiro, Monteiro, Guerra & Peñaloza, 2011, p.90).

É parte importante também trabalhar estrategicamente sobre as diferenças étnicas e culturais, dado que, por exemplo, povos indígenas exercem poderes e condutas especiais sobre o meio ambiente, haja vista que leis sustentam seus direitos, assim como a natureza é entendida como fundamental para sustentação de sua cultura, aspectos estes que podem ser vinculados à gestão em prol da conservação dos recursos naturais. Para isso, é necessário conhecer legislações e saber conciliar conflitos por assimetrias, como forte ativismo e interesses de grupos considerados hegemônicos (Richmond *et al.*, 2013).

Diante disto, percebe-se que a eficiência de uma gestão ambiental está a diretamente relacionada com os meios e processos utilizados para compreender as condutas humanas e flexiona-las em benefício ao meio ambiente natural, como também para provento da humanidade.

2.2 Comportamento ambiental de residentes

A base de uma sociedade equilibrada está diretamente relacionada com a forma como as pessoas se conduzem mediante as situações que estão ao seu entorno, seja no modo como se relacionam com os familiares e vizinhos, tratam de problemas políticos e ideológicos, bem como se deparam com questões financeiras e se comportam perante o meio ambiente (artificial, natural e cultural).

Logo, quando se trata de planejamento de regiões turísticas, esse equilíbrio volta-se significativamente para participação e/ou responsabilidade social, ou seja, modo como os indivíduos de uma determinada localidade (residentes) participam de ações políticas que favoreçam o crescimento do turismo local, e por meio deste possibilite maiores retornos socioambientais e econômicos para a região, onde foi inserido.

A participação da comunidade, no âmbito do planejamento turístico, pode implicar em diversos benefícios, dentre eles: melhor confiança nas decisões, melhor aceitação pública, melhores compreensões de projetos e questões, integração dos vários interesses e opiniões, promoção e desenvolvimento da aprendizagem social (Luyet; Schlaepfer; Parlange e Buttler, 2012).

No caso de destinos turísticos costeiros, o planejamento da atividade deve ainda ser mais aguçado, pois apesar de sua relevância ambiental, já que são áreas ambientalmente sensíveis, caracterizadas por grandes ecossistemas e biodiversidade, se constituem como um dos espaços mais impactados pela ação antrópica. Logo, efetivação de novas políticas públicas baseadas em

princípios sustentáveis torna-se essencial para se obter um desenvolvimento turístico menos subversivo e mais desejável.

Diante disso, verifica-se que a responsabilidade social atrelada ao gerenciamento turístico pode implicar em uma série de benefícios ambientais, tais como: conservação dos recursos naturais, difusão da consciência ambiental, preservação da fauna e flora e outros (Bonfato, 2007; Dias 2013).

Para isso, se faz necessário que os próprios residentes adotem um comportamento ambiental, ou seja, comportamento conduzido a boas práticas de preservação e conservação de recursos naturais. Este foi investigado por longos períodos, recebendo vários enfoques e denominações, conforme pode-se observar na Tabela 07:

Tabela 07

Denominações referentes ao comportamento ambiental

DENOMINAÇÃO	AUTOR(S)
Comportamento Ecológico	Kaiser, Wolfing, & Fuher (1999); Pato (2004).
Comportamento Pró-ambiental	Bonnes & Bonaiuto (2002); Corral-Verdugo & Pinheiro (1999); Karp (1996).
Comportamento Ambientalmente Responsável	Mobley, Vagias & DeWard (2009); Thogersen (2006).
Comportamento Ambientalmente Significante	Gatersleben, Steg, & Vlek (2002); Stern (2000).
Comportamento Ecológico Responsável	Calvo-Salguero, Aguilar-Luzón, & BerrioMartos (2008).

Fonte: Caixeta (2010, p.15.)

Para o presente estudo, entende-se comportamento ambiental como sinônimo de comportamento pró-ambiental (Bonnes & Bonaiuto, 2002; Corral-Verdugo & Pinheiro, 1999)

O comportamento pró-ambiental é um dos pontos de investigação da psicologia ambiental. Isso só foi possível depois de uma mudança de paradigma, no qual defendia-se a forte influência ambiental sobre o ser humano, hoje comprova-se também o efeito inverso, determinando a relação pessoa-ambiente uma ação recíproca (Gunther, 2004).

Segundo Corral-Verdugo & J. Q. Pinheiro (1999), as primeiras investigações sobre comportamento ambiental foram orientadas por dois campos de estudos: o behaviorista, indicando que o comportamento pró-ambiental é afetado por fatores como castigos, reforçadores (positivos e negativos), antecedentes ou consequentes da conduta ambiental,

considerados fatores externos ao comportamento humano; e o cognitivista, inferindo que o mesmo sofre influência de variáveis internas dos indivíduos, como atitudes, conhecimentos e personalidade.

O uso de tais fatores pode ser observado em diversas pesquisas de diferentes autores. Em estudos, por exemplo, de Romero, Larache, Aurup e Ferraz (2015) foi investigado o processo de aculturação pró-ambiental de um grupo de brasileiros que residiam em Montreal no Canadá, a partir disto constatou-s que a atitude desses inquiridos, avaliada pelo conhecimento, não revelara alterações, tendo em vista que já era pró-ambiental; já o comportamento, avaliado pelas ações, foi modificado, já que, segundo os dados, os brasileiros passaram a executar práticas de proteção ambiental com mais frequência, maiormente, práticas relacionadas à separação de resíduos e descarte e reciclagem de embalagens.

Deboni, Mombach, Lopes e Siminoni (2015) por meio de variáveis relativas ao destino de resíduos sólidos (uso de sacolas plásticas, descartes eletrônicos, descartes de lâmpadas inutilizadas e queima de lixo doméstico), bem como destinação de óleo de cozinha, consumo de energia e uso e destino de água e efluentes, avaliaram a percepção ambiental de residentes de Lages/SC quanto aos aspectos ambientais vivenciados nesse espaço. Dessa forma, pode-se comprovar a relação do nível de escolaridade e gênero com a preocupação e consciência ambiental, pois pessoas com mais idades e mulheres demonstraram mais perceptivas e conscientes no que concerne às questões ambientais. De modo geral, observou-se que a maioria realizava práticas simples de redução de impactos ambientais, no entanto, identificou-se problemas relativos ao desconhecimento no que refere a praticas colaborativas, a saber, tratamento de esgoto, coleta seletiva e destinação de resíduos.

Ainda, Lamano-Ferreira, Morizono, Ribeiro, Kniess e Ramos (2015), ao tentarem representar o Comportamento Ecológico/Ambiental de moradores de São Paulo por meio de suas atitudes ambientais, utilizaram a economia de recursos naturais, limpeza urbana, reciclagem e ativismo-consumo como dimensões de avaliação do estudo. Desse modo, revelou-se que atitudes ligadas ao lixo urbano e reciclagem foram as mais ressaltadas entre esses indagados. Ademais, verificou-se na dimensão ativismo-consumo tendências para o uso de produtos ecológicos e embalagens reutilizáveis, assim como para o uso de bicicleta como meio de transporte.

Observa-se também pesquisas que utilizaram o aspecto de arborização como meio investigação. J. L. O. Araujo, A. C. Araújo e A. C. Araujo (2010) verificaram a percepção ambiental de moradores do Bairro Presidente Médice em Campina Grande/PB em relação à arborização local. O uso das seguintes variáveis: Número de moradores por residência,

escolaridade, nível de arborização da rua, importância da arborização, fatores positivos e negativos da arborização, colaboração para com a arborização e conhecimentos de espécies para plantio, inferiram que todos, independente do nível de escolaridade, tinham conhecimento dos benefícios gerados pelo processo em questão e da importância deste para qualidade de vida nas cidades. Os aspectos negativos identificados voltaram-se para a escolha e manejo das espécies que seriam plantadas, problemas estes que, segundo os autores, poderiam ser repelidos com ações educativas, sobretudo, destinação de panfletos informativos.

Com o objetivo de avaliar o grau de conscientização dos moradores de Macapá no que concerne à arborização urbana, através de um estudo de percepção ambiental, Castro e Dias (2013) evidenciaram falta de planejamento voltado para a urbanização local e ressaltaram que a maioria dos questionados, como no caso anterior, mostraram-se conhecer os benefícios de tal processo, de forma que julgaram-se aptos a participarem de novos plantios e campanhas ambientais. Os entraves observados foram relacionados as espécies que são plantadas nas áreas das cidades, já que muitos preferem árvores frutíferas, tais como mangueiras e Jambeiros, entretanto, desconhecem os problemas que estas podem acarretar ao meio urbano, uma vez que são espécies de grande extensão, logo podem atribuir, por exemplo, danos à rede elétrica e calçadas.

Mediante isso, percebe-se que pesquisas direcionadas ao comportamento ambiental podem abarcar inúmeras dimensões e variáveis, bem como os resultados podem distinguir-se de acordo com amostragem e contexto, sendo assim sua investigação permite a utilização de diferentes meios e processos.

Por se tratar de conduta humana, o comportamento em pauta vem sendo verificado e avaliado, como se comprova em estudos como de Matos (2013) e Silva *et al.* (2014), por meio da Teoria do Comportamento Planejado (TCP), uma das teorias mais utilizadas para justificar a relação de intenção com o comportamento (Davies, Foxall e Pollister, 2002).

Criada por Icken Ajzen em 1985, a TCP originou-se da Teoria da Ação Racional (TAR) com o propósito de prever comportamentos em contextos diferentes a partir de um número reduzido de variáveis explicáveis (Ajzen, 1991).

Em seu modelo, a TCP propõe que a intenção comportamental, principal antecedente do comportamento, sofre influências, consecutivamente, da Atitude, avaliação favorável ou desfavorável em relação ao comportamento; Normas Subjetivas, percepção resultante da pressão social exercida sobre essa conduta; e Controle Comportamental Percebido, percepção do controle sobre a ação (Ajzen & Fishbein, 1980; Luís, 2014; Pinto, 2007; Santos, Veiga & Moura, 2010).

Apesar de ser uma teoria com bastante respaldo em tempos atuais, surgem pesquisas que têm adicionados novos construtos, como Comportamento Passado (Moura, Veiga, Cunha e Moura 2012; Sharifirad, Yarmohammadi, Azadbakht, Morowatisharifabad e Hassanzadeh, 2013) e segurança (Santos *et al.*, 2010), com o intuito de atestar sua efetividade.

Dessa forma, acredita-se que a adição do fator Apego ao Lugar pode ser incluído a TCP para investigar o comportamento ambiental de residentes, uma vez que já o propulsor da teoria afirma que poderá ser acrescentado novos construtos, desde que atenda aos critérios de: Ação, Alvo, Tempo e Contexto (Peixoto, 2007), além de que existe comprovação teórica da relação dessa dimensão (Corral-Verdugo, 2003; Kotchen & Relling, 2000; Pinheiro, Monteiro, Guerra & Peñaloza, 2011; Shultz, 2002; Steel, 1996) com a conduta ambiental.

O referido comportamento recebeu também enfoques de teorias sociológicas, tal como Social Exchange Theory (SET) ou Teoria da Troca Social. A SET, teoria proposta pelo sociólogo americano Peter Blau no Século XIX, indica que a interação social é condicionada pela avaliação de custos e benefícios.

Aplicando-a em modelos turísticos a Teoria da Troca Social infere que os residentes estão mais propensos a apoiar a atividade quando percebem que os benefícios excedem os custos. Logo, vê-se a relação direta dessa teoria com o comportamento ambiental de residentes, uma vez que muitos adotam uma postura mais apropriada em relação ao meio natural no momento que identificam a possibilidade de maiores benefícios, inclusive, retornos econômicos (Ferraro & Kramer, 1997; Langholz, 1999; Caixeta 2010).

Para além de custos e benefícios, outras sustentações teóricas (Hanna-Helena & Jens, 2015; Nketti, 2014; Qinghua, Yunting & Seok-Beom, 2016) evidenciam que variáveis, como a governança ambiental, são capazes de influenciar consideravelmente o comportamento ambiental dos indivíduos.

No entanto, pelo fato de não serem aplicados diretamente na pesquisa *in loco*, estes últimos serão inseridos no presente estudo apenas com o objetivo de contribuição bibliográfica.

2.3 Teoria do comportamento planejado –TCP

A Teoria do Comportamento Planejado (*Theory of planned Behavior- TPB/TCP*), proposta por Icken Ajzen em 1985, derivou-se da Teoria da Ação Racionalizada (TRA) e tem o objetivo de prever comportamentos em contextos diferentes a partir de um número reduzido de variáveis explicáveis (Ajzen, 1991; Luís 2014, Peixoto, 2007; Huang, 2011).

A principal diferença entre as duas teorias é o acréscimo de um novo construto, o Controle Comportamental Percebido, tendo em vista que a intenção, antecedente do

comportamento humano, poderia sofrer influências de fatores que estão além do controle volitivo dos indivíduos.

Ampliação da Teoria da Ação Racionalizada, a maior diferença entre a TAR e TCP é a adição de um terceiro antecedente das intenções, o controle comportamental percebido que, por sua vez, é determinado por dois fatores: crenças de controle e força percebida. Se um indivíduo, por exemplo, tem baixa percepção de controle, provavelmente terá crenças de controle que impedirão seu comportamento (Matos 2013, p.221).

Destaca também Peixoto (2007, p.29):

Um aspecto singular à Teoria do Comportamento Planejado é a inclusão de mais um determinante da intenção comportamental, a saber, o controle comportamental percebido. A inclusão deste novo construto é explicada pelo estudo do controle volitivo, o qual, de acordo com Engel, Blackwell e Miniard (2000), representa o grau em que o comportamento pode ser desempenhado pela vontade, sendo o mesmo limitado por dificuldades de execução do comportamento (Peixoto, 2007, p.29).

Moutino e Rozzi (2010) ratificam essa evolução e denotam a contribuição desse construto para estudos que abarcam o comportamento humano:

[...] em determinadas situações e contingências, nem sempre um sujeito tem à disposição os recursos cognitivos, temporais, e motivacionais para analisar e avaliar de forma precisa a própria ação e suas conseqüências. A partir destas considerações, Ajzen introduz o “controle comportamental percebido” para a criação da Teoria da Ação Planejada (TAP). Este último modelo – uma ampliação da TAR - é particularmente útil e crucial em circunstâncias/projetos/programas nas quais o comportamento das pessoas precisa ser modificado (Moutinho & Roazzi, 2010, p.285).

A TCP baseia-se em conjecturas que indicam os indivíduos tomam suas decisões de forma racional e se apropriam sistematicamente das informações disponíveis no processo de decisão e concretização de um referido comportamento (Ajzen & Fishbein, 1980; Ajzen, 2002a; Luís, 2014).

O modelo da TCP, apresentado na Figura 04, indica que o principal antecedente do comportamento humano é intenção, cujo construto sofre variações de acordo com as atitudes, normas subjetivas e controle comportamental percebido. Sendo a atitude determinada pelas crenças baseadas nas vantagens e desvantagens desse comportamento (Crenças Comportamentais); as normas subjetivas influenciadas pelas percepções advindas da pressão social (Crenças Normativas); e o controle comportamental percebido, justificado pelas crenças de controle sobre o comportamento em causa (Crenças de Controle) (Luís, 2014; Martins *et al.*, 2014; Peixoto, 2007; Pinto, 2007; Santos *et al.*, 2010).

As crenças referenciadas podem ser entendidas como “processo pelo qual os indivíduos organizam e interpretam suas impressões sensoriais com a finalidade de dar sentido ao seu ambiente” (Peixoto, 2007, p.37), ou formas como estes associam um objeto a algum atributo,

podendo ser o objeto uma pessoa, grupos, instituições e outros; e o atributo, uma consequência (Moutinho & Roazzi, 2010).

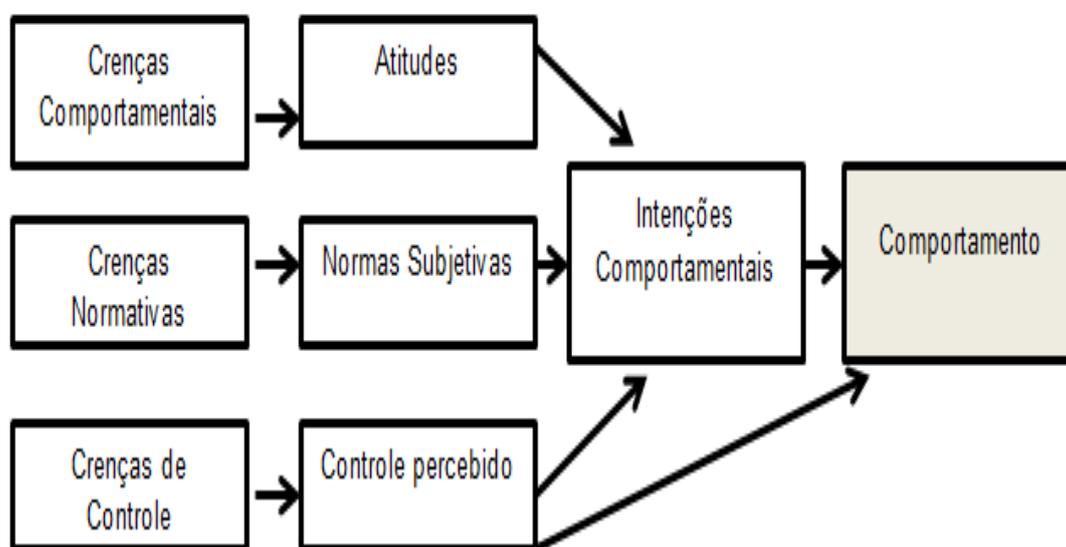


Figura 04- Modelo Teoria do Comportamento Planejado

Fonte: Ajzen (2002a); Pinto (2007)

Como observado, os construtos subsequentes as crenças – Atitudes, Normas Subjetivas e Controle Percebido - exercem influencias sobre as intenções comportamentais e, como consequência, tem-se o comportamento.

No geral, o construto atitude pode se compreendida como uma avaliação favorável ou desfavorável em relação ao comportamento; a norma subjetiva como a pressão social (influência de pais, parentes, amigos etc.) sobre esse comportamento; e o controle comportamental percebido, indicando a confiança de realizar o referido com êxito (Ajzen, 1991; Huang, 2011).

Sendo a TCP uma das teorias mais utilizadas nos últimos tempos para explicar a relação da intenção com o comportamento (Davies, Foxall e Pollister, 2002,), foi possível constatar a relação dos construtos propostos em diversos contextos, a saber: ambientes profissionais (Van Hooft & De Jong, 2009; Wanberg, Glomb, Song & Sorenson, 2005; escolha de carreira (Caska, 1998; Tang, Found & Smith, 1999); uso de bicicleta (Silveira & Maia, 2013); consumo de alimentos (Ajzen & Fishbein, 1980; Dunn, Mohr, Wilson & Wittert, 2011); e compras via internet (Straub & Watson, 2001; Lacerda, 2006).

Diante disso, verifica-se que o estudo da TCP é pertinente para inferir comportamentos em realidades diversificadas e que estejam além da vontade do indivíduo, uma vez que permite

a visualização do grau de interação de fatores (externos e internos) mediante a uma ação, acarretando na elucidação de certas condutas, o que possibilita a aplicação de estratégias que possam estimulá-las, modifica-las, ou até mesmo, evita-las.

O modelo da TCP é proposto para prever e compreender influências motivacionais sobre um comportamento que não esteja sob controle volitivo, a fim de identificar quando e onde devem ser iniciadas estratégias para a modificação de comportamento e para explicar, virtualmente, algum comportamento humano (Matos, 2013, p.221).

Logo, entende-se que esta pode ser aplicada em estudos que se pretende analisar o comportamento ambiental das pessoas, tendo em vista já utilizou-se a TCP para verificar, por exemplo, a conduta de indivíduos em relação ao uso da água (T. S. Silva *et al.*, 2014) e de não uso de sacolinhas plásticas (Matos, 2013).

O resultado de pesquisas com esse viés pode corroborar com a gestão de destino, essencialmente, a gestão ambiental local, que busca por meio de intenções comportamentais, conservar e melhorar sua oferta ecológica, oferecer produtos de qualidade e que atendam a um nicho específico de consumidores (por exemplo, ecoturistas e ambientalistas). Além disso, pode-se evitar o desgaste dos recursos naturais, conduzindo a melhores lugares para a vivência de residentes e visitantes.

A condução ou aplicação dessa teoria deve regida pelo o entendimento mais arraigado sobre cada construto, ou seja, por esclarecimentos no que tange à atitude, normas subjetivas e controle comportamental percebido.

2.3.1 Atitude pró-ambiental

Analisando-se a atitude como determinante para o comportamento humano, verifica-se que esta pode ser compreendida como “uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra a um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto” (Rodrigues, Assmar & Jablonski, 1999, p.100), ou seja, “grau de favorabilidade (ou desfavorabilidade) que uma pessoa possui frente a um objeto” (Sales, 2012, p.23).

Na TCP a atitude é o primeiro construto/fator antecedente da intenção comportamental. Este indica que associação positiva ou negativa de um objeto a atributos afeta a intenção do comportamento, e conseqüentemente, designa alterações sobre o comportamento real (Moura *et al.*, 2012).

Quando se volta para a inferência de questões ambientais, sobretudo comportamentos ambientais, compreende sentimentos favoráveis e desfavoráveis mediante a este e/ou questões

que o relacione, assim como afirma Coellho (2009, p.40) “uma tendência psicológica que é expressa por meio de avaliação favorável ou desfavorável em relação ao meio ambiente natural ou construído”.

Outrossim, a American Psychological Association (2001, p.89) refere-se a atitude ambiental como “percepções ou convicções relativas ao meio ambiente físico, inclusive fatores que afetam sua qualidade (por exemplo, superpopulação, poluição)”.

Diante disso, entende-se que a atitude ambiental (ou Atitude Pró-ambiental) remete a um grau de favorabilidade ou desfavorabilidade no que concerne as questões ambientais.

Ainda, para Caixeta (2010), deve-se validar um modelo global tridimensional da atitude ambiental com os seguintes pressupostos: crenças, opiniões ou conhecimento que se tem sobre ele (componente cognitivo), afeto pela natureza, sentimentos de agrado ou desagradado (componente afetivo), e ações pró-ambientais (componente comportamental).

Retomando-se a influência da atitude pró-ambiental sobre o comportamento pró-ambiental, verifica-se que esta relação é justificada em estudos como de Corral-Verdugo (2003); Kotchen e Relling (2000); Pinheiro *et al.* (2011) e Steel (1996).

Para mais, Coelho *et al* (2006); Jones, Jurowski e Uysal (2000); Thompson e Barton (1994) apontam dois motivos que favorecem a atitude pró-ambiental: o ecocêntrico e o antropocêntrico. O primeiro reconhece o valor intrínseco da natureza, logo, sem interesses pessoais e coletivos, visa a conservação e proteção dos recursos naturais; já o segundo também preza pela conservação e preservação destes, no entanto, o objetivo final é pautado nos retornos (ou benefícios) que essa ação pode gerar a vida humana.

Pessoas ecocêntricas valorizam a natureza por seu valor intrínseco, ao passo que os antropocêntricos a valorizam por sua importância na vida humana e pelos benefícios que ela oferece ao homem. Ambos expressam consciência ambiental, no entanto os ecocêntricos veem uma dimensão espiritual na natureza, enquanto que os antropocêntricos veem os aspectos da vida humana que dela dependem (Pinheiro *et al.*, 2011, p.92).

Esses motivos acabam designando as atitudes ecocêntricas - aquelas relacionadas com o reconhecimento dos valores intrínsecos da natureza, e as antropocêntricas - orientadas aos benefícios humanos gerados pela preservação dos recursos naturais (Schultz, 2002).

Para Thompson e Barton (1994) existem ainda pessoas que não demonstram conduta auspiciosa e não designam nenhum interesse pelas questões ambientais, estas são considerados indivíduos “Apáticos”.

Pessoas apáticas são contra programas para preservar a biosfera, reduzir a poluição e preservar recursos; acreditam que os preservacionistas são pessimistas e um tanto

paranoicos e que a maioria dos problemas ambientais se resolverão por si mesmos no devido tempo (Thompson & Barton, 1994 citado como Beck & Pereira, 2012).

Desse modo, observa-se que pessoas com atitudes ecocêntricas e antropocêntricas, apesar das diferenças nas razões que as efetivam, estão mais propícias a desenvolver um comportamento consciente e orientado na preservação dos recursos naturais (comportamento pró-ambiental). Pinheiro *et al.* (2011, p.94), enfatizam ainda que “uma sociedade de indivíduos ecocêntricos resultaria em um salto no que se refere às ações ecológicas e aos níveis de consciência ambiental, disseminando o respeito ao meio ambiente e aos seres que dele fazem parte, além do homem”.

Schultz (2001) acrescenta também que as atitudes como determinantes do comportamento pró-ambiental podem se fundamentar em três tipos de preocupações: egoísta, preocupação ambiental em torno do “eu”; altruísta, que emerge uma inquietação com as questões do meio ambiente em virtude do bem-estar de outras pessoas ou da coletividade; e o biosférico, remetendo uma preocupação com os fatores ecossistêmicos e biosféricos.

Diante disso, observa-se que a atitude (flexionada por valores, motivos ou preocupações) pode induzir a um afável ou nocivo comportamento perante o meio ambiente natural, o que implica na seguinte inferência: teoricamente, “pessoas com comportamento ambiental são indivíduos com atitudes mais benéficas em relação às questões ambientais” (Masud *et al.*, 2016).

Para melhor compreensão da TCP, modelo que relaciona atitude (fator em questão) com a intenção comportamental, cabe também o entendimento do fator seguinte:

2.3.2 Normas subjetivas

Na literatura observa-se um consenso quanto ao conceito a respeito das normas subjetivas, sendo estas utilizadas para referenciar e denotar a ingerência de pressões que são exercidas por familiares, amigos, professores e outros, no processo de comportamental de uma pessoa.

Logo, compreendem a “percepção de um indivíduo no que se refere à pressão social exercida sobre ele para que realize ou não um determinado comportamento” (Martins, Seralvo & João, 2014, p.112).

Tratando-as como componente da Teoria do Comportamento Planejado, verifica-se que:

É o segundo preditor da intenção de comportamento, influenciado pela forma como as pressões sociais são percebidas pelo indivíduo (crenças normativas) no momento de este adotar ou não um determinado comportamento. Em outras palavras, são os fatores

levados em conta pelo indivíduo e que o motivam a assumir ou não determinado comportamento (Matos, 2013, p.221).

Isto indica que as atitudes, juntamente com as comparações de opiniões de pessoas próximas, podem assumir influências significativas sobre as intenções comportamentais das pessoas. No entanto, essa indução das normas subjetivas irá depender da motivação e disposição do ser em considerar concepções diferentes (Ajzen & Fishbein, 1970)

Além da Motivação para Concordar com o Referente (MO), as normas subjetivas são alteradas pelas crenças subjetivas, ou seja, “pressões sociais percebidas pelo indivíduo para adotar ou não um determinado comportamento” (Luís, 2014; Moutinho & Roazzi, 2010; Peixoto, 2007; Pinto, 2007; Santos *et al.*, 2010).

A Norma Subjetiva é baseada nas crenças normativas. Estas crenças são originadas da pressão social, ou seja, é o julgamento que as pessoas fazem a respeito do que o indivíduo deva fazer e a motivação do indivíduo para concordar com estas pessoas. São as influências causadas pela pressão social de pais, amigos, grupos de referência, cultura, opinião pública e instituições sobre o comportamento dos indivíduos (Sousa, Sanches & Ferreira, [?])

Há autores que alegam a condução de alguns desses fatores é limitada para determinar a intenção comportamental. A exemplo, Deustsch e Gerard (1955 citado como Peixoto, 2007, p.32) acreditam que o construto “Normas Subjetivas” deve ser dividido em dois componentes: Normas Descritivas (*Describe Norms*), enfatizando a influencia de pessoas significativas para a vida do sujeito em questão, por meio de situações semelhantes; e as Normas de Imposição (*Injunctive Norms*), considerando as concepções de pessoas relevantes mediante a concretização de um ato. Nesse caso, as limitações destacadas pelos autores estariam no fato de estudos se apropriam apenas das Normas de Imposição, desconsiderando as Normas Descritivas.

Mediante isso, a informação evidenciada resultaria na seguinte presunção:

:

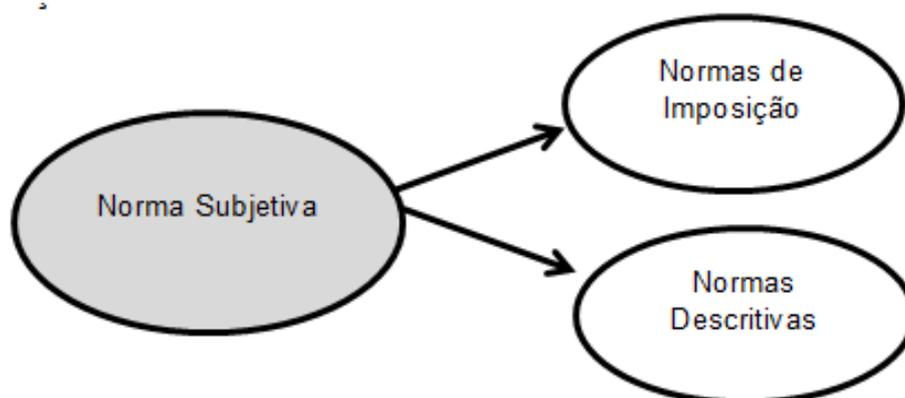


Figura 05 – Divisão da Norma Subjetiva

Nota. Fonte: Recuperado de “Estudo do Comportamento Planejado na escolha da faculdade: Uma aplicação no contexto Itabirano” de F. C. Peixoto, Dissertação de Mestrado. Universidade FUMEC, Belo Horizonte, Brasil.

Apesar disso, há pesquisas realizadas com a TCP (sem alterações) revelam bons resultados, até mesmo indicam maior grau de incidência das normas subjetivas sobre as intenções comportamentais que os demais construtos (Atitude e Controle Comportamental Percebido), tais como estudos voltados para a escolha de estudantes na carreira profissional, especificadamente o constatado por Huang (2011), o qual pode-se evidenciar a influência significativa de pais, professores e amigos sobre a vida profissional dos adolescentes em questão.

Portanto, vale considerar o modelo (inclusive, com as normas subjetivas) para verificar as intenções comportamentais em situações diversas. Para isso, faz-se necessário compreender o Controle Comportamental Percebido, ultimo construto adicionado a TAR, e que caracterizou a TCP.

2.3.3 Controle comportamental percebido

O controle comportamental percebido refere-se ao grau de facilidade ou dificuldade identificada pelo o indivíduo ao passo de realizar uma ação comportamental. Este fator recebeu maior enfoque a partir da constatação que a concretização de um comportamento irá depender não só da motivação do ser, mas de condições que estão além do querer e do controle deste.

Logo, entende-se que o comportamento humano é influenciado por fatores internos aos indivíduos, como por exemplo, conhecimentos, desejos, habilidades e capacidades em lidar com situações adversas; assim como fatores externos, que muitas vezes estão mais que a habilitação do sujeito em efetivar o ato em questão, a saber: condicionantes financeiros, físicos e temporais (Moutinho & Roazzi, 2010).

No tocante à TCP, o controle comportamental percebido, último construto adicionado a TAR, conforme pode-se observar na Figura 06, retrata “a percepção individual sobre o quão difícil ou fácil é realizar um comportamento, revelando os recursos disponíveis e se há capacidade de realizá-lo.” Ou seja, “diz respeito à percepção da presença de fatores que podem facilitar ou dificultar a performance do comportamento” (Gomides, 2014, p.19).

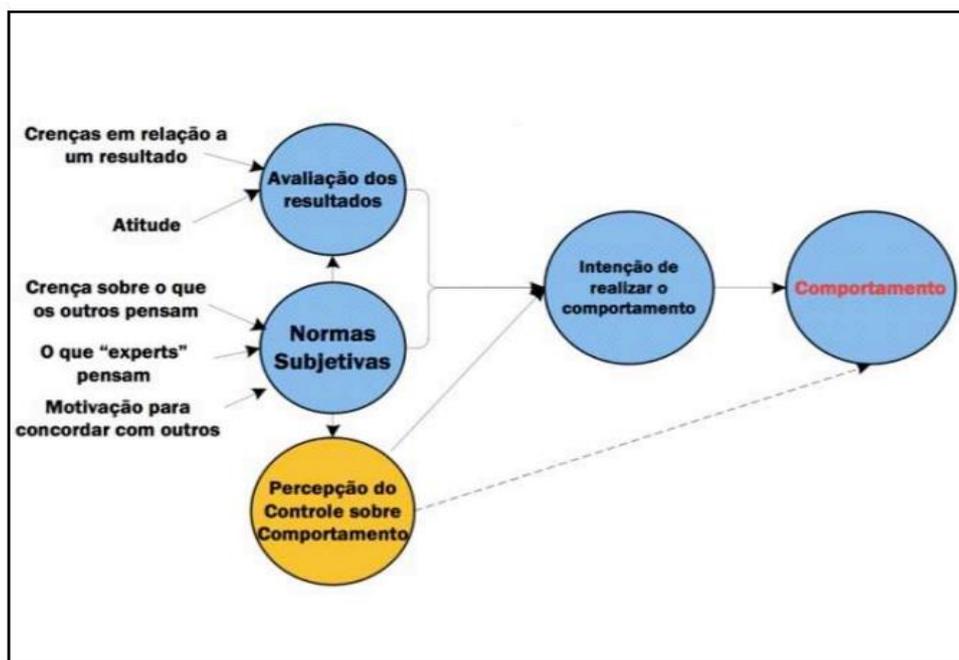


Figura 06 – Adição do Controle Comportamental Percebido a TAR

Fonte: Almeida (2003) citado como Gomides (2014, p.21).

Mediante a observação, verifica-se que a intenção comportamental do indivíduo é afetada pela confiança percebida em efetuar uma tarefa. Assim, se ele percebe que não tem o controle sobre uma ação em vista, menor será sua intenção em concretizá-la (Ajzen, 2008).

Segundo Peixoto (2007, p.37) o controle comportamental percebido é caracterizado pelas crenças de controle, as quais referem-se “as expectativas das pessoas a respeito do grau de capacidade que possuem para executar um dado comportamento”.

Considerando-se as percepções como retratações efetuadas pelos indivíduos em relação a algo, as crenças de controle são designadas percepções de um sujeito no que concerne aos facilitadores e agravantes relativos ao ato desempenhar uma conduta (T. S. Silva *et al.*, 2014).

Essas alegações levam as afirmativas representadas na Figura 07, as quais indicam que as crenças de controle constituem o controle comportamental percebido, este último diretamente afeta a intenção comportamental e como resultado tem-se o comportamento.

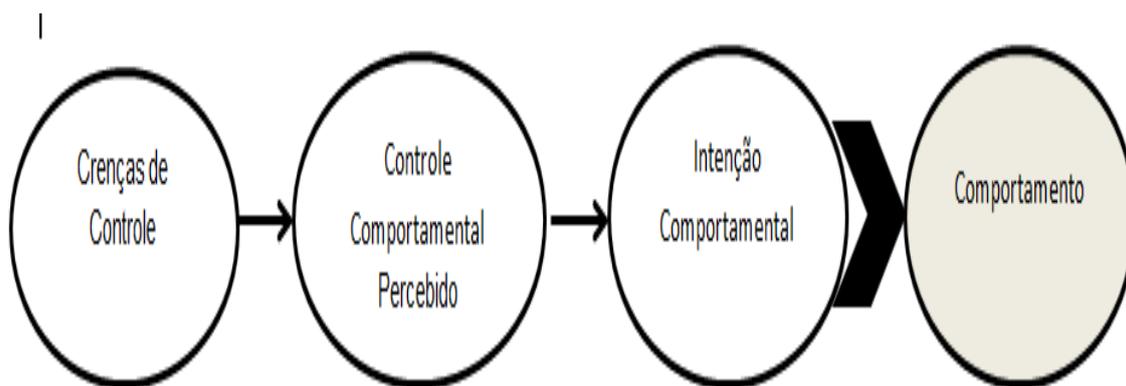


Figura 07 – Relação controle comportamental percebido e comportamento

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Desse modo, pode-se inferir que quanto maior a percepção de controle, maiores são as chances de desempenhar o comportamento (Martins, Serralvo & João, 2014).

No entanto, para Robbins (2005) a percepção de controle pode variar de indivíduo para indivíduo, já que se trabalha com o retrato de realidades observáveis, o que é muito subjetivo. Assim, o que pode ser positivo ou negativo aos olhos de uma pessoa, pode ser diferente na visão de outra, bem como pode surtir efeitos contrários sobre essa vida.

Por isso, é pertinente avaliar o referido fator em realidades distintas, já que o grau de percepção pode coincidir ou não com as variações de população e amostra.

Ademais, segundo Taylor e Todd (1995), as crenças de controle estão associadas a dois aspectos: a auto eficácia, ligada a perspectiva interna do ser, como visão em sua capacidade de resolver algo; e condições facilitadoras, relacionados à implicadores externos, e muitas vezes não controláveis, como mudanças no meio físico ou disposição de recursos.

Portanto, o controle comportamental percebido, ou “percepção das pessoas sobre a facilidade ou dificuldade de assumir uma conduta” (Humes & Reinhard, 2006, p.222), consequente das crenças de controle, na TCP é o terceiro construto antecedente a intenção comportamental. O mesmo indica que as pessoas estão mais propensas a desencadear uma intenção comportamental quando percebem que são detentoras do ato em questão.

O item seguinte apresenta algumas exposições sobre outros fatores capazes de afetar o comportamento ambiental de Residentes:

2.4 Fatores capazes de influenciar o comportamento ambiental de residentes

Este capítulo apresenta os fatores que influenciam o comportamento pró-ambiental. Expondo a princípio o fator Apego ao Lugar, que representou o componente afetivo do modelo

de análise do trabalho, em seguida, explicitou outras dimensões que não foram utilizadas na referida análise.

2.4.1 Apego ao Lugar

As primeiras referências direcionadas aos laços afetivos com lugares só foram identificadas a partir da década de 60. Fried, por meio de sua obra *Grieving for a Lost Home* (Angústia para uma casa perdida), verificou as reações de pessoas quando eram afastadas (obrigatoriamente) de seus locais de moradias, experiência esta que foi comparada a dor de perda de um ente querido (Giuliani, 2004). No entanto, o conceito só veio a ser utilizado pela primeira vez no ano de 1977, em *Attachment to Place*, de Gerson, Stueve, C.A. e Fitcher, cujo significado assemelhava-se com o atual conceito de sentimento de comunidade (Lima & Bomfim, 2009), já que envolvia “o compromisso dos indivíduos com seus bairros e vizinhos” (Hidalgo, 1998, p.10 citado como Cubero, 2014, p.6).

A partir daí surge o interesse de diversas áreas, inclusive, da psicologia ambiental, em relacionar vínculos afetivos com lugares a diferentes aspectos, essencialmente, ao comportamento pró-ambiental, tal como se comprova em estudos como de Bonaiuto, Carrus, Mortella e Bonnes (2002); Buijs (2009); Giuliani (2004); Walter & Ryan (2008) e Tuan (1983).

O termo apego pode ser entendido como “um vínculo afetivo e duradouro no que a figura de apego é importante como indivíduo” (Carrillo, 2008, p.104). Este remete ao ato de afeiçoar com algo ou alguém.

Quando se trata de apego ao lugar, o mesmo é identificado com um vínculo afetivo e emocional entre o indivíduo e sua comunidade (Lee, 2013). Nessa mesma linha de pensamento, Lima e Bomfim (2009, p.496) afirmam que apego ao lugar engloba afetos e emoções entre pessoas e os lugares, porém este lugar deve garantir “a satisfação de necessidades, o valor simbólico do lugar para as pessoas, a permanência desta relação, ou mesmo a mobilidade quando é necessário, e entre outros”. Sendo assim, diversos fatores podem interferir neste tipo de afeto, como: violência urbana, poluição (sonora, visual, de águas etc.), desemprego, condições de moradia e outros.

Diante disto, entende-se que pessoas com mais experiências favoráveis e afetivas em relação a um lugar estão mais propensas a desencadear o apego ao lugar. Este fato ocorre porque acaba existindo uma identificação dos indivíduos com o ambiente, envolvendo mais percepções positivas do que negativas.

O apego ao lugar, indubitavelmente, ocorre naqueles indivíduos cuja identidade de lugar envolve cognições positivamente valorizadas de uma ou alguma combinação desses

contextos, que de longe pesam mais que os números de cognições negativamente valorizadas (Proshansky, Fabian & Kaminoff 1983, p.76 citado como Felipe & kuhnen, 2012, p.610).

No entanto, o termo identificação ou identidade de lugar remete a um sentido de apropriação de algo (nesse caso, o lugar), que também faz alusão de modificação do outro em função do “eu”. Logo, Felipe & Kuhnen (2012) alegam que é possível se apegar a um lugar sem se apropriar ou modificá-lo.

[...] para estabelecer um desejo de proximidade com o meio, não é preciso se apropriar deste, ou se formar, a partir do mesmo, uma identidade de lugar, mas, sim, comportar uma atitude ética de aceitação de sua diferença. Podemos falar desse tipo de hospitalidade na situação de um indivíduo que, ao mudar-se para uma cidade outra, diferente na arquitetura, na cultura e na etnia do seu povo, a acolhe, aceita-a e a ela se afeiçoa, desejando nela permanecer (Alencar & Freire, 2007, p.322).

Em virtude disso, o conceito de apego ao lugar para os autores é compreendido como “Um vínculo afetivo estabelecido entre a pessoa e um ambiente, sem que seja necessário um processo de identificação prévio com este” (p.322).

O apego ao lugar pode ainda ser relacionado a diversos conceitos, conforme pode-se observar na Figura 08:

Tabela 08

Indicadores de apego ao lugar

Indicadores de Apego ao Lugar
1. Conforto
2. Conhecimento do lugar
3. Desejo de defender o lugar
4. Desejo de proximidade e/ou envolvimento
5. Dificuldades para substituição do local
6. Felicidade
7. Grau de atração
8. Grau de Cuidado com o lugar
9. Grau de Influência do lugar sobre os acontecimentos
10. Mobilidade para interação social
11. Percepção de controle e possibilidade de ação
12. Prazer
13. Preferência
14. Satisfação de interesses e necessidades
15. Segurança
16. Sensação de dependência
17. Sentido de lar
18. Sentimento de enraizamento
19. Sentimento de identificação
20. Sentimento de orgulho pelo lugar
21. Sentimento de perda e/ou deslocamento pela separação
22. Sentimento de pertencimento

23. Sentimento de propriedade

Fonte: Felipe e Kuhnen (2012, p.613).

Todos retratam um grau de satisfação e envolvimento das pessoas com os lugares. Nesse sentido, sabe-se que quando um indivíduo tem apreço a algo, este se dispõe a tratar com maior afincamento o que considera importante e valioso. Desse modo, um ambiente quando é afetuoso para as pessoas que o constitui, tende a ser melhor condicionado e valorizado por estas. O apego ao lugar acaba despertando uma conduta positiva e favorável por parte de seus integrantes, seja em relação ao meio urbano ou natural.

Além disso, o vínculo afetivo e emocional ao lugar é verificado como um fator influente capaz de efetivar de modo mais equitativo diversas atividades, mormente, no apoio dos residentes ao desenvolvimento do turismo. Já que segundo Lee (2013, p.43), “um residente que tem maior apego a sua comunidade será mais propenso a apoiar o desenvolvimento do turismo sustentável”, ou seja, um turismo socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto.

Diante disso, observa-se que um indivíduo que possui forte apego ao lugar e comunidade, além de prezar por questões sociais e econômicas mais equitativas, está mais propenso a aderir uma postura ecologicamente mais responsável.

Os fatores que precedem este subitem são apresentados apenas com o propósito de contribuição bibliográfica.

2.4.2 *Envolvimento comunitário*

Nesse novo contexto global marcado por insatisfação dos cidadãos mediante as ineficientes políticas estatais e falta de comprometimento de seus representantes, a participação da comunidade, em respostas a esses descontentamentos, vem se intensificando e tornando-se peça fundamental para validar processos pautados na resolução de problemas (Sociais, econômicos e ambientais).

Essa participação pode ser entendida como “envolvimento afetivo nos assuntos de interesse, fazendo parte, tendo parte e tomando parte” (P. V. Silva, 2007, p.47). Logo, a atual democracia vem sendo representada por esse envolvimento comunitário, o qual diz respeito à envoltura das pessoas em pautas que direcionam a seu bem estar e qualidade de vida.

No entanto, por mais que o envolvimento comunitário caracterize um processo espontâneo, que os indivíduos participem de maneira racional e de livre vontade, a participação pode variar de acordo com os interesses do grupo e grau de envolvimento nos processos

(Manipulada, Passiva, Pela Consulta, com Incentivos materiais, Funcional, Interativa e Automobilização), conforme pode-se observar na Tabela 09.

Tabela 09

Tipologia de participação social em processos decisórios

Tipologia	Característica de cada tipo
1- Participação Manipulada	A participação é uma pretensão simples, com representatividade das pessoas em conselhos oficiais, as quais não são eleitas e não têm poder.
2- Participação Passiva	As pessoas participam ficando sabendo o que foi decidido ou o que está acontecendo. O envolvimento é unilateral através do anúncio por parte de um gerente ou administrador do projeto, sem ouvir qualquer resposta das pessoas. O compartilhamento da informação pertence somente aos profissionais externos.
3- Participação pela consulta	As pessoas participam sendo consultadas ou respondendo questionários sobre um determinado assunto. Agentes externos definem os problemas e processos de obtenção de informações, e controlam as análises. Como processo consultivo, não concede nenhum compartilhamento na tomada de decisão e os profissionais e os profissionais não têm nenhuma obrigação de levar em conta os pareceres do conselho das pessoas.
4- Participação com Incentivos de Materiais	As pessoas participam contribuindo com recursos – trabalho, no retorno por comida, dinheiro ou outros incentivos materiais. Os fazendeiros podem dispor de campos (áreas) de trabalho, mas não estão envolvidos nem na experimentação nem no processo de aprendizagem. É muito comum ver esta chamada participação, ainda que as pessoas não tomem nenhuma parte na continuidade das tecnologias ou práticas quando os incentivos terminam.
5- Participação Funcional	Participação vista pelas as agências externas com meio de alcançar metas do projeto especialmente na redução de custos. As pessoas podem participar formando grupos para reunir objetivos predeterminados relativos ao projeto, Tal envolvimento pode ser interativo e envolver o compartilhamento na tomada de decisão, mas tende a crescer somente depois que a maioria das decisões foram tomadas pelos os agentes externos. O pior é que as pessoas do local podem ser agregadas somente para servir às metas externas.
6- Participação Interativa	As pessoas participam na análise conjunta, desenvolvendo planos de ação e formando ou fortalecendo as instituições locais. A participação é vista como direito, não como simples meio de alcançar as metas do projeto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que buscam perspectivas múltiplas e fazem uso de processos estruturados e sistemáticos de aprendizado. Como o grupo controla as decisões locais e determinam como os recursos disponíveis são utilizados, tem uma parte na manutenção das estruturas ou práticas.

7- Automobilização	As pessoas participam tomando iniciativa, independentemente de instituições externas para mudar os sistemas. Desenvolvem contatos com as instituições externas por recursos e recomendações técnicas de que precisam, mas também controle sobre como os recursos são utilizados. A automobilização pode expandir se os governos e Organizações Não Governamentais proporcionarem uma estrutura capacitada de apoio. Tal auto iniciativa de mobilização pode ou não mudar uma disputa na distribuição atual da riqueza e do poder.
--------------------	---

Fonte: Pretty (1995 citado como P. V. Silva 2007, p.50).

Diante disso, percebe-se que o envolvimento das pessoas pode ocorrer de forma equitativa em todas as etapas decisórias e até mesmo de modo independente de outros agentes, assim como ocorre no tipo de participação por Automobilização e um pouco na Interativa.

Porém, a participação pode ser também pouco representativa e sem poder, estando à disposição e sendo manipulada pelos interesses de um grupo maior (Participação Manipulada e Passiva). Estas são uma das mais perversas, pois dificilmente atenderão aos objetivos de um todo ou coletivos, essencialmente, os da comunidade.

K. M. S. Alves, Fonseca & A. E. L. Alves (2009, p.108) reafirmam o pensamento e ressaltam que populações de comunidades turísticas podem participar de igual modo (passivo, omissivo ou ativo):

Os residentes podem participar da produção do espaço turístico de formas distintas: passivamente, quando aceitam as determinações dos agentes turísticos hegemônicos (Estado e o mercado) e, de forma omissiva, compactuam com a racionalidade dos atores que imprimem a lógica que deve pautar a produção da destinação turística, ou ativamente, quando se manifesta através dos movimentos sociais e como cidadãos que cobram e exigem seus direitos.

Contudo, formas de participação Manipulada e Passiva são as que sobressaem no cenário brasileiro, uma vez que a população, teoricamente, deveria participar ativamente de todas as ações decisórias relativas aos problemas da nação. Entretanto, o que se vê é centralização de poder em modo de descentralização, já que grupos elitistas são fortalecidos por terem seus objetivos atendidos e por mistificarem os anseios coletivos em função dos seus (Fonseca & Bursztyn, 2009).

Para além disso, a falta de interesse da população em reivindicar seus direitos e participar de processos voltados para a formulação das políticas nacionais, que em muito é influenciado pela perda de credibilidade nos governantes e na ineficiência de suas políticas (Rocha & Bursztyn, 2005), é um dos motivos que também desconfigura a referida participação, tornando-a pouca homogênea e ineficiente.

Os avanços, em termos de envolvimento comunitário, serão mais significativos no momento que houver trabalho em equipe acompanhado de compromisso e decoro por parte de seus integrantes, uma vez que “a participação tem um sentido muito mais profundo do que estamos acostumados a considerar, e implica em trabalho coletivo, e todo trabalho coletivo implica em confiança, respeito e empenho pessoal” (P. V. Silva, 2007, p.51).

Atributos como confiança e respeito entre as pessoas de uma comunidade são aspectos que caracterizam o capital social. Este é também um dos fatores essenciais a resoluções de gargalos, sobretudo ambientais, já que, segundo Ferraro & Kramer (1997) e Langholz, (1999), apesar dos fatores econômicos muitas vezes prevalecerem, elementos não econômicos também podem influenciar a relação entre o homem e o ambiente. .

Nesse pensamento, Jones (2005) e Stronza & Gordillo (2008) afirmam que o capital social, ou grau de conectividade e quantidade de relações sociais dentro de uma determinada localidade (Putnam, 1993) são fatores determinantes para conduzir os indivíduos a uma postura benéfica em relação ao meio ambiente natural (comportamento pró-ambiental).

Segundo Putnam (1993, p.36) o capital social é caracterizado pelas normas compartilhadas, reciprocidade entre vizinhos, regras comuns ou relações mais intensas de confiança em uma comunidade. Logo, percebe-se que trata-se também de um envolvimento comunitário, já que abarca o modo como as pessoas de uma localidade interagem em um referido contexto social.

Putnam (1996, p.177) afirma que esse elo de envolvimento pode ser bem satisfatório, tendo em vista que pode “[..] aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Ademais, a participação da comunidade pode acarretar em maior transparência e legitimidade democrática. Como também, a agregação de conhecimentos de agentes sociais pode envolver os interesses da comunidade local de forma mais pontual, coadjuvando com políticas públicas mais eficazes e aumento da complementaridade (Haus & Klausen, 2011).

Jones (2010) ressalta ainda que as pessoas que tendem a se envolver e a confiar em outras de sua localidade estão mais propensas a participar de decisões voltadas para resoluções de questões ambientais. Há outros autores, citados por Liu *et al* (2014, p.192), que por meio de suas pesquisas verificaram a relação e a ratificaram, como: Krishna & Uphoff (1999); Jones (2005/2010), Bonito & Ward (2001); e Bonito & Smith (2003).

Além disso, Coelho (2009) enfatiza que quando os indivíduos têm algum vínculo ou participam de instituições de proteção ao meio ambiente tendem a adotar uma conduta ambiental mais responsável.

Sendo assim, Bringle e Sheinberg (2010) denotam a importância das instituições de ensino utilizarem a aprendizagem de serviços como meio de incentivo aos discentes para atuarem voluntariamente em trabalhos da comunidade, dado que, por exemplo, o engajamento em organizações de base, organizações não governamentais ou envolvimento na política, permitem que os indivíduos estejam mais sensibilizados e aptos a participarem mais ativamente em questões que diz respeito à qualidade de vida das pessoas nela envolvidas, tal como objeções ambientais.

Estudos anteriores, singularmente, Astin, Sax e Avalos (1999), já haviam constatado o encadeamento do envolvimento de pessoas em serviços comunitários e voluntariado com o comportamento ambiental.

Em suma, Masud e Kari (2015) constatando a influência de fatores socioeconômicos (nível de pobreza, educação, profissão, gênero e idade) sobre as atitudes de proteção dos recursos naturais, evidenciaram que o envolvimento da comunidade, além de implicar no bem estar econômico de todos, é de grande valia para a gestão e conservação das peculiaridades ambientais naturais, especialmente, ecossistemas de áreas costeiras.

À vista disso, comprova-se a relação do envolvimento comunitário, compreendido como a envoltura de atores de uma comunidade em iniciativas de abrangência multidimensional, maiormente, social (Haus & Klausen, 2011), com o comportamento ambiental.

Os fatores seguintes apesar de influenciarem o referido comportamento, não serão inseridos no instrumento de coleta, dada que suas contribuições são apenas teóricas.

2.4.3 Percepção de Custos e Benefícios

O homem arraigado por seu espírito antropocentrismo sempre procurou explorar o mundo, sobretudo o meio ambiente natural, de maneira expansiva e desenfreada, sem pensar que os danos agregados a sua intervenção pudessem comprometer a sua própria existência. Em consequência, observa-se a atual crise ambiental, caracterizada em grande escala pela exaustão dos recursos naturais, uma vez que “[...] as riquezas naturais estão sendo consumidas em ritmo mais acelerado do que sua capacidade de regeneração” (Coelho *et al.*, 2006, p.200).

Esses impactos divergiram-se das bases ideológicas que designaram antropocentrismo tradicional, tendo em vista que sustentavam o argumento da natureza como fonte inesgotável e acreditava-se que o avanço da ciência e tecnologia seria capaz de suprimir todos os empasses. Tais sustentações originaram-se de algumas fontes históricas: a primeira relacionada com os desbravamentos dos europeus durante o século XVI, que para cada natureza encontrada

atribuía-se um pedaço de imensidão; e a outra volta-se para referências bíblicas que enfatizavam o caráter dominador do homem sobre o meio natural (Schultz, Zelezny & Dalrymple, 2000).

Apesar disso, a relação do ser humano com natureza ainda continua antropocêntrica e assimétrica, já que as pessoas, em maioria, só procuram realizar alguma ação benevolente em prol do meio ambiente quando percebem que vão ser beneficiados, seja com melhor qualidade de vida (saúde, arborização etc.) ou por questões plenamente financeiras.

Para Kirchner, Saidelles e Stumm (2009), essas são situações que retratam bem o cenário brasileiro, pois em um país com alta taxa populacional e acirrada desigualdade econômica, os indivíduos são “obrigados” a encontrar alguma fonte de renda, logo são direcionados a trabalhos informais e poucos valorizados, tal como catadores de materiais recicláveis.

Ademais, os referidos autores, em um estudo com catadores de uma cidade da Fronteira-Oeste do Rio Grande do Sul, Brasil, identificaram que o principal motivo que levavam os pesquisados a atuarem em suas profissões era o fator econômico. Estes ainda alegaram (em maioria) que se tivessem outra opção de trabalho não exerciam mais a função. Os catadores demonstram ciência de suas contribuições para o meio ambiente, já que poderiam influenciar na limpeza da cidade, diminuição dos lixões, poluição dos rios etc., implicando na qualidade ambiental do planeta.

Desse modo, percebe-se que a atitude dos inquiridos em relação ao meio ambiente natural foi estimulada pela necessidade e contrapartida observada, enfatizando-se assim que o comportamento pró-ambiental é afetado pela percepção dos benefícios.

No estudo de Layrargues (2002), verificou-se que uma das razões fundamentais para que os estabelecimentos (escolas, restaurantes, igrejas, condomínios, hospitais etc.) aderissem ao Projeto Escola, projeto de autoria da empresa Reynolds Latasa que “consiste no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de programas de educação ambiental e na troca de latas de alumínio vazias, limpas e prensadas por equipamentos como ventiladores de teto, computadores, bebedouros e máquinas copiadoras”, era o fato do colhimento das latinhas quase não atribuir custos aos empreendimentos e os retornos (materiais) percebidos.

Sendo assim, Caixeta (2010) e Feital (2007) afirmam que a percepção de benefícios econômicos conduzem os indivíduos a melhores condutas em relação ao meio ambiente. Ações como de reciclagem estão mais atreladas ao valor monetário atribuído à matéria-prima e aos altos níveis de pobreza e desemprego, do que a própria conscientização ambiental (Caixeta, 2010).

Essa relação de comportamento ambiental *versus* a avaliação de custos e benefícios é cada vez mais perceptível dentro das organizações, uma vez que com o avanço da conscientização ambiental nesse último século, a população global passou a cobrar por posturas ecologicamente mais corretas das instituições, postulando por origem de produtos menos agressiva sobre os recursos naturais. Por conseguinte, como meio de sustentação no mercado, as empresas estão se adequando as exigências dos consumidores, revendo seus sistemas de qualidade, implantando selos verdes e dentre outras medidas, com o propósito de assegurar sua competitividade frente à concorrência através da efetivação de uma imagem verde, bem como diminuir custos e evitar acidentes ambientais (Dernardin & Vinter, 2000).

Os autores citados inferem também que alguns empreendimentos ainda não se enquadraram nesse sistema, pois julgam os custos da adaptação superiores aos benefícios percebidos. Reforçando ainda mais que os compromissos e comportamentos referentes ao meio ambiente são fortemente sustentados pela avaliação entre custos e benefícios.

Outrossim, a percepção de custos (ou restrições econômicas) pode impedir os cidadãos a participarem de ajuntamentos (ou eventos) voltados para área ambiental e que incentivam a proteção dos recursos naturais, como reuniões, fóruns, conferencias, audiências públicas etc. (Funks & Perissinotto, 2006).

Para Feital (2007), problemas como o consumo desenfreado da água só ocorrem, além da falta de sensibilização dos indivíduos, porque as pessoas ainda não perceberam a valor econômico que é agregado a esse bem.

Diante das inferências, constata-se a influência dos fatores custos e benefícios sobre o comportamento pró-ambiental.

2.4.4 Governança Ambiental

O conceito de governança foi concebido pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, agências de internacionais de desenvolvimento, no período de propalação de ideais neoliberais e inclusão de atores externos ao aparato estatal em ações de domínio público, momento este propiciado e acalentado, essencialmente, pelo malogro das políticas desenvolvimentistas dos anos de 1980 (Fonseca & Bursztyn, 2009; Gomides & Silva, 2009; Jacobi & Sinisgalli, 2012).

O termo passou a designar um conjunto de articulações políticas, institucionais e não governamentais em prol de um objetivo comum. Ressaltando ainda que esse meio de cooperação não se apropria apenas de mecanismo formais, mas informais, o que abrange a participação de amplos atores sociais, inclusive a sociedade civil.

O conceito de governança refere-se ao conjunto de iniciativas, regras, instâncias e processos que permitem às pessoas, por meio de suas comunidades e organizações civis, a exercer o controle social, público e transparentes, das estruturas estatais e das políticas públicas, por um lado, e da dinâmica e das instituições do mercado, por outro, visando atingir os objetivos comuns. Assim, a governança abrange tanto mecanismos governamentais como informais e/ou não estatais. Significa a capacidade social (os sistemas, seus instrumentos e instituições) de dar rumo, ou seja, orientar condutas dos estados, das empresas, das pessoas em torno de certos valores e objetivos de longo prazo para a sociedade (Born *et al.*, 1996 citado como Gomides & Silva, 2009, p.183).

Jacobi e Sinisgalli (2012) convergem com mesmo pensamento e enfatizam os aspectos de cooperação e integração da governança (p.1471) por meio da exposição de Castro (2007):

A governança representa um processo que decorre da articulação entre formas clássicas de autoridade existentes no estado (organização hierárquica) com aquelas características do setor privado (direcionado pela competição de mercado) e o setor voluntário ou sociedade civil (caracterizado pela ação voluntária, recíproca e solidária dos cidadãos).

Diante dessas singularidades Fonseca e Bursztyn (2009), acreditam que a consolidação da governança pode tornar as decisões políticas mais eficientes, além de equitativas e transparentes, uma vez que pode envolver diversos atores sociais e processos.

Apesar de abarcar diferentes atores, até mesmo estatais, a governança diferencia de governo, sobretudo na forma como os processos são conduzidos a atingir resultados eficazes. Esta, como já referenciado, se apropria de mecanismos não governamentais ou informais, distintamente do governo.

Governança é um fenômeno mais amplo do que o governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também em mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as organizações dentro de sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas (Rosenau, 2000, pp.15-16).

Ademais, o governo tradicional é arquitetado de modo hierárquico, resultando na soberania de seus representantes, já a governança envolve decisões compartilhadas (sem hierarquia) em busca de soluções universais ou locais.

[...] governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas, enquanto governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências (Rosenau, 2000, p.15).

Ainda:

Ao falarmos de governança nos referimos basicamente a um modo não hierárquico de governo, onde os atores não-estatais, e diversos segmentos participam na formulação e

implementação de políticas públicas (Rhodes, 1997 citado como Jacobi & Sinisgalli, 2012, pp.1470-1471).

Segundo Goerdt (2005), a governança é de grande relevância para o desenvolvimento de muitas atividades, até mesmo do turismo, uma vez que esta pode estimular um crescimento mais sustentável, tornar por meio da otimização de recursos o ambiente mais competitivo, bem como melhorar a relação e o nível de confiança entre os atores envolvidos.

Atendendo aos interesses de diferentes áreas e setores a governança pode ser classificadas de acordo seus objetivos e atuação: Governança Corporativa, voltada para métodos de gestão organizacional; Governança Ambiental, direcionada às estratégias de preservação ambiental; e a Governança Pública, orientada para os procedimentos de combate à falta de decoro de funcionários públicos (Alves, 2001).

Atualmente com as questões ambientais em pauta nos debates internacionais, principalmente, devido a exaustão dos recursos naturais que tem afetado diretamente o setor econômico e a tomada de consciência ambiental em todo o mundo, a governança ambiental vem sendo uma das mais vislumbradas no contexto global. Esta remete a conjunto de articulações entre iniciativas privadas, governo, organizações não governamentais e sociedade civil no que concerne à proteção e a valorização do meio ambiente.

Nesse sentido, Mertens *et al.* (2011, p.482) definem a governança ambiental como “processos e interações entre atores sociais e institucionais na gestão dos recursos naturais e no desenvolvimento sustentável”.

Para Jacobi & Sinisgalli (2012, p.1472) essa governança pode ser referenciada apenas com um marco ideológico, mas um “exercício deliberado e contínuo de desenvolvimento de práticas cujo foco analítico está na noção de poder civil que media as relações entre Estado, Sociedade Civil e o meio ambiente”.

Logo, por se tratar de “conjunto e processos e mecanismos para regulação, organizações através dos quais os atores públicos influenciam as ações ambientais e ações” (Lemos & Agrawal, 2006, p.299), verifica-se que algumas estratégias são necessárias para a efetivação de bons resultados, sobretudo aquelas que favorecem aos campos de negociação, estimulem práticas educativas e envolva atores sociais.

Ainda, segundo Lemos e Agrawal, (2006), os critérios que fundamentam a vertente confiança em uma rede de desenvolvimento, tal como também é considerada a governança ambiental, devem conter os seguintes elementos: confiança, cooperação, relacionamentos, inovação, disseminação da informação, conhecimento, características sociais, econômicas e geopolíticas, além de outros mecanismos essenciais para uma rede de desenvolvimento.

De mesma maneira as políticas ambientais devem ser pautadas em princípios de legitimidade, transparência e de forma democrática, aspectos estes que fundamentam o Manual de Boa Governança – MBG. Na medida em que o MBG vai se disseminando, torna-se a base das políticas nacionais e internacionais (Fonseca & Bursztyn, 2009).

Quando se trata de políticas ambientais, um dos instrumentos da governança ambiental divulgados no Relatório de Recursos Mundiais 2002-2004, verifica-se que a questão só começou a ser propagada a partir do primeiro documento, *The Limits to Growth*, que alertava a sociedade global dos problemas oriundos do grande consumismo industrial. No ano de 1972 houve a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, que como resultado expos a Declaração de Estocolmo reconhecendo a relevância de instrumentos da gestão ambiental para elaboração de práticas desenvolvimentistas. Em seguida, foram efetivadas outras conferências, como a Eco-92, obtendo como maior resultado a Agenda 21 que com a necessidade de ter suas ações monitoradas originou os demais eventos: Rio+5, realizado no ano de 1997, em Nova York; Rio+10, efetuado em Johannesburgo, no de 2002; e Rio+15; efetivado em 2007, no Rio de Janeiro (Mota, Gazoni, Reganhan, Silveira & Góes, 2008).

No cenário brasileiro um dos trabalhos mais relevantes da Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA, juntamente com atuação de grupos sociais, foi a criação da Lei nº 6.938/81, que estabeleceu a Política Nacional De Meio Ambiente – PNMA, cuja a base se fundamenta em critérios de descentralização, cooperação e integração. Essa política por meio da constituição de 1988 delegou poderes aos estados e municípios, reconhecendo ainda “o direito da população a um meio ambiente ecologicamente equilibrado como um bem comum, essencial a uma sã qualidade de vida. E estabelece o dever do governo, junto com sociedade, de defender e preservar o meio ambiente para benefícios das gerações atuais e futuras” (Cavalcanti, 2004, p.5).

De forma a PNMA contribui para o fortalecimento das políticas ambientais brasileiras, tornando-as (teoricamente) umas das legislações mais avançadas do mundo, assim como corroborou com a efetivação de conselhos, comitês e audiências públicas de meio ambiente no país, além de estimular nos indivíduos, através da inclusão, uma consciência favorável em relação à proteção ambiental.

No entanto, como falhas dessas legislações, verifica-se que há problemas de consenso, uma vez que alguns propósitos dos atores integrantes são divergentes e, muitas vezes, acabam favorecendo os objetivos setoriais ou de um pequeno grupo; as audiências públicas em alguns casos vêm só para justificar uma ação e não para legitimar; bem como projetos

desenvolvimentistas acabam afetando de forma indiscutível a qualidade ambiental brasileira, sem falar na quase inexpressiva força do Ministério do Meio Ambiente em relação ao, por exemplo, Ministério da Fazenda (Cavalcanti, 2004; Gomides & Silva, 2009). Problemas como falta de recursos, pouca representatividade, cumprimento de metas, capacidade técnica são também algumas disparidades que assolam as políticas ambientais nacionais.

Apesar disso, a governança ambiental tem um efeito significativo sobre o comportamento ambiental, já que programas de treinamentos, manual de instruções ou exigência legal pautadas em princípio de integração podem induzir e incentivar as pessoas de uma localidade a uma postura ambiental mais prudente (caixeta, 2010; Geller, 2002).

Além disso, a governança, seja em esfera pública ou privada, pode estimular o comportamento ambiental através da adoção de critérios como: economizar papel, apagar luzes, racionar água, utilização de matérias não descartáveis, separação de matérias recicláveis e outros. Assim como pode fazer uso de instrumentos, como a educação ambiental para promover uma mudança de comportamento nos indivíduos em relação ao meio ambiente (essencialmente, o natural).

Essa relação ainda pode ser verificada em estudos como de Hanna-Helena & Jens R (2015), Nketti (2014) assim como Qinghua et al. (2016).

Baseando-se nos conceitos apresentados, propôs-se o estudo cujas características metodológicas são apresentadas a seguir:

3. Metodologia e Estratégias de Ação

3.1. Tipologia

O presente estudo caracteriza-se como descritivo, utilizando-se do método hipotético-dedutivo, uma vez que se apropriou de alguns modelos teóricos para se chegar a construção de hipóteses e assim elencar os possíveis fatores que poderiam afetar o comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.54), no método hipotético-dedutivo, “a construção de hipóteses parte de um postulado ou conceito como modelo de interpretação do objeto estudado”. Já o estudo descritivo “visa descrever as características de determinada população, descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis” (Freitas & Prodanov, 2013, p.52).

Com relação à abordagem, caracteriza-se como quali-quantitativo, uma vez que a pesquisa *in loco* foi dividida em basicamente duas etapas: a primeira teve como particularidade verificar a percepção dos investigados no que concerne ao comportamento pró-ambiental, especialmente, sobre práticas de proteção ambiental realizadas pelos moradores formosenses, propondo indentificar as variáveis que constituíram o questionário (Atitude Pró-ambiental, Normas Subjetivas, Controle Percebido, Apego ao Lugar e Comportamento Pró-ambiental); e a segunda, momento em que o problema da pesquisa foi investigado por meio de métodos quantificáveis (característica de estudos quantitativos), implicando ainda em informações que precisaram ser exploradas de modo mais aprofundado, logo o aporte qualitativo foi pertinente também ao justificar possíveis recorrências e casualidades no resultado do trabalho.

Nesse sentido, a abordagem qualitativa compreendeu a etapa inicial do estudo, bem como auxiliou a análise quantitativa dos dados, já o aspecto quantitativo foi evidenciado no segundo momento da pesquisa de campo, haja vista que se utilizou-se de instrumentos e procedimentos que permitiram a mensuração de informações almejadas.

O método qualitativo tem como particularidade a interpretação a natureza de um fenômeno social, com o propósito de compreender o fenômeno de acordo com as perspectivas dos participantes (Bardin, 1977). Já o quantitativo:

Caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais antigas como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc (Richardson, 1985, p.70).

Logo, o uso de métodos estatísticos e pesquisa a partir das perspectivas de participantes (aspectos respectivamente quantitativos e qualitativos) são peculiaridades encontradas no trabalho e que reafirmam a utilização da referida abordagem.

3.2. Área de estudo

O estudo foi realizado no município de Baía Formosa, estado do Rio Grande do Norte, localizado no litoral sul potiguar a 98,9 Km de Natal, capital do estado. Abrange uma área de 245,661 Km², na qual se pode encontrar uma grande diversidade de atrativos naturais, como dunas, falésias, manguezal, lagoas e Mata Atlântica. (IBGE, 2015), conforme pode ser observado nas Figuras 08 e 09.



Figura 08- Localização do RN, Brasil.
Fonte: (<http://riograndedonorte.openbrasil.org/>).

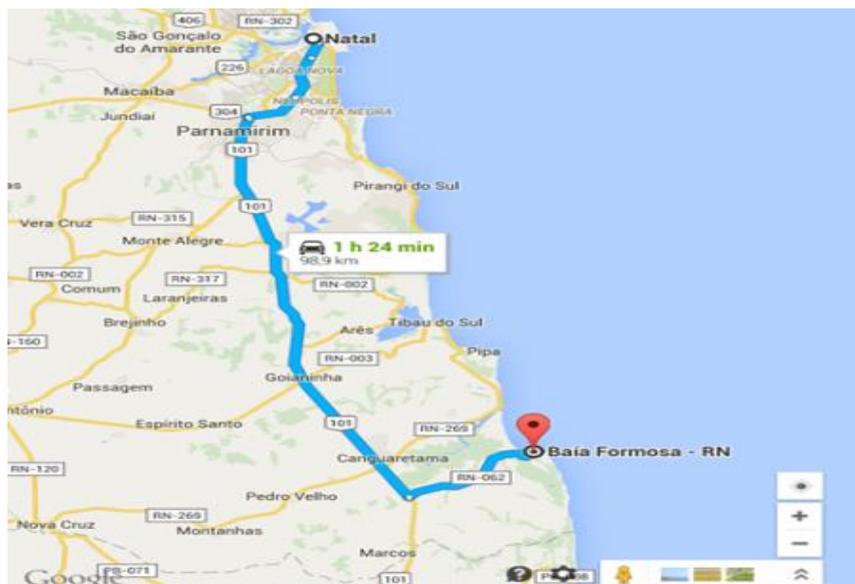


Figura 09- Localização de Baía Formosa/RN.

Fonte: Google Maps, 2015.

Deste modo, fez-se necessário explorar mais informações relativas aos aspectos ambientais dessa localidade, bem como investigar a conduta da população local diante das peculiaridades naturais.

3.3. População e Amostra

O universo ou população da pesquisa refere-se à quantidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo (Vieira, 2014). No caso da pesquisa em questão, o universo abarca os residentes do Baía Formosa/RN, município com 9.247 habitantes, população estimada para 2016 (IBGE, 2017). Sendo realizadas 35 entrevistas e aplicado um total de 288 questionários com esse público alvo.

O tipo de amostragem utilizada no estudo foi a não-probabilística, tendo em vista que não se aplicou cálculo amostral ou mensurou a probabilidade dos investigados participarem da pesquisa. Segundo Cooper & Schindler (2016, p.654), a amostragem não-probabilística é “um procedimento subjetivo e arbitrário, no qual cada elemento da população não tem uma chance conhecida diferente de 0 de ser incluído; não se faz nenhuma tentativa de gerar uma amostra estatisticamente representativa”.

Os residentes participantes da entrevista e questionário foram selecionados por critério de julgamento e conveniência, visto que o pesquisador julgou (escolheu) os envolvidos sobre aspectos de experiência profissional, grau de escolaridade, disposição física e disponibilidade para a participação, indicando o tipo de amostra por Julgamento e conveniência.

A amostragem por julgamento é aquela se baseia no que o pesquisador julga melhor para seu estudo. Já amostragem por conveniência é aquela em que os itens são escolhidos por serem acessíveis, estarem disponíveis ou por simplesmente serem menos complexos para a avaliação (Gressler, 2004).

Assim, o estudo abarcou uma amostragem não-probabilística intencional e conveniente.

3.4. Instrumento e procedimentos de coleta de dados

Na primeira etapa da coleta de dados foi realizada a entrevista qualitativa. Efetuada em Setembro de 2016, abarcou questões abertas relativas às práticas Ambientalmente Amigáveis - Environmentally Friendly Practices – EFP (Rogers, 1995), como coleta seletiva, racionamento de água, reutilização e reciclagem de lixo, abrangendo também a percepção dos residentes no que concerne a execução de práticas pro-ambientais em Baía Formosa, de modo que as questões permitiram a identificação dos grupos e indivíduos formosenses que apoiam ou são capazes de influenciar no comportamento em foco (Normas subjetivas), bem como fatores e circunstâncias que dificultam sua efetivação (controle percebido) na localidade. Hábitos de racionamento de água e não jogar lixo nas ruas, foram indicados como ações mais pontuais dos moradores locais, logo, as justificativas evidenciadas possibilitaram identificar o tipo de atitude que fundamentaram tais ações. As informações sugeridas fundamentaram a elaboração do questionário.

A segunda etapa foi caracterizada pela construção e aplicação desse instrumento analítico de pesquisa. O questionário, que se encontra no Apêndice A, foi constituído por variáveis baseadas pela Teoria do Comportamento Planejado (TCP), teoria que expõe que o comportamento humano é precedido pela Intenção Comportamental. No caso deste estudo, a Intenção Comportamental foi concebida como a Intenção ambiental, influenciada respectivamente pelos seguintes constructos: Atitude Pró-Ambiental, referindo-se ao grau de favorabilidade e desfavorabilidade dos sujeitos em relação ao meio ambiente; Normas Subjetivas, denotando a influência da pressão social sobre o comportamento das pessoas; e do Controle Comportamental Percebido, indicando a força de fatores que estão além do controle volitivo dos investigados (Ajzen, 1985). Foi adicionado a esse modelo o fator Apego ao Lugar, retratando o afeto dos investigados pelo seu local de residência, visto que tem influência sobre o comportamental ambiental (Bonaiuto, Carrus, Mortella & Bonnes 2002; Buijs 2009; Giuliani 2004; Lee 2013; Walter & Ryan 2008; Yi-Fu Tuan, 1983). Estas dimensões são trabalhadas por meio de uma Escala métrica de onze pontos, a qual variou entre 0 (Discordo plenamente) a 10 (Concordo plenamente) com uma afirmação proposta que representava a variável.

As dimensões Custos e Benefícios (Gursoy & Kendall, 2006; Feital, 2007; Nunkoo & Gursoy 2012) e Governança Ambiental (Hanna-Helena & Jens, 2015; Nketti, 2014; Qinghua, Yunting & Seok-Beom, 2016) foram acrescentados no trabalho como outros fatores, pois apesar de incidirem sobre o comportamento em pauta, não foram acrescentadas ao modelo estrutural proposto visando não se perder parcimônia do modelo. Desta forma, as variáveis e dimensões utilizadas no estudo são apresentadas na Tabela 10:

Tabela 10

Variáveis e dimensões utilizadas no estudo

Dimensão	Variável	Descrição da Variável	Autor(es)
Atitude Pró-Ambiental	AT1	Eu acho muito importante realizar ações para proteger o meio ambiente	Ajzen (1985); Ajzen (1991); Ajzen (2002abc); Corral-Verdugo (2003); Huang (2011); Kotchen & Relling (2000); Luís (2014); Martins et al. (2010); Peixoto (2007); Pinheiro et al. (2011); Pinto (2007); Santos et al. (2010); Shultz (2002); Steel (1996).
	AT2	Proteger o meio ambiente gera uma sensação de bem-estar na pessoa	
	AT3	Eu acho uma boa ideia realizar ações para proteger o meio ambiente	
	AT4	Ajudar a proteger o meio ambiente, me trará destaque em Baía Formosa	
	AT5	Eu gosto da ideia de realizar ações para proteger o meio ambiente	
	AT6	Proteger o meio ambiente significa ser uma pessoa mais evoluída	
	AT7	Proteger o meio ambiente melhora o ambiente de Baía Formosa	
Normas Subjetivas	NSUB1	As pessoas que são importantes para mim, acham que seria importante eu proteger o meio ambiente	Ajzen (1985); Ajzen (1991); Ajzen (2002abc); Huang (2011); Luís (2014); Martins et al. (2010); Peixoto (2007); Pinto (2007); Santos et al. (2010)
	NSUB2	As pessoas que influenciam minhas decisões, acham que seria importante eu proteger o meio ambiente	
	NSUB3	As pessoas cujas opiniões eu valorizo, acham que seria importante eu proteger o meio ambiente	
	NSUB4	No meu círculo de amizade, as pessoas acham que seria importante eu proteger o meio ambiente	
	NSUB5	Meus vizinhos acham que seria importante eu proteger o meio ambiente	

	NSUB6	Meus familiares acham que seria importante eu proteger o meio ambiente	
Controle Comportamental Percebido	CONT1	Eu tenho capacidade para ajudar a proteger o meio ambiente	Ajzen (1985); Ajzen (1991); Ajzen (2002abc); Huang (2011) Luís (2014); Martins et al. (2010) Peixoto (2007); Pinto (2007); Santos et al. (2010)
	CONT2	Eu tenho conhecimento para ajudar a proteger o meio ambiente	
	CONT3	Realizar ações para proteger o meio ambiente está sob o meu controle.	
	CONT4	Se eu quiser, posso proteger melhor o meio ambiente	
	CONT5	Só depende de mim realizar ações para proteger o meio ambiente	
	CONT6	Não preciso de qualquer ação da prefeitura para ter comportamento ambiental	
Intenção Pró-Ambiental	INT1	Eu tenho vontade de ajudar a proteger o meio ambiente	Ajzen (1985); Ajzen (1991); Ajzen (2002abc); Huang (2011) Luís (2014); Martins et al. (2010) Peixoto (2007); Pinto (2007); Santos et al. (2010)
	INT2	Eu pretendo aumentar minhas ações para proteger o meio ambiente	
	INT3	Se for possível, vou melhorar minhas ações para proteger o meio ambiente	
	INT4	Eu pretendo economizar água em minha casa	
	INT5	Eu pretendo economizar energia elétrica em minha casa	
	INT6	Em casa, eu pretendo separar o lixo em reciclável e não reciclável	
	INT7	Em casa, eu pretendo reutilizar elementos que iriam para o lixo	
Apego ao Lugar	APEG1	Tudo que eu preciso, encontro aqui em Baía Formosa	Bonaiuto, Carrus, Mortella & Bonnes (2002); Buijs (2009); Giuliani (2004); Lee (2013); Walter & Ryan (2008); Yi-Fu Tuan (1983).
	APEG2	Dependo de Baía Formosa para viver Baía Formosa significa muito para mim.	
	APEG3	Possuo um grande apego à Baía Formosa	
	APEG4	Sinto Baía Formosa como uma parte de mim.	
	APEG5	Me identifico fortemente com Baía Formosa	

	APEG6	Estou muito satisfeito em morar em Baía Formosa	
Comportamento Pró-Ambiental	CAM1	Eu considero que realizo ações para proteger o meio ambiente	Bonnes & Bonaiuto (2002); Corral-Verdugo & Pinheiro, (1999); Geller (2002); Karp (1996).
	CAM2	Sempre quando há condições, eu procuro ajudar a proteger o meio ambiente	
	CAM3	Eu procuro economizar água em minha casa	
	CAM4	Eu procuro economizar energia elétrica em minha casa	
	CAM5	Em casa, eu faço a separação do lixo em reciclável e não reciclável	
	CAM6	Em casa, eu procuro reutilizar algum elemento que iria para o lixo	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Após a construção de tal instrumento, foi realizado um pré-teste com os residentes de Baía Formosa no período de 08 a 10 de Março de 2016, a fim de avaliar a qualidade deste, no que se refere à clareza do conteúdo, organização, tempo médio de respostas dos inquiridos, bem como de identificar possíveis entraves que pudessem interferir no andamento da pesquisa. A partir disso, observou-se a consistência desse instrumento de pesquisa, haja vista que as variáveis utilizadas obtiveram boa confiabilidade, sendo ressaltada, sobretudo, a correlação entre variáveis “Intenção Pró-Ambiental” e “Comportamento Pró-Ambiental”. Desta forma, entendeu-se que não foram necessários reajustes no instrumento.

A aplicação final do questionário ocorreu entre o período de 27 de Março a 02 de Abril do ano corrente.

3.5. Técnicas de Análise de Dados

Para a verificação do conteúdo abordado no instrumento da pesquisa qualitativa, foi necessária a utilização de método de Análise Conteúdo, instrumento metodológico que se pode aplicar a quase todas as formas de comunicação. Análise de conteúdo, segundo Bardin (1997, p.42), refere-se a:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A Técnica de Análise do Discurso auxiliou na interpretação dos significados sugeridos pelos relatos dos entrevistados, uma vez que essa técnica trata de investigar sentidos produzidos

por palavras e expressões, levando em consideração todo seu o contexto (Caregnato & Mutti, 2006).

Os dados coletados pelo questionário (instrumento de pesquisa quantitativa) foram analisados pelo método de estatística descritiva e modelagem de equações estruturais, aportado pelo *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22 para Windows, com pacote *Analysis of Moment Structures* (AMOS), versão 22. Para realizar este procedimento, inicialmente foi necessário a composição das dimensões, sendo utilizado o método de Análise Fatorial.

Análise Fatorial, segundo Fachel (1976, p.2):

É uma técnica de Análise Multivariada que trata as relações internas de um conjunto de variáveis, substituindo um conjunto inicial de variáveis correlacionadas por um conjunto menor de “fatores” (ou variáveis hipotéticas) que podem ser não correlacionados (Fatores Ortogonais) ou correlacionados (Fatores Oblíquos), e que explicam a maior parte da variância de um conjunto original.

Análise de Equações Estruturais refere-se a:

Uma técnica de modelação generalizada, utilizada para testar a validade de modelos teóricos que definem relações casuais, hipotéticas, entre variáveis. Estas relações são representadas por parâmetros que indicam a magnitude do efeito que as variáveis, ditas independentes, apresentam sobre outras variáveis, ditas dependentes, num conjunto de hipóteses respeitantes a padrões de associações entre as variáveis no modelo (Marôco, 2010, p.3).

A junção dessas análises é pertinente em modelos teóricos, essencialmente, por evidenciarem graus de correlação entre fatores.

3.6 Modelo de análise

O modelo de análise, representado na Figura 10, é constituído pelas seguintes dimensões: Atitude Pró-Ambiental, Normas Subjetivas, Controle Percebido, Intenção Pró-Ambiental, Apego ao Lugar e Comportamento Pró-Ambiental.

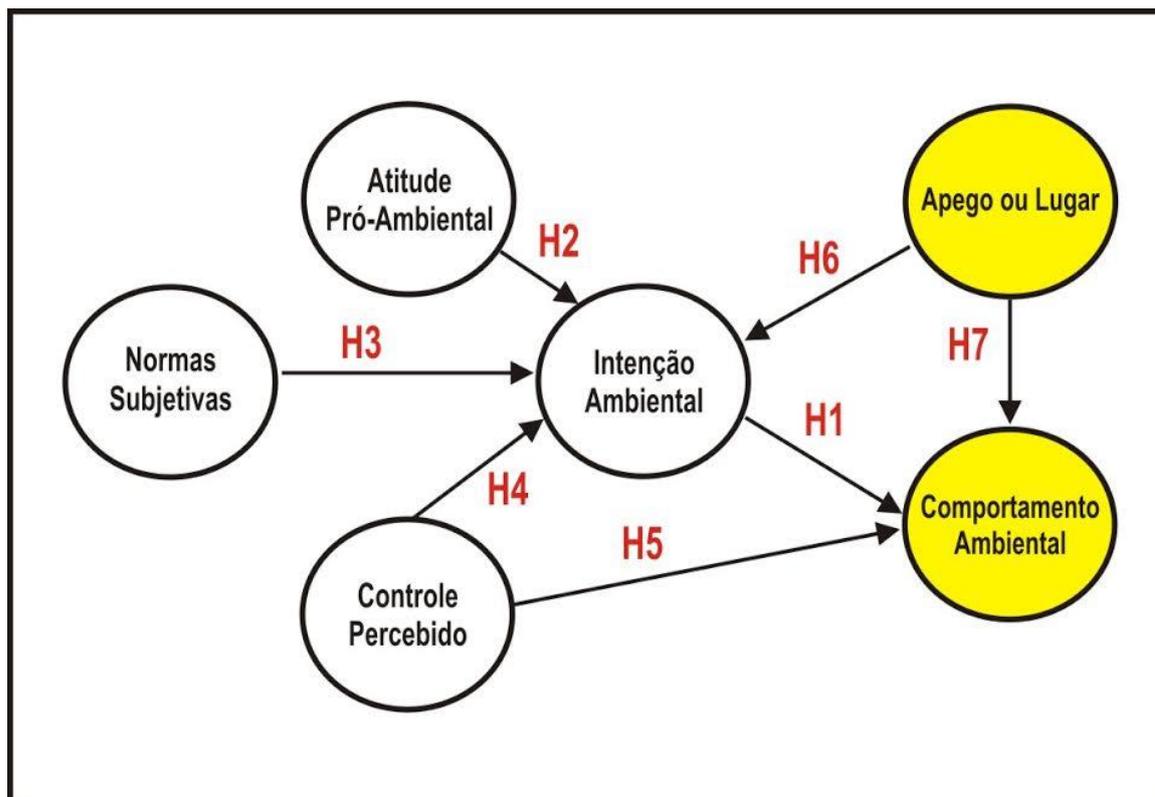


Figura 10- Modelo Estrutural para investigar o comportamento ambiental de residentes
 Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O modelo proposto evidencia também hipóteses que indicam algumas relações de interdependências entre os constructos, a saber:

H1: Existe significativa correlação positiva entre “Intenção Ambiental” e “Comportamento Ambiental” (hipóteses essas baseadas nos estudos de Ajzen 1985, 1991; 2002abc; Luís, 2014; Masud *et al.*, 2016; Pinto, 2007; Santos *et al.*, 2010).

H2: Existe significativa correlação positiva entre “Atitude Pró-Ambiental” e “Intenção Ambiental” (hipóteses essas baseadas nos estudos de Ajzen, 1985, 1988, 1991, 2002bc; Luís, 2014; Masud *et al.*, 2016; Pinto, 2007; Santos *et al.*, 2010).

H3: Existe significativa correlação positiva entre “Normas Subjetivas” e “Intenção Ambiental” (hipóteses essas baseadas nos estudos de Ajzen, 1985, 1991, 2002bc; Carpenter & Reimers, 2005; Luís, 2014; Masud *et al.*, 2016; Pinto, 2007; Santos *et al.*, 2010).

H4: Existe significativa correlação positiva entre “Controle Comportamental Percebido” e “Intenção Ambiental”. (hipóteses essas baseadas nos estudos de Ajzen, 1985, 1991, 2002abc; Ajzen & Driver, 1991; Martins *et al.*, 2014; Masud *et al.*, 2016; Pinto, 2007).

H5: Existe significativa correlação positiva entre “Controle Comportamental Percebido” e “Comportamento Ambiental” (hipóteses essas baseadas nos estudos de Ajzen, 1985,1991, 2002abc; Ajzen & Driver, 1991; Masud *et al.*, 2016; Pinto, 2007).

H6: Existe significativa correlação positiva entre “Apego ao Lugar” e “Intenção Pró-Ambiental” (hipóteses essas baseadas nos estudos de Bonaiuto *et al.*, 2002; Buijs, 2009; Giuliani, 2004; Lee, 2013; Walter & Ryan, 2008; Yi-Fu Tuan,1983).

H7: Existe significativa correlação positiva entre “Apego ao Lugar” e “Comportamento Ambiental” (hipóteses essas baseadas nos estudos de Bonaiuto *et al.*, 2002; Buijs, 2009; Giuliani, 2004; Lee, 2013; Walter & Ryan, 2008; Yi-Fu Tuan,1983).

O item a seguir expõe o quadro metodológico da pesquisa.

3.7 Quadro metodológico

Diante da determinação dos objetivos do trabalho, foi necessário instituir algumas técnicas que pudessem subsidiá-los, assim como pode-se verificar na Tabela 11.

Tabela 11
Tabela Metodológica

Problema	Objetivo Geral	Objetivos	Técnica de coleta	Técnica de Análise
Quais os fatores capazes de influenciar o comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros?	Analisar os fatores capazes de influenciar no comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros.	Caracterizar a percepção do residente quanto à conduta pro-ambiental dos moradores de Baía Formosa/RN	Entrevista	Análise de Conteúdo Análise do Discurso
		Caracterizar a percepção do residente quanto às variáveis capazes de influenciar o comportamento ambiental em destinos turísticos costeiros	Questionário	Análise Descritiva
		Adequar um modelo de mensuração capaz de investigar o relacionamento das variáveis que influenciam o comportamento ambiental do residente em destinos turísticos costeiros	Questionário	Análise Fatorial Exploratória (AFE)
		Validar um modelo estrutural de relacionamento para investigar as inter-relações existentes entre variáveis capazes de influenciar o comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros.	Questionário	Modelagem de Equações Estruturais: Análise de Correlações bi-variadas Variância extraída (AVE)

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

4. Discussão dos Resultados

4.1. Caracterização dos residentes quanto à conduta pro-ambiental dos moradores de Baía Formosa/RN

Durante o processo de construção do instrumento analítico de pesquisa proposto para investigar as interrelações entre variáveis capazes de influenciar o comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros, achou-se pertinente realizar uma análise qualitativa no que concerne a percepção dos residentes quanto à conduta pro-ambiental dos moradores de Baía Formosa/RN, de modo que sejam identificadas variáveis que sejam capazes de refletir as atitudes, normas subjetivas e controle comportamental destes, a fim de que o resultado proposto subsidie a construção do instrumento de pesquisa quantitativo e torne o processo de pesquisa mais consistente. Para tanto, foi utilizada a Análise de Conteúdo como método de verificação. A análise de conteúdo:

Compreende técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados. A escolha deste método de análise pode ser explicada pela necessidade de ultrapassar as incertezas conseqüentes das hipóteses e pressupostos, pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas (Cavalcante, Calixto & Pinheiro, 2014, p.14).

A Análise de Discurso foi a técnica utilizada para auxiliar na interpretação de significados produzidos pelas falas (ou discursos) dos investigados, visto que é uma técnica que permite que o analista faça “leitura do texto enfocando a posição discursiva do sujeito, legitimada socialmente pela união do social, da história e da ideologia, produzindo sentido” (Caregnato & Mutti, 2006, p.684).

O capítulo seguirá com o perfil dos respondentes e sequentemente discutirá as questões abordadas na entrevista qualitativa, visando identificar tais variáveis que iriam compor o instrumento de pesquisa.

4.1.1 Perfil dos respondentes

Características de uma população podem ter incidências sobre as informações por esta revelada, visto que estudos voltados para a temática de Comportamento Ambiental evidenciam influências de aspectos como gênero, idade, nacionalidade e grau de instrução (Corral-Verdugo & J. Q. Pinheiro, 1999; Deboni *et al.*, 2015; Romero *et al.*, 2015). Diante disso, entende-se

como relevante a apresentação do perfil dos respondentes da pesquisa em foco, que abrangeu os residentes em Baía Formosa/RN:

A referida pesquisa qualitativa envolveu um total de 35 moradores do destino. Destes, a maioria de 54% foi do gênero feminino e 60% declararam ser casados, conforme pode ser observado na Figura 11.

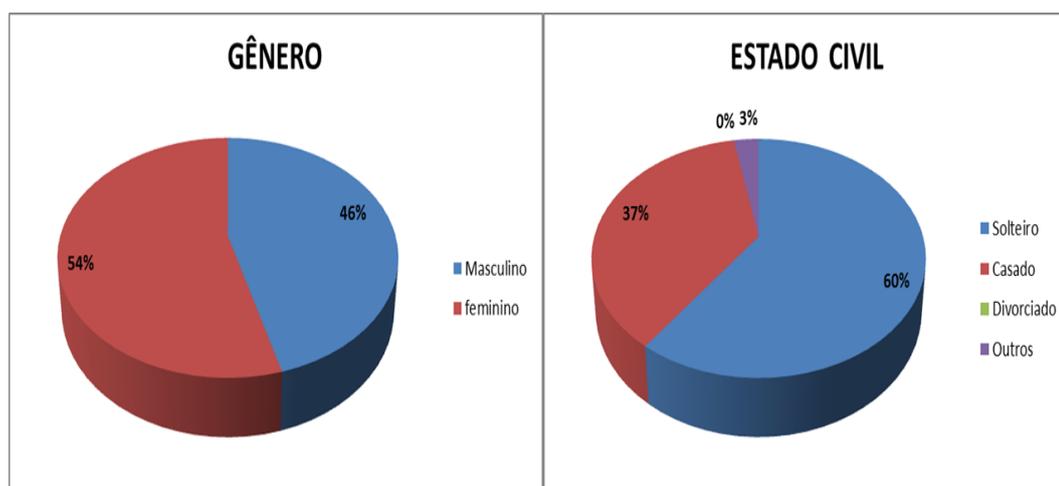


Figura 11 – Gênero e Estado Civil

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Em relação à faixa etária, 54% indicaram ter entre 18 a 25 anos de idade, prevalecendo, em maioria de 63%, o ensino médio como nível de escolaridade desses respondentes, conforme pode observar na Figura 12:

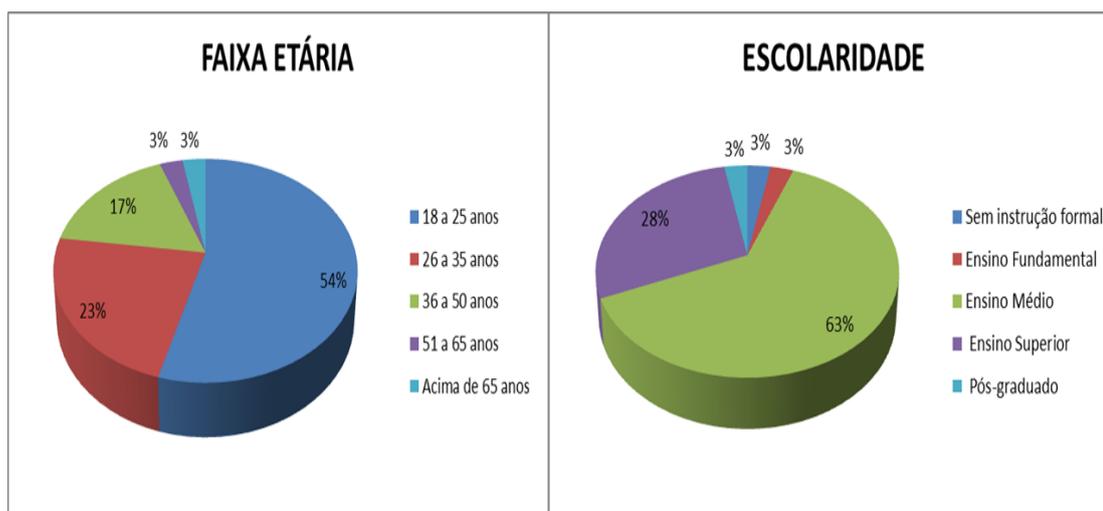


Figura 12 – Faixa Etária e Escolaridade

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

No que concerne à ocupação dos inquiridos, indicada na Figura 13, verificou-se que 56% são estudantes.

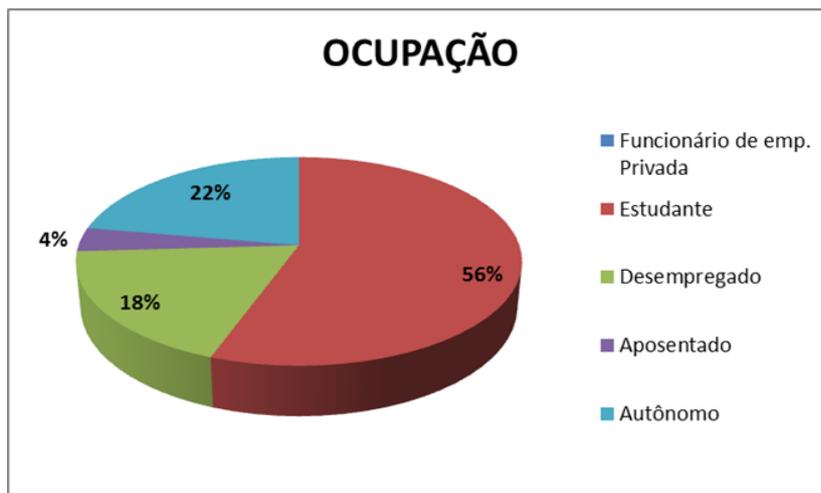


Figura 13 – Ocupação dos respondentes

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Assim, declara-se que o perfil que se sobressaiu nos relatos foi de pessoas do gênero feminino, solteiras, atuais estudantes, com idade que varia entre 18 e 25 anos e escolaridade de ensino médio.

A seguir, são apresentados os questionamentos apontados na pesquisa qualitativa:

4.1.2 Comportamento ambiental na percepção dos residentes formosenses

Mediante ao questionamento **o que é proteger o meio ambiente?**, verificou-se que aproximadamente 65% dos respondentes informaram “cuidar” em suas declarações. Precedente a esta, tem-se o uso incisivo do termo “zelar”, indicando juntos que a proteção do meio ambiente envolve o ato de praticar boas maneiras, do cuidado com o entorno, assim como demonstra os seguintes:

O indicador R e a numeração entre parênteses indicam a ordem de participação dos respondentes na pesquisa.

- *É ter educação pelo ambiente, cuidar e zelar (R-19).*
- *Cuidar e zelar do meio ambiente (R-21).*
- *Cuidar do meio ambiente para que seja respeitado como merece (R-22).*
- *Cuidar, zelar e preservar o meio ambiente (R-24).*
- *É cuidar do meio ambiente (R-28).*
- *É cuidar do meio ambiente para que tudo permaneça no lugar onde deve (R-29).*
- *Cuidar e zelar do meio ambiente (R-30).*

Percebeu-se ainda pelas repetições do vocábulo “nossa”, que essa proteção, na visão dos indagados, envolve algum tipo vínculo afetivo, que é evidenciado mediante algum sentimento posse, tendo em vista, que se deve proteger o meio ambiente como algo valioso, que pertence

a todos, como um lar, pois se pertence ao indivíduo, logo tem-se o cuidado e afeto por aquilo que é de seu domínio.

- *Cuidar, zelar e proteger do meio ambiente como se fosse nossa casa (R-8).*
- *Na verdade é cuidar de nossa casa (R-9).*
- *Cuidar da nossa natureza, que é nossa casa (R-15).*
- *Cuidar do meio ambiente como algo precioso, como que se fosse nosso (R-23).*

A definição de Meio Ambiente declarada no Artigo 3º, 1 da Lei nº 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente: “Conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológicas, que permite, obriga e rege a vida em todas as suas formas”. Assim como sua classificação: Meio Ambiente Natural, de origem de procedimentos naturais, sem interações humanas; Meio Ambiente Artificial, oriundo de procedimentos antrópicos; Meio Ambiente Cultural, caracteriza-se também por processos artificiais, no entanto, distingue-se por receber um valor especial; e o Meio Ambiente de Trabalho, ambiente que se realiza atividades laborais (Fiorillo, 2000), sugerem que 31% dos relatos que envolveram a natureza e sua diversidade, consistem, sobretudo, na proteção do Meio Ambiente Natural.

- *Conservar o que a natureza nos dá (R-02).*
- *Cuidar do nosso patrimônio natural (R-05).*
- *Cuidar e zelar de nosso ambiente natural (R-06).*
- *É cuidar, tomando medidas preventivas para que a natureza não seja destruída (R-12).*
- *Cuidar da natureza colocando em prática ações que a proteja (R-13).*
- *É cuidar com amor da natureza (R-14).*
- *É cuidar da natureza, que é nossa casa (R-15).*
- *Cuidar e zelar daquilo que a natureza nos emprestou (R-18).*
- *Cuidar da natureza (R-20).*
- *Preservar e cuidar de plantas (R-25).*
- *Respeitar o que a natureza nos oferece (R-34).*
- *Conservar o que a natureza nos emprestou (R-35).*

À vista disso, infere-se que meio ambiente na visão destes está estreitamente associada à ideia de natureza. A razão pode estar vinculada ao fato de programas e projetos ambientais instituídos no município focarem apenas em atrativos naturais como, por exemplo, o Projeto Orla e Programa Mutirão de Limpeza (Soares, 2013), que abarcam problemas relativos à costa, especialmente, as praias da localidade.

Ademais, em menor expressividade, 14% dos inquiridos acreditam que as questões ambientais não se restringem a conservação e proteção dos elementos naturais, mas abarcam pleitos relativos ao meio ambiente cultural e de trabalho, especificadamente, gestão

participativa, medidas preventivas, efetividade burocrática e educação ambiental. Denotando também que danos ambientais implicam na vida humana, conforme pode ser observado nas seguintes afirmações obtidas durante o processo de investigação:

- *É preservar o meio ambiente, inclusive, a natureza, de ações nocivas, que também causam danos aos seres humanos (R-01).*
- *Processo que visa à saúde da população e seu meio (R-16).*
- *Fazer iniciativas que busquem cuidar do meio ambiente, e cultivar hábitos sustentáveis que por sua vez diminuirão as agressões ao meio ambiente (R-31).*
- *Proteção do ambiente em níveis individuais, organizacionais ou governamentais, para benefício tanto do meio ambiente como toda a humanidade (R-32).*
- *É criar leis e normas para que o ser humano venha a cada dia agredi-lo menos [...] (R-33).*

Nesse processo de proteção ambiental, cabe ainda ações de limpeza de ruas, praias, tratamento de esgoto, práticas contra desmatamento e queimadas de árvores, bem como incentivo a reutilização e reciclagem de lixo (R- 07,17, 26 e 27). Estas, de modo como afirma o Respondente nº 04, não são ações de incumbência apenas do poder público, mas uma tarefa que requer empenho diário e participação de todos os indivíduos de um destino.

No geral, quando se volta para o entendimento dos inquiridos no que concerne o comportamento em pauta, vê-se de forma incisiva que são pensamentos que atendem a linha de raciocínio de autores como Bonnes e Bonaiuto (2002), Corral-Verdugo e Pinheiro (1999) e Karp (1996), visto que descrevem o comportamento ambiental como uma conduta orientada à manutenção dos recursos naturais.

4.1.3 Ações que caracterizam o Comportamento Ambiental

No tocante às ações que os residentes Formosenses consideram importantes para proteger o meio ambiente, notou-se que as discussões se perduraram em torno basicamente dos seguintes pontos:

- Lixo
- Água
- Poluição
- Proteção da flora e fauna
- Conscientização e sensibilização ambiental

Essas variáveis coletadas através da pesquisa qualitativa foram consideradas para se constituírem nas variáveis manifestas do instrumentamento de pesquisa quantitativo.

Em princípio, observou-se que aproximadamente 46% dos respondentes consideram que as ações de proteção ambiental devem ser discutidas e direcionadas para o uso do lixo, alegando ainda que o lixo deve ser evitado na área urbana, essencialmente, nas ruas da cidade; bem como se faz necessário alocar práticas de separação do mesmo (ou coleta seletiva), permitindo assim a cisão do resíduo orgânico do inorgânico.

Importando também que se efetuem medidas que viabilizem a redução, reutilização e a reciclagem desses resíduos, indicações estas que já foram pautas de relevantes discussões a nível nacional, como a Agenda 21.

Para P. S. Fadini e A. A. B. Fadini (2001), o problema de produção do lixo está estreitamente ligado a hábitos culturais, de modo que se evidencia a correlação desse gargalo com o poder econômico de cada população. Em países como o Brasil, em que são produzidos anualmente milhares de toneladas de resíduos sólidos por brasileiros, não basta apenas dar destino para os descartes, mas pensar em meios de se evitar o acúmulo excessivo e desperdício desnecessário. Nesse caso, aplicação de programas como os 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), descrito no item 21.5 da Agenda 21, é uma alternativa viável.

Outras práticas apontadas por 14% do indagados envolveram a temática água. Em meio a atual crise planetária, em que se discute a destinação da decrescente parcela de água potável restante no mundo, os referidos retratam que se faz pertinente executar ações de racionamento da água por meio, principalmente, de práticas de reaproveitamento e de conservação de mananciais.

Observou-se também nos relatos dos inquiridos nº 17, 29, 30, 31 e 32, que medidas de combate à poluição são importantes nesse percurso de caracterização do comportamento ambiental, visto que podem viabilizar a redução da poluição atmosférica, impulsionada pela emissão de gases tóxicos no ar mediante a atos como, queimadas e uso de veículos poluentes; poluição do solo, relacionada à descarte de sujeiras na superfície; e poluição das águas, caracterizada pelo acúmulo de resíduos nos recursos hídricos, a saber, rios, lagoas, mares e oceanos.

- *Evitar jogar coisas químicas no solo, no ar e em todo ambiente (R-17);*
- *Não jogar lixo nas ruas, preservar matas, rios e praias, não poluir com carros, fogueiras etc. (R-29).*
- *Não jogar lixo nas ruas, não fazer fogueiras, não desmatar e reutilizar (R-30).*
- *Separação correta do lixo, evitar o desperdício de água, investir em meios de transporte menos poluentes, etc. (R-31).*
- *Redução da produção de resíduos sólidos, redução do lançamento de gases tóxicos na atmosfera, criação de áreas de preservação que contribuam na perpetuação das espécies vivas (R-32).*

Além do critério poluição, os interrogados nº 23, 25, 27, 28, 29 e 32 alegaram que é considerável adotar condutas que priorizem a manutenção da flora e fauna, tendo em vista que a qualidade da vegetação implica na qualidade de vida e a diversidade em animais contribui para o equilíbrio do planeta.

- *Não efetuar queimadas, não desmatar, não sujar o habitat natural e proteger os animais silvestres e outros seres vivos (R-23);*
- *Plantar arvores, cuidar, limpar e organizar ruas etc. (R-25);*
- *Não jogar lixo nas ruas e não derrubar as árvores (R-27);*
- *Não desmatar e nem jogar lixo (R-28);*
- *Não jogar lixo nas ruas, preservar matas, rios e praias, não poluir com carros, fogueiras etc. (R-29);*
- *Redução da produção de resíduos sólidos, redução do lançamento de gases tóxicos na atmosfera, criação de áreas de preservação que contribuam na perpetuação das espécies vivas (R-32).*

Aparentemente, as ações apontadas indicam que os residentes de Baía Formosa têm ciência da conduta pró-ambiental e dos benefícios por estas suscitados, bem como dos problemas ambientais, singularmente, os relativos ao uso do lixo e água.

Contudo, ressalta-se que 34% dos entrevistados acreditam que importa, além de promover essas ações, trabalhar com informação, investir excessivamente na conscientização e sensibilização das pessoas, uma vez que têm indivíduos que desconhecem as consequências acerca do meio ambiente; e outros muitas vezes têm conhecimento, até sabem “o que fazer”, porém não fazem por não acreditar que problemas ambientais podem afetar seu cotidiano.

- *Conscientizar as pessoas sobre seu papel na natureza e fazer campanhas educativas (R-02).*
- *Não poluir e conscientizar a população para assunto (R-03).*
- *Reciclar, não poluir e conscientizar da importância do meio ambiente (R-05).*
- *Conscientização em massa da população (R-06).*
- *Preservação e conscientização (R-07)*
- *Promoção de palestras educativas sobre o meio ambiente e o quanto é importante preservar, e ainda mutirão promovendo a retirada de lixos das ruas (R-11).*
- *Campanhas de conscientização de ações que envolvam a população em benefício do meio ambiente (R-14).*
- *Fazer com que as pessoas possam cuidar do meio ambiente (R-15).*
- *Todas as ações que conscientize e envolva a população em benefício da natureza (R-20).*
- *As autoridades do município mobilizam os munícipes para conscientização de não poluir o ar e as ruas (R- 26).*
- *Leis, normas, conscientização, projetos educacionais, envolvimento com a população, órgãos públicos e privados (R- 33).*

Nesse caminho de conscientização e sensibilização ambiental, como retratado pelos respondentes nº 26 e 33, é interessante que as autoridades locais participem ativamente nas

comunidades criando regulamentos (leis, normas e projetos) que beneficiem o meio ambiente. Para além disso, programas educacionais inseridos, inclusive, no ensino primário, é um importante desencadeador de condutas ambientais, de modo como afirma o respondente nº34: “Informação desde o começo da carreira estudantil de toda a criança é fundamental para que se torne um adulto consciente e responsável, ambientalmente falando”.

L. V. Pinheiro *et al.* (2011, p.90) enfatizam a importância da educação nesse caminho de socialização com seu entorno, ao inferirem que a escola tem um “[...] papel fundamental no desenvolvimento dessa consciência ambiental ao ajudar o aluno (cidadão) a ter uma visão ampla e completa do ambiente que vive.”

Dessa forma, é possível perceber-se a existência de influência de fatores cognitivos (Corral-Verdugo e J. Q. Pinheiro, 1999), sobretudo, o conhecimento, atitude e personalidade sobre a conduta pró-ambiental de um indivíduo.

4.1.4 Comportamento ambiental indicado para os residentes Formosenses

Baía Formosa, como já relatado, é um município localizado ao Litoral Sul Potiguar, a 98, 9 km de Natal. Compreende uma área de 245.661 e uma população estimada de 9.247 habitantes (IBGE, 2017), destacando-se pelas suas particularidades naturais, visto que compreende grande extensão em Mata Atlântica, praias, rios e lagoas. Como uma cidade em crescimento turístico, é ordinário que no dia a dia dos formosenses se perdue ainda problemas relativos à ascensão demográfica, aumento de visitantes, progresso imobiliário e outros.

Destarte, verificou-se por meio do questionamento **quais ações de proteção ambiental que poderiam ser executadas pelos residentes, em Baía Formosa/RN**, que as práticas evidenciadas pelos entrevistados se voltaram, essencialmente, para os entraves ambientais incisivos na comunidade, a saber, problemas com o lixo, esgotamento sanitário, precária educação ambiental e extinção da flora e fauna, conforme pode ser observado nas seguintes afirmações obtidas durante o processo de investigação:

- *Economizar água e energia elétrica, não sujar as ruas, não jogar água servida para a rua (R-01).*
- *Reflorestamento, reciclagem, mutirões de limpeza, preservação e conscientização (R-04).*
- *Recolhimento regular de lixo, mutirões de limpeza, reflorestamento e preservação (R-05).*
- *Não jogar lixos nas ruas, não sujar as praias, não poluir nossos ecossistemas (R-10).*
- *Não jogar lixo na natureza, ter consciência com o lixo, cuidar das praias e cuidar da água (R-16).*
- *Reciclar, reutilizar reflorestar, limpar ruas e saneamento básico (R-18).*

- *Reutilização de objetos, preservação, mutirões de limpeza e até palestra em defesa do meio ambiente (R-21).*
- *Jogar lixo no lixo, não desmatar, não efetuar queimadas, proteger as dunas e mata nativa (R-23).*
- *Coleta diária de lixo, reciclagem, reflorestamentos, mutirões de limpeza e conscientização da população local (R- 24).*
- *Separação, processamento e coleta de lixo adequada, proteção da mata estrela, proteção da praia com relação a lixo, e esgoto q possam estar sendo despejados lá (R-31)*

Preliminarmente, notou-se que aproximadamente 60% dos respondentes mencionaram a palavra “lixo” em seus comentários, inferindo que por mais que o fato de despejar o lixo em locais impróprios, maiormente, ruas e canteiros das matas da localidade, seja um hábito de muitos residentes, os cidadãos formosenses devem, acima de tudo, dar destinação correta aos resíduos produzidos, aloca-los nas lixeiras, evitando ao máximo que sejam descartados nas vias e atrativos da cidade.

Outrossim, a realização de mutirões de limpeza por iniciativa de pessoas da própria comunidade nas extremidades e na orla do município é um meio de impulsionar a proteção ambiental do destino.

Alegaram ainda que não basta recolher e direcionar o lixo para o local ideal, mas pensar em alternativas que permitam reciclá-lo e reutilizá-lo, pois, ao contrário, dificilmente se chegaria a uma solução definitiva para esse gargalo acerca da produção de resíduos. Neste sentido, observa-se pertinente o uso do termo “reciclagem” como uma variável observável para o instrumento de pesquisa quantitativo.

Esse é um assunto de interesse nacional, tendo em vista que no Brasil já era produzido uma média de 241000 toneladas de lixo por dia em 2001, sendo que 76% desse total era depositado a céu aberto e apenas 0,9% era tratado em usinas de reciclagem (EMLUR citado como Cortez, Milfont & Belo, 2001, p.5).

No destino em questão não se tem registro da quantidade de resíduos produzido por domicílio, mas pôde-se observar por meio de apontamentos durante a entrevista, que o lixo é recolhido na comunidade não era despejado em local apropriado. Houve mudança no local de destino do lixo domiciliar de Baía Formosa, inicialmente localizado próximo a uma nascente. Devido a problema de contaminação de solo foi transferido para outra área dentro da região, no período da gestão do Prefeito Nivaldo Melo.

A situação quando questionada à Diretora de Meio Ambiente do município, que atuou na localidade até 31 de dezembro de 2016, verificou-se que a informação em partes é verídica, haja vista que a causa e o período de transferência do antigo lixão foram confirmados. No

entanto, a mesma alega que estudos realizados por técnicos especializados comprovam que o local que o lixo foi alocado é apropriado, o que se aguarda no momento é apenas a licença do IDEMA para que funcione o aterro sanitário da cidade.

Outro fato mencionado foi a prática de reflorestamento, pois apesar do município compreender a maior reserva de Mata Atlântica do estado (ICMBio, 2016; Virgínio, 2015), é frequente a conduta de queimadas e retirada de lenha da vegetação local. Dessa forma, segundo os respondentes nº 02, 04, 05 e 18, tem-se que adotar modos pró-ambientais, como o reflorestamento, a fim de que essas perdas de biodiversidade sejam compensadas.

Diligências no sentido de proteger cursos d'água também foram destacadas. A princípio, deve-se adotar ações racionamento de água, tendo em vista que já se presencia casos de extrema seca na região. Importa também realizar o esgotamento sanitário da cidade para que os mananciais sejam protegidos, assim como conduzir a atos que evitem a poluição das praias locais (R- 01, 10 e 26).

O respondente nº 20 alega que medidas de proteção as espécies marinhas, maiormente, as tartarugas, são pertinentes, já que esses animais, não têm a atenção necessária das pessoas e autoridades do destino, logo, ficam a mercê da caça predatória.

Ademais, os inquiridos nº 11, 13, 21, 24 , 29 e 35 acreditam as principais ações pró-ambientais que devem ser executadas pelos residentes formosenses são as pautadas na propagação do conhecimento ambiental. Para eles tem-se que haver divulgação da atual situação do meio ambiente que se encontra o planeta: confiam de igual modo que os mutirões de limpeza estimulam condutas mais favoráveis perante meio natural e na realização de protestos e passeatas de cunho ambiental que, ao mesmo tempo em que incentivam a participação popular, podem resultar em feitos de proteção ambiental.

Enfatizando a educação ambiental como desencadeador das ações pró-ambientais, o indagado nº 33 infere que são importantes de palestras de conscientização, cursos e/ou treinamentos e programas que tenham o objetivo de preservação ambiental. Alega ainda que para sanar os problemas mencionados, além da conscientização e sensibilização ambiental, é necessário fiscalizar, alocar policiamento ambiental (competência do governo) e investir em sinalizações.

Uma alternativa indicada também pelo respondente nº 12 é que seja realizada uma tarde verde no município, momento este que todos desligariam os eletrodomésticos de suas residências e justificariam seus atos em favor do meio ambiente.

Nota-se que de maneira majoritária, as ações referenciadas que podem ser executadas pelos residentes em Baía Formosa/RN, foram voltadas para a temática lixo. Estas por mais que

sejam as mais adotadas por indivíduos de certas localidades, inclusive, de países em desenvolvimento, ainda são consideradas, segundo Deboni *et al.* (2015), práticas simples de redução de impactos ambientais, uma vez que são práticas pouco colaborativas, no sentido de tratar precisamente esgoto e destinar resíduos.

4.1.5 Vantagens do Comportamento ambiental para Baía Formosa/RN

A efetivação de práticas ambientais nas destinações pode favorecer a qualidade de vida da população local, melhoria dos produtos e serviços ofertados, competitividade do destino, bem como do crescimento sustentável do turismo (Alcântara *et al.* 2012; Dias, 2013; M. E. M. Silva, 2013).

Logo, quando indagados sobre **as vantagens para Baía Formosa, se os residentes executassem ações de proteção ambiental ao meio ambiente**, observou-se que os discursos foram canalizados para os benefícios referentes a impacto visual, bem estar físico dos moradores locais, crescimento do turismo, fomento da economia do destino e desenvolvimento sustentável. Estes temas foram utilizados para se construir as variáveis observáveis dos impactos positivos percebidos pelos residentes.

Para 28% dos entrevistados, o maior benefício relativo à execução de práticas ambientais em Baía Formosa estaria pautado no impacto visual, uma vez que essa ação resultaria na redução da poluição urbana e, em consequência, se tornaria uma cidade mais limpa e mais valorizada ao olhar de moradores e visitantes, conforme pode ser observado nas seguintes afirmações obtidas durante o processo de investigação:

- *Seria uma cidade mais limpa e seus moradores ganhariam com economia e qualidade de vida (R-01).*
- *A cidade ficaria com a vista mais agradável (R-08);*
- *A cidade ficaria mais limpa e traria mais qualidade em benefícios para a população (R-12).*
- *A cidade seria mais limpa, não teria aquela preocupação de pegar doenças através de esgotos, lixos. Seria melhor vista (R-13).*
- *A cidade seria mais limpa e mais cuidada (R-15).*
- *A cidade iria ter um ar mais puro, mais limpo e seria uma cidade agradável (R-17).*
- *Uma cidade mais limpa e bem cuidada, assim como mais protegida da poluição (R-23).*
- *Ficaria uma cidade mais limpa (R-27).*
- *Melhor qualidade de vida (R-28).*
- *Com certeza teríamos uma cidade mais limpa, respeitada e valorizada (R-33).*
- *Crescimento do turismo e aumento da economia local (R-35).*

Além do impacto visual, 31% dos entrevistados declararam que seria possível ampliar a qualidade de vida dos residentes locais, uma vez que com a cidade mais protegida de impurezas no ar e no solo, os seus residentes ganhariam em termos de saúde física, respirariam melhor e estariam resguardados de epidemias, que se proliferam, principalmente, por acúmulo de sujeiras na superfície.

Nota-se também que 37% dos indagados que têm ciência que essa valoração do local pode representar ganhos para atividade turística da localidade. Para eles, um destino limpo e bem conservado implica numa boa impressão dos visitantes que chegam ao local e atrai novos olhares para a região, conforme pode ser observado nas seguintes afirmações obtidas durante o processo de investigação:

- *Crescimento econômico de forma sustentável, crescimento do turismo e zelo pelo nosso maior bem (R-07).*
- *A cidade ficaria mais bela e poderia ser mais visitada por turistas (R- 09).*
- *Com certeza atrairia mais turistas, a cidade ficaria mais bem vista no cenário nacional, até mundial, e conseqüentemente a economia de nossa cidade cresce (R-10).*
- *Menos poluição, menos desmatamento, mais qualidade de vida e ampliação do turismo (R-14).*
- *Mais turistas na cidade e desenvolvimento sustentável (R-18).*
- *Um ambiente mais limpo, traz melhoria a qualidade de vida para os nativos e atrairia mais turistas (R-19).*
- *Crescimento do turismo, que é a principal renda de nossa cidade (R-30).*
- *Fomentaria o turismo, e melhoraria a qualidade de vida de seus habitantes (R- 31).*
- *Além das melhorias no tocante à saúde e bem-estar da população, tais ações fomentariam o turismo ecológico e de aventura (R-32).*

No tocante o crescimento da atividade, os respondentes nº 06 e 32 alegam que poderiam ser ampliados dois segmentos de turismo: o Ecológico e o de Aventura, visto que o destino compreende grandes peculiaridades naturais.

A conquista de turistas potenciais proporcionada pela adoção da conduta de proteção ambiental pelos residentes formosenses, possibilita ainda, segundo os respondentes nº 01, 10, 21, 22, 24, 29 e 35, a dinamização da economia local, já que os visitantes pagariam bem pela qualidade visual de Baía Formosa, bem como dos demais produtos e serviços que nesta são ofertados, possibilitando maior empregabilidade e renda para a cidade.

Essas práticas não se restringem apenas em benefícios econômicos, visto que os inquiridos nº 03, 04 e 05 alegam que os maiores vantagens observadas são direcionadas ao meio ambiente natural, essencialmente, proteção e conservação das matas, dunas e praias do município.

Destarte, observa-se as vantagens elucidadas pautadas em interesses que regem as atividades humanas, como economia e bem-estar físico, são as que prevalecem, revelando uma atitude antropocêntrica por parte dos residentes em questão (Coelho, 2006; Jones et al., 2000; Thompson & Borton, 1994; Schultz, 2002).

A Atitude ecocêntrica (Schultz, 2001), como o observado, foi exteriorizada meramente por 8% dos entrevistados, os quais evidenciaram suas percepções exclusivamente acerca dos proventos gerados a natureza.

No entanto, há aqueles que acreditam que as ações pró-ambientais pode suceder no desenvolvimento sustentável do município, ou seja, essa atuação não implicaria apenas em um tipo de benefício, seja social, econômico ou ambiental, mas resultaria em um ambiente socialmente justo, ecologicamente correto e economicamente equilibrado, conforme pode ser observado nas seguintes afirmações obtidas durante o processo de investigação:

- *Aumento do turismo e desenvolvimento sustentável e ecológico (R-06).*
- *Mais turistas na cidade e desenvolvimento sustentável (R-18).*
- *Crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (R-22).*
- *Mais turismo, mais economia e desenvolvimento sustentável (R-24).*
- *Mais visibilidade de turistas, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (R-29).*
- *Desenvolvimento realmente sustentável e responsável (R-34).*

Com este instrumento de pesquisa, foi possível inferir sobre as percepções positivas percebidas dos inquiridos no que concerne às práticas de proteção ambiental executadas pelos residentes, em Baía Formosa/RN.

As percepções negativas são apresentadas à seguir.

4.1.6 Desvantagens do comportamento ambiental para Baía Formosa/RN

Segundo Thompson e Barton (1994), existem indivíduos que desacreditam nas consequências ambientais e acham que toda petição em favor ao meio ambiente é mero exagero. Estes são denominados seres “opáticos”, caso não identificado na presente pesquisa, haja vista que todos denotaram a importância de se adotar ações que favoreçam o meio natural, seja por meio de motivos ecocêntricos ou antropocêntricos.

No entanto, há aqueles que acreditam que existam algumas desvantagens em relação à efetivação de práticas pró-ambientais. Quando questionadas **as desvantagens para Baía Formosa/RN, se os residentes executassem ações de proteção ao meio ambiente**, verificou-se o seguinte:

77% dos respondentes relataram que não existem desvantagens quanto à efetuação dessas ações, evidenciando que o resultado destas são apenas benefícios. As desvantagens retratadas foram em minoria, as apontadas referiam-se, exclusivamente, a:

- Soluções práticas
- Mudanças de Hábitos
- Surgimento de Burocracias

Em relação às soluções práticas, o inquirido nº 01 inferiu que o fato de evitar algumas práticas que impactam negativamente o meio ambiente requer alternativas imediatas. Explicitou ainda que o episódio, por exemplo, de conter a queima do lixo, implica em meios práticos que indiquem para onde esses resíduos serão encaminhados e sua destinação final. Soluções desse cunho muitas vezes exigem aplicação demasiada de recursos financeiros e recursos humanos habilitados para a função.

Outro apontamento observado foi relativo à mudança de hábitos. Segundo o entrevistado nº 31, condutas pró-ambientais induziriam a transformação nos costumes e hábitos dos residentes locais, o que geraria certo bloqueio e desconforto por parte desse grupo, já que nem toda conversão de hábito a princípio é prazerosa.

Ainda para o Respondente nº 33, a condução das ações pró-ambientais no cotidiano dos residentes formosenses fortaleceria a política burocrática local, uma vez que favorecia a efetivação de regimentos, leis ou normas ambientais, que algum momento poderia ser um empecilho para investimentos privados.

Assim, tem-se as percepções negativas dos residentes em relação a efetivação de ações de proteção ambiental na cidade.

4.1.7 Grupos e indivíduos que aprovariam o comportamento ambiental dos residentes formosenses

Analisando-se **os indivíduos ou grupos que podem interferir no comportamento ambiental dos Residentes Formosenses**, visando investigar as variáveis manifestas para a dimensão Normas Subjetivas, os respondentes alegaram que os secretários e pessoas ligadas aos órgãos ambientais, empresários do ramo turístico, educadores e população local, aprovariam e seriam os principais interessados na temática, tendo em vista que foram destacados os principais atores da localidade a denotarem preocupação com o meio ambiente

em suas atividades diárias, conforme pode ser observado nas seguintes afirmações obtidas durante o processo de investigação:

- *Certamente as pessoas que já têm a preocupação de preservar e grupos ligados à atividade do turismo (R-01);*
- *Órgãos públicos, secretários responsáveis pelo setor de turismo e meio ambiente (R-02);*
- *Os educadores e pessoas das escolas (R-05);*
- *As escolas e órgãos competentes responsáveis pelo turismo e meio ambiente da cidade(R-06);*
- *Pessoas que defendem o meio ambiente e escolas (R-07);*
- *Escolas e a secretaria de turismo e meio ambiente local (R-09);*
- *A secretária de meio ambiente, Secretária de Turismo, Garis, IDEMA, IBAMA...(R-12);*
- *Igreja Bola de Neve, Alguns professores, surfistas e atletas, também o IDEMA (R-14);*
- *Escolas e órgãos competentes da área (R-15);*
- *Os funcionários públicos da saúde e da limpeza (R-16);*
- *Secretaria de saúde e Secretaria de urbanismo, no caso os representantes (R-17);*
- *Escolas, secretarias, órgãos competentes, como IDEMA e IBAMA (R-18);*
- *Os nativos e turista (R-19);*
- *Professores, biólogos, cientistas e pessoas ligadas ao meio ambiente (R-30);*
- *Toda população, essencialmente, grupos ambientalistas e educadores (R-33).*

60% dos respondentes indicaram que os indivíduos que mais apoiariam a efetuação da conduta pró-ambiental no destino seriam os que possuíam vínculo na rede da educação municipal, essencialmente, coordenadores das escolas, professores e ambientalistas. Os coordenadores incentivam campanhas e dão autonomia para os colaboradores trabalharem a temática ambiental nas instituições de ensino, de modo que venha sensibilizar seu alunado em prol das ações pró-ambientais. Os professores, na medida que disseminam informações, estimulam novas formas de pensar nos educandos, contribuindo assim para um futuro de pessoas ambientalmente mais responsáveis. Já os ambientalistas explicitam por meio de comprovações científica a situação atual do meio ambiente natural global e local, bem como suas implicações no meio antrópico, resultados estes que muitas vezes geram descontentamento por parte dos ouvintes e acabam acarretando na intenção de mudança de hábitos desse público.

Destarte, esse conjunto de educadores se destaca por apresentar importantes meios para se atingir a cognição ambiental dos moradores em Baía Formosa/RN, demonstrando-se então favorável quanto ao comportamento ambiental na localidade.

Em seguida, observou-se que aproximadamente 43% dos inquiridos alegaram que pessoas ligadas aos órgãos competentes também são favoráveis à execução de práticas de proteção ambiental efetuadas pelos residentes locais. Ao nível municipal destacaram

representantes de quatro secretarias: Secretários de Meio Ambiente, Turismo, Urbanismo e Saúde.

Para estes, os colaboradores da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente incentivam e fiscalizam ações pautadas no desenvolvimento turístico, que impactam o meio ambiente. Realizam eventualmente campanhas de conscientização ambiental. Dessa forma, apoiam do tipo conduta que tenha o propósito de valorar o meio ambiente natural e cultural.

O Secretário de Urbanismo apoiaria a causa porque é responsável pela estética da cidade, haja vista que é responsável em realizar a limpeza das ruas e pelo reparo nas estruturas publicas. Nesse caso, o comportamento ambiental dos residentes resultaria em maior durabilidade desses serviços e menos custos financeiros.

Pessoas do setor da saúde teriam interesse, maiormente, porque ações pró-ambientais combateria surtos e epidemias na comunidade, acarretando em atendimento de maior qualidade e menos custos no setor de emergência local.

No nível estadual, tem-se os representantes do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA/RN e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/RN. Estes por meio de critérios preventivos e corretivos, fiscalizam com maior vigor as práticas ambientais recorrentes no município.

Os empresários do ramo turístico, sobretudo, bugueiros e donos de hotéis e pousadas, demonstrariam entusiasmo, pois acreditam que a propagação da conservação ambiental implicaria no aumento de seu lucro, já que, segundo os respondentes, atrairiam consumidores que estão querendo pagar bem pela qualidade e autenticidade do meio natural.

Ademais, verificou-se que a proteção do meio ambiente seria ainda de interesse de alguns líderes religiosos. Para o Respondente nº 14, os pastores da Igreja denominada “Bola de Neve” pregam pela preservação e proteção ambiental, afirmam que a natureza é obra de Deus, então, todos de usar de forma consciente e equilibrada para que nenhum dano venha descaracteriza-la. Estes realizam com frequência “luaus” para que os integrantes interajam com o ambiente e se sensibilizem da causa.

Por ultimo, observou-se que o assunto é utilidade de toda população, inclusive, nativos, sufistas e atletas locais, haja vista que para os indagados nº 14, 27, 33 e 34, o interesse maior deve ser dos residentes, já que os benefícios suscitados pela conduta em questão são mais prestigiados por essa classe.

Dessa forma, evidencia-se os grupos e indivíduos que desaprovam o comportamento ambiental dos residentes, em Baía Formosa/RN.

4.1.8 Grupos e indivíduos que desaprovam o comportamento ambiental dos residentes formosenses

No que concerne aos **grupos e indivíduos que desaprovam a execução de ações pró-ambientais por parte dos residentes formosenses**, verificou-se que existem aqueles que acreditam que ninguém desaprova tal ato, já outros alegam que grupos políticos, pessoas com pouca informação ambiental e empresários da construção civil são os principais desinteressados no assunto em pauta, conforme pode ser observado nas seguintes afirmações obtidas durante o processo de investigação:

- *Acredito que as pessoas que desconhecem a importância dessas ações ou grupos que, de algum modo, se beneficiasse com isso (R-01);*
- *Pessoas mal informadas e grupos políticos (R-07);*
- *Grupos políticos (R-08);*
- *Interessados em frustrar o desenvolvimento da população em massa (Grupos políticos) (R-09);*
- *Pessoas que não tem consciência ambiental e órgãos que não tem conhecimento da importância dessa prática (R-11);*
- *Pessoas da comunidade que não tem conhecimento da importância que é a preservação (R-12);*
- *O políticos, pois eles aprovam o descaso com a população (R-16);*
- *Grupos políticos (R-18);*
- *Talvez empresários do setor de construção civil, já que teriam que se adequarem a certas exigências (R-33);*
- *Residentes mal informados que usam a natureza de forma irresponsável (R-35).*

Na percepção dos residentes, 17% acreditam que ninguém desaprovava, já que é um assunto que envolve o interesse de toda a camada social. Já 34% disseram que os grupos políticos da localidade estariam dispostos a desaprovarem ações de cunho ambiental, principalmente, aquelas que implicariam na diminuição de sua vantagem financeira. Alegando ainda que este tipo de conduta poderia, em algum momento, ser um empecilho para essa classe, já que há muitos políticos na cidade que visam de forma gananciosa apenas os interesses financeiros, dessa forma estariam dispostos a concordar com tudo que lhes proporcionasse vantagens econômicas, inclusive, afetar negativamente toda a biodiversidade, como já ocorreu no município.

Os empresários da construção civil, segundo o respondente nº 31, também poderiam se posicionar contra o comportamento ambiental dos residentes, dado que essas práticas poderiam resultar em exigências, até mesmo aumentar a burocracia local, no sentido de efetuar construções no destino.

Para 31% dos indagados pessoas mal informadas, pouco sensibilizadas, desaprovaram as ações de proteção de ambiental, tendo em vista que estas desconhecem os benefícios que estas condutas podem proporcionar aos meios natural e antrópico.

4.1.9 Fatores e circunstâncias que ajudariam o comportamento ambiental dos residentes, em Baía Formosa/RN

Quanto ao questionamento acerca dos **fatores ou circunstâncias que ajudaria ou permitiria que os residentes realizassem ações de proteção ambiental em Baía Formosa/RN**, observou-se algumas especificidades que estão além do controle volitivo desses indivíduos, a saber: conhecimento e conscientização ambiental, incentivo do poder público e privado, bem como apoio econômico advindos desses poderes.

Em princípio, 57% dos inquiridos indicaram que o conhecimento e conscientização ambiental são fatores favoráveis ao comportamento ambiental dos residentes formosenses, haja vista que a informação e sensibilização no que concerne as questões ambientais permitem que as pessoas executem com mais pretensão ações que objetivem proteger o meio ambiente natural, conforme pode ser observado nas respostas a seguir:

- *Incentivo de órgãos competentes e informações sobre o que a poluição causa (R-04).*
- *Mais conscientização e informação nessa área (R-07).*
- *Conscientização dos residentes (R-09)*
- *Mais informações sobre o meio ambiente, no caso, educação ambiental (R-15).*
- *Palestras de ações de preservação (R-17).*
- *Informações aos residentes sobre a real situação do meio ambiente (R-18).*
- *Informações aos residentes (R-24).*
- *Mais informações (R-30).*
- *Mais Educação Ambiental (R-31).*
- *Mais informação (R-34).*
- *Informação e conscientização da sociedade sobre a questão ambiental (R-35).*

Para estes inquiridos o papel de fornecer informação e conscientizar a população é dever dos educadores, governo local e das instituições privadas. Nas escolas os respondentes nº 05, 06, 27 e 28 alegam que a educação ambiental deve ser trabalhada nas instituições de ensino, especialmente, na educação infantil para que os estudantes cresçam e tornem adultos ambientalmente mais responsáveis, e auxiliem os coordenadores e professores nesse processo de conscientização ambiental. Destacam ainda que o apoio dos pais e das igrejas é pertinente, já que também são responsáveis em regradar a vida dos cidadãos.

O incentivo do poder público é outro fator que influencia o comportamento ambiental dos residentes em questão, tendo em vista que pode propor políticas ambientais, realizar campanhas, palestras, eventos e elaborar regimentos, que estimulem os moradores locais a efetuarem ações de proteção ambiental. Além disso, pode apoiar financeiramente e com recursos humanos práticas executadas no município que venham beneficiar o meio ambiente (Caixeta, 2010; Geller, 2002, Sachs, 2002).

Os respondentes nº 02, 10, 12 e 16 relatam que o poder público local deve incentivar o comportamento ambiental dos residentes através de práticas diárias, como mutirões de limpeza nas ruas e nos atrativos turísticos, implantação da coleta seletiva e reflorestamento, uma vez que a teoria é facilitada e maior apreciada com a prática.

Evidenciou-se também que esse incentivo é de incumbência do setor privado, já que de igual modo os empreendedores locais podem realizar eventos educativos, adotar ações ecologicamente mais responsáveis em seus ambientes de trabalho, apoiar financeiramente práticas dessa natureza na localidade, bem como estimular o segmento do Turismo Ecológico no município.

- *Ações promovidas pelas as instituições privadas e públicas (R-14).*
- *Ações de coleta seletiva e qualquer iniciativa partindo das instituições privadas (R-20).*
- *Campanhas de conscientização ambiental nas repartições públicas e setor privado (R-23).*
- *Mais envolvimento do setor público e privado, investindo em medidas ambientais e motivando a população a se envolver na preservação (R-33).*

Segundo o entrevistado nº 32, a circunstancia que mais facilitaria e permitiria que os residentes executassem ações de proteção ambiental em Baía Formosa/RN, seria o apoio econômico, visto que muitas dessas práticas demandam alto investimento financeiro. Desse modo, muitos podem ter a intenção de realiza-las, no entanto, não tem capital para aplicar Esse apoio, como já evidenciado, pode ser articulado por meio de parcerias entre o poder público e privado da localidade.

Tal observação está diretamente relacionada com a Dimensão Controle Percebido, do instrumento de pesquisa quantitativo.

Para além desses fatores, o respondente nº 15, acredita no estímulo pressionado (ou pressão), denotando que o fato de efetivar regras é pertinente nesse processo, já que muitos só cumprem com o que é obrigatório e exigido. O Campo Behaviorista explicita essa relação, indicando que comportamento ambiental pode ser afetado por fatores, como castigos e reforçadores (Corral-Verdugo & J. Q. Pinheiro, 1999).

4.1.10 Fatores e circunstâncias que dificultam o comportamento ambiental dos residentes, em Baía Formosa/RN

Relativo aos fatores e circunstâncias que dificultariam que os residentes efetuassem ações de proteção ambiental em Baía Formosa, verificou-se, de uma maneira geral, as seguintes circunstâncias: falta de conhecimento e conscientização ambiental da população local, bem como ausência de interesse das autoridades públicas e residentes.

Primeiramente, observou-se que 14% dos indagados alegaram que não existem qualquer fator ou circunstância que dificulta a implantação dessas práticas. Para eles, basta a apenas vontade e o empenho de querer fazer. Ao contrário, 51% desses entrevistados indicaram que a falta de conhecimento, informações e conscientização ambiental são os fatores que mais dificultam o comportamento ambiental em Baía Formosa, haja vista que a falta de instrução ambiental leva as pessoas ao desconhecimento das consequências ambientais, assim como dos benefícios obtidos por meio das práticas em foco (Fuso, Julian & Araújo, 2014; Jacomosi, Morano & Barrichello, 2014; Ostman and Parker, 1987, Pato, 2004). Nesse sentido, o conhecimento os motivaria a empreender ações ambientais no local.

Outro fator que dificultaria o comportamento em causa, relatado por 40% dos inquiridos, é falta de interesse e apoio por parte das lideranças públicas local, como prefeito, vereadores e secretários, como também dos residentes, dado que se houver o empenho dos moradores em adotar condutas de proteção ambiental e não existir o apoio do governo municipal, ou ao contrário, os resultados desejados dificilmente serão alcançados ou levarão mais tempo para serem concretizados. A exemplo, pode-se citar a coleta seletiva, pois se os residentes resolverem separar corretamente o lixo de suas casas, sem que poder público aloque carros apropriados para efetuar a coleta e destine os resíduos recolhidos, o trabalho executado pelos cidadãos será desmerecido e não surtirá o efeito esperado.

A falta de recursos financeiros também foi citada como empecilho da execução das ações pró-ambientais na localidade, visto que práticas dessa natureza, muitas vezes, não estão a mercê apenas da vontade dos indivíduos, mas de investimentos econômicos. Segundo o respondente nº 18, o residente pode ter o entusiasmo de realizar, porém, se não tiver o recurso necessário, dificilmente, o ato será concretizado. Como em outros momentos desta investigação, tal observação está diretamente relacionada com a Dimensão Controle Percebido, do instrumento de pesquisa quantitativo.

Desse modo, tem-se os fatores e circunstâncias que dificultam a realização de ações pró-ambientais por parte dos moradores, em Baía Formosa/RN.

4.1.11 Discussão relativa ao comportamento ambiental dos residentes formosenses

Observando-se as percepções positivas e negativas dos residentes formosenses em relação ao comportamento ambiental, tem-se as atitudes pró-ambientais destes, assim como verifica-se as normas subjetivas por meio da descrição dos grupos e indivíduos que os inquiridos acreditam que aprovam e desaprovam o comportamento em questão na localidade, e traz à tona os aspectos identificados que estão sob o controle dos indivíduos e os que estão além de seu controle volitivo, Controle Comportamental Percebido (Ajzen, 1985). Neste sentido, pode-se idealizar um modelo estrutural de relacionamento de variáveis conforme apresentado na Tabela 12.

Tabela 12

Comportamento Ambiental dos residentes à luz da TCP

Atitudes Pró- Ambientais	Normas Subjetivas	Controle Percebido
Crenças Comportamentais	Crenças Normativas	Crenças de Controle
Percepções Positivas	Aprovariam	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização e conscientização ambiental; • Informação; • Incentivo dos poderes públicos e privados. • Recursos Financeiros.
<ul style="list-style-type: none"> • Bem estar físico e mental; • Impacto Visual; • Crescimento do Turismo; • Fomento da Economia; • Desenvolvimento Sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretários de Meio Ambiente, Urbanismo e Saúde; • Colaboradores de IDEMA e IBAMA; • Empresários do Turismo; • Professores; • Coordenadores de escolas; • Ambientalistas. 	
Percepções Negativas	Desaprovariam	
<ul style="list-style-type: none"> • Soluções Práticas imediatas; • Mudanças de Hábitos; • Surgimento de Burocracias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos Políticos; • Pessoas sem informação ambiental; • Empresários da Construção Civil. 	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017, baseado em Ajzen (1985).

Nesta construção proposta, observa-se que percepções positivas dos residentes em Baía Formosa foram relativas ao bem-estar físico e mental dos moradores, o impacto visual da cidade que permitiria o crescimento do Turismo e o progresso do crescimento sustentável na localidade. Já as negativas voltaram-se para o custo humano e financeiro para manutenção de soluções práticas imediatas, a mudança de hábito que gera desconforto por parte dos indivíduos, e a burocracia que poderia ser gerada com a adoção do comportamento ambiental na comunidade.

Em relação aos grupos e indivíduos que aprovam o comportamento ambiental no destino, observou-se que os educadores, secretários da pauta ambiental, urbanismo e saúde, bem como os colaboradores de outras instâncias ambiental, como IDEMA E IBAMA,

empresários do ramo turístico, especialmente, hoteleiros e donos de pousadas, são que apoiariam a efetivação de ações de proteção ambiental na localidade. E os que desaprovam seriam grupos políticos, pessoas sem conhecimento e informação ambiental, visto que estas desconhecem as consequências acerca do meio ambiente, e os empresários da construção civil, já que o surgimento de regulamentos e burocracias de natureza ambiental podem dificultar futuras construções.

Relativo ao Controle Comportamental Percebido dos inquiridos, nota-se que a sensibilização, conscientização e informação ambiental, favorecem ao controle e maior domínio das ações ambientais que por estes podem ser realizadas, assim como ao contrário. O incentivo dos poderes públicos e privados também são favoráveis, de modo como a aquisição e apoio em recursos financeiros foram evidenciados como fundamentais. A ausência de algum desses aspectos pode permitir que a vontade dos indivíduos seja superada por sua falta de controle mediante a situação.

Ademais, observou-se que ações que caracterizam o Comportamento Ambiental foram direcionadas, maiormente, para o uso do lixo. Como já evidenciado, acredita-se que a ocorrência tenha relação com a execução dos projetos e programas ambientais no município, que muitas vezes têm maior participação popular, porém suas ações são retratadas apenas em medidas de ordenação e limpeza do ambiente.

A exemplo, destaca-se o Projeto Orla, cujo objetivo é garantir a gestão democrática e integrada da Orla do Município (Soares, 2013), dessa forma tem representatividade da sociedade civil, no entanto, não assegura todas as características ambientais do local. Outro importante programa ambiental é de Mutirão de Limpeza, este tem o propósito de sensibilizar a população local, essencialmente, os estudantes da localidade sobre as consequências ambientais. Geralmente, é realizado na semana do Meio Ambiente, envolvendo a população na limpeza das ruas e praias da cidade.



Figura 14 – Participação dos estudantes no Mutirão de limpeza

Fonte: Sous@'s Lan House, 2013.



Figura 15 – Limpeza nas Praias de Baía Formosa/RN

Fonte: Sous@'s Lan House, 2013.

A Semana do Meio Ambiente do Município era marcada por ações da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente do destino, viu-se registros de palestras educativas, oficinas de reciclagem e reutilização do lixo. Apesar das contribuições, verifica-se que a temática meio ambiente sempre foi estreitamente relacionada com a problemática acerca do lixo, o que também pode ter implicado na orientação do comportamento ambiental dos residentes nesse aspecto.

Dessa forma, importa-se a execução de mais trabalhos de educação na localidade, estes devem focar em outros elementos da diversidade ambiental, a saber, fauna, flora e cursos d'água. Caso que não vem sendo verificado no município, visto que os registros fotográficos indicam que as últimas ações desse critério realizadas pelo órgão ambiental local foram ocorridas em 2013. Fato este confirmado pela última Diretora de Meio Ambiente de Baía Formosa, que justificou o episódio pela falta de recursos humanos nessas atividades.



Figura 16 – Equipe responsável pela de Educação Ambiental em 2012

Fonte: Centro Potiguar de Cultura BlogSport, 2012.



Figura 17 – Trabalho de Educação Ambiental realizado em 2013

Fonte: Sous@'s Lan House, 2013.

Outra questão que envolve os residentes da cidade ao aspecto é lixo, foi a convivência destes com o antigo lixão da localidade. Os resíduos domiciliares eram depositados a céu aberto, numa área denominada “Pau Ferro”, devido à contaminação que estava afetando o solo e uma nascente da região, foi transferido para outro local que, segundo a representante ambiental, foram feitos estudos por técnicos ambientais, os quais comprovaram que área tinha capacidade para atender a demanda e para se efetivar o aterro do destino. Existiu a deliberação para o evento, no entanto, ainda não se conseguiu a licença ambiental do IDEMA.

Atualmente, o lixo que é depositado passa por procedimentos e é aterrado, porém por conta dessa não liberação não se pode denominar aterro. A Ex-Diretora afirma que é de grande custo manter esse tipo de ação no município, uma vez que é difícil conseguir o apoio do estado, bem como manter despesas relativas trator com esteira, que é pago por hora; refeições e deslocamentos do pessoal do suporte, mão de obra de funcionários e outras.

Além disso, afirma também que existem alguns empecilhos referentes à ordenação do lixão da localidade, sobretudo, os catadores, que acabam espalhando todo lixo recolhido e despejam em áreas impróprias.

Em virtude disso, é considerável que nesse destino costeiro seja efetivado uma Gestão Ambiental mais eficaz, de modo que se realize com mais frequência trabalhos de educação ambiental na comunidade, assim como haja legalização e fiscalização do exercício dos catadores da cidade.

A Gestão Ambiental é de grande valia para o desenvolvimento sustentável, pois apresenta diferentes técnicas em benefício ao meio natural, mas deve-se ressaltar que, não basta apenas contarmos com sistemas de gestão eficientes e sim, abordarmos práticas de Educação Ambiental como ponto de partida, expondo conhecimentos e alternativas para minimizar os problemas ambientais e, para posteriormente aplicarmos técnicas e soluções que cabem aos Sistemas de Gestão Ambiental. (Alcântara *et al*, 2012, p.739).

Outro apontamento observado evidenciou os políticos nos grupos e indivíduos que desaprovavam ações de proteção ambiental realizadas pelos residentes em Baía Formosa. Um importante episódio ocorrido em Fevereiro de 2014 pode ter implicado na concepção dos moradores em relação a esse grupo, o movimento “não a urbanização do Pontal”, que reuniu populares contra a um projeto que visava urbanizar uma área (Praia do Pontal) frequentada por banhistas e surfistas de diferentes nacionalidades. Foi um evento que apesar de ser justificado pelos representantes, os quais alegaram possuir a autorização do IDEMA, envolveu interesses e a imagem dos políticos, resultando numa percepção negativa por parte da população local no que concerne ao grupo referido.



Figura 18 – Protesto na Praia do Pontal

Fonte: Pedro Fotos citado no Blog Lenilson do Agreste.com.br, 2014.



Figura 19 – Movimento não a urbanização do Pontal
 Fonte: Pedro Fotos citado no Blog Lenilson do Agreste.com.br, 2014.

A polêmica foi destaque em matéria do site G1:

The screenshot shows a news article on the G1 website. The main headline is "Obras na orla de Baía Formosa, RN, preocupam moradores". Below the headline, there is a sub-headline: "População não quer que tubulação de drenagem seja ativada. Idema embargou a obra nesta quarta-feira (25)". The article text mentions that the impacts of works on the beachfront in Baía Formosa, RN, are causing concern among residents. It also notes that the population questions the recovery work being done on the beachfront. A video player is embedded in the article, and there are social media sharing buttons for Facebook, Twitter, and Google+. The article is dated 26/03/2015 09h19.

Figura 20 – Matéria do protesto da Praia do Pontal no G1
 Fonte: G1 Rio Grande do Norte, 2015.

Outro acontecimento com repercussão negativa teria envolvido outros políticos da localidade na comercialização de áreas dunares e cemitério da cidade com grupos estrangeiros.

Assim, o capítulo apresentou características do Comportamento Ambiental dos Residentes em Baía Formosa/RN. A seguir, é apresentada a caracterização da percepção do residente quanto às variáveis capazes de influenciar o comportamento ambiental em destinos turísticos costeiros

4.2. Caracterização da percepção do residente quanto às variáveis capazes de influenciar o comportamento ambiental em destinos turísticos costeiros

Para a caracterização da percepção do residente quanto às variáveis capazes de influenciar o comportamento ambiental em destinos turísticos costeiros, inicialmente foi utilizada a análise descritiva, empregada nas variáveis idealizadas para constituírem as dimensões Atitude Pró-ambiental, Normas Subjetivas, Controle Percebido, Intenção Ambiental e Comportamento Pró-ambiental. A idealização dessas variáveis teve como base o trabalho original de Ajzen (1985) e as variáveis obtidas através da pesquisa qualitativa realizada no estudo.

A análise descritiva baseou-se na estimativa da média, desvio padrão, curtose e assimetria de cada variável em estudo. A média aritmética não ponderada é o centro da gravidade da distribuição e o desvio padrão é a medida de dispersão dos dados mais utilizada (Corrar, Paulo & Dias, 2009). A assimetria é a propriedade que indica a tendência e maior concentração dos dados em relação ao ponto central (Corrar *et al.*, 2009). Uma distribuição positivamente assimétrica tem relativamente poucos valores grandes e uma cauda mais alongada à direita, e uma distribuição negativamente assimétrica tem relativamente poucos valores pequenos e uma cauda mais alongada à esquerda (Hair, Anderson, Tatham & Black, 2005).

Curtose é a medida de elevação ou do achatamento de uma distribuição quando comparada com uma distribuição normal. Um valor positivo indica uma distribuição relativamente elevada e um valor negativo indica uma distribuição relativamente achatada (Hair *et al.*, 2005). Assimetria e Curtose proporcionam a estimativa da normalidade da distribuição da variável. Variáveis que apresentam distribuição aproximadas à normal possuem assimetria $< |3|$ e curtose $< |10|$ (Marôco, 2010).

A seguir é apresentada a análise descritiva das dimensões abarcadas no estudo.

4.2.1. Análise descritiva da dimensão “atitude pró-ambiental”

Na Tabela 13 é apresentada a análise descritiva da dimensão “Atitude Pró-Ambiental”:

Tabela 13
Indicadores da análise descritiva para a dimensão Atitude Pró-Ambiental

Variável	Média	Desvio Padrão	Assimetria		Curtose	
			Estatística	Erro Padrão	Estatística	Erro Padrão
ATI1	9,3523	1,43922	-2,878	0,145	8,873	0,289
ATI2	9,3345	1,44221	-2,809	0,145	8,105	0,289
ATI3	9,2730	1,53675	-2,492	0,145	5,867	0,289
ATI4	8,0851	2,75344	-1,432	0,145	1,086	0,289
ATI5	9,0925	1,68177	-2,390	0,145	5,952	0,289
ATI6	9,0851	1,69266	-2,171	0,145	4,239	0,289
ATI7	9,5232	1,16935	-2,991	0,145	8,907	0,289

Fonte: Dados de Campo (2017).

De acordo com a Tabela 13 pode-se observar que todas as variáveis descritas obtiveram médias elevadas, acima de 8, indicando que, na percepção do entrevistado, existe atitude bastante favorável do respectivo entrevistado quanto à proteger o meio ambiente (ou Atitude Pró-Ambiental), como verificado em estudos de Romero *et al.* (2015) e Caixeta (2010).

Constatação esta sugerida na pesquisa qualitativa, uma que vez que elucidou muitas percepções positivas acerca da efetivação de condutas pró-ambientais na comunidade, inclusive, benefícios pautados na qualidade de vida dos moradores (ou antropocêntricos), a saber: bem estar físico e mental, impacto visual, crescimento de atividade econômica e estímulo ao desenvolvimento sustentável.

Observou-se ainda que houve normalidade na distribuição das respostas obtidas, pois apesar da assimetria negativa (ou à esquerda), os valores desse indicador estiveram inferior a 3, bem como os da curtose inferiores à 10, sendo resultados aceitáveis para assegurar a existência de normalidade na distribuição em uma análise multivariada, conforme critério proposto por Maroco (2010).

4.2.2. Análise descritiva da dimensão “normas subjetivas”

Na Tabela 14 é apresentada a análise descritiva da dimensão “Normas Subjetivas”:

Tabela 14 –

Indicadores da análise descritiva para a dimensão Normas Subjetivas

Variável	Média	Desvio Padrão	Assimetria		Curtose	
			Estatística	Erro Padrão	Estatística	Erro Padrão
NSUB1	7,4433	3,17771	-1,162	0,145	0,178	0,289
NSUB2	7,2908	3,22015	-1,082	0,145	-0,009	0,289
NSUB3	7,4787	3,13093	-1,178	0,145	0,274	0,289
NSUB4	7,1809	3,26912	-0,957	0,145	-0,254	0,289
NSUB5	6,6667	3,51928	-0,747	0,145	-0,792	0,289
NSUB6	7,4752	3,39499	-1,199	0,145	0,078	0,289

Fonte: Dados do Campo (2017).

As médias apresentadas na Tabela 14, que variaram entre 6 e 7, indicam que os residentes de Baía Formosa têm a percepção que aprovação dos indivíduos e grupos da localidade pode afetar na sua conduta pró-ambiental, mas não de uma maneira muito intensa. Fato este perceptível no momento da realização da entrevista, visto que os investigados tiveram dificuldades em definir pontos de vista de pessoas (amigos, vizinhos, familiares etc.) em relação à proteção ambiental, destacando, com maior expressividade, profissionais responsáveis pela educação dos munícipes como indivíduos que mais apoiam a causa em pauta.

Dados da assimetria revelam assimetria negativa (ou à esquerda). No entanto, inferiores a 3, assim como o da curtose menores que 10, demonstrando que as variáveis apresentam distribuição normal para análise estatística indicada.

4.2.3. Análise descritiva da dimensão “controle percebido”

Na Tabela 15 é apresentada a análise descritiva da dimensão “Controle Percebido”:

Tabela 15

Indicadores da análise descritiva para a dimensão Controle Percebido

Variável	Média	Desvio Padrão	Assimetria		Curtose	
			Estatística	Erro Padrão	Estatística	Erro Padrão
CONT1	8,8127	2,06377	-2,216	0,145	5,030	0,289
CONT2	7,6007	2,89404	-1,409	0,145	1,202	0,289
CONT3	6,8269	3,08538	-0,893	0,145	-0,217	0,289
CONT4	8,3781	2,37043	-1,777	0,145	2,886	0,289
CONT5	5,2367	4,08471	-0,173	0,145	-1,637	0,289
CONT6	5,5724	4,24902	-0,264	0,145	-1,663	0,289

Fonte: Dados do Campo (2017).

As médias observáveis na tabela denotam que, em geral, os residentes formosenses percebem que têm certa autonomia e controle mediante a realização de ações pró-ambientais. Porém, as médias inferiores verificadas nos itens CONT5 (Só depende de mim realizar ações para proteger o meio ambiente) e CONT6 (Não preciso de qualquer ação da prefeitura para proteger o meio ambiente), demonstram que os respondentes têm a ciência e são de acordo que a efetivação de ações desse cunho não são de responsabilidades apenas de um agente local, mas envolve interesses da sociedade civil, poder público e, até mesmo o setor privado (Beke et al., 2004; Sachs, 2002; Vignati, 2012).

Constatações estas apreciadas também na pesquisa qualitativa, já que mediante os questionamentos respresentados pelas variáveis CONT 5 e CONT 6, muitas vezes, surtiam expressões, como “Claro que não!”, “A prefeitura só não faz nada.” E “O cidadão sempre precisa de algum apoio, independente da ação.”

Os valores da assimetria apontam assimetria negativa (ou à esquerda), contudo, menores que 3 e os referentes a curtose, inferiores a 10, induzem normalidade na distribuição das respostas obtidas para análise em questão.

4.2.4. Análise descritiva da dimensão “intenção pró-ambiental”

Na Tabela 16 é apresentada a análise descritiva da dimensão “Intenção Pró-Ambiental”:

Tabela 16

Indicadores da análise descritiva para a dimensão Intenção Pró-Ambiental

Variável	Média	Desvio Padrão	Assimetria		Curtose	
			Estatística	Erro Padrão	Estatística	Erro Padrão
INT1	9,1744	9,1744	-2,020	0,145	3,517	0,289
INT2	8,6290	8,6290	-1,906	0,145	4,222	0,289
INT3	8,7986	8,7986	-1,758	0,145	3,097	0,289
INT4	9,5018	9,5018	-2,744	0,145	7,857	0,289
INT5	9,4078	9,4078	-2,834	0,145	8,751	0,289
INT6	6,8587	6,8587	-0,911	0,145	-0,745	0,289
INT7	6,4488	6,4488	-0,723	0,145	-1,044	0,289

Fonte: Dados do Campo (2017).

Na Tabela 16 pode-se observar médias elevadas no que concerne as variáveis em questão, ressaltando que existe intenção favorável do residente em desenvolver ações em prol ao meio ambiente (Intenção Pró-ambiental) na região. No entanto, é considerada moderada, já que as varáveis INT 6 (Em casa, eu pretendo separar o lixo em reciclável e não reciclável) e

INT 7 (Em casa, eu pretendo reutilizar elementos que iriam para o lixo) apresentaram médias (6) inferiores às demais.

A pesquisa qualitativa já indicava a percepção dos respondentes relativa à intenção pró-ambiental dos moradores formosenses, ressaltando que poderia ser melhorada, especialmente, sobre os aspectos de reciclagem e reutilização do lixo.

De modo semelhante às outras variáveis em estudo, verificou-se a existência de assimetria negativa (ou à esquerda), mas com valores inferiores a 3, possibilitando a consideração da existência de distribuição normal nos dados da variável, conforme o critério proposto por Marôco (2010). Os dados da curtose, que variaram entre 0 a 8 (menores que 10), resultam na mesma constatação.

4.2.5. Análise descritiva da dimensão “apego ao lugar”

Na Tabela 17 é apresentada a análise descritiva da dimensão “Apego ao Lugar”:

Tabela 17 –

Indicadores da análise descritiva para a dimensão Apego ao Lugar

Variável	Média	Desvio Padrão	Assimetria		Curtose	
			Estatística	Erro Padrão	Estatística	Erro Padrão
APG1	4,3569	3,65389	0,166	0,145	-1,405	0,289
APG2	4,8021	3,79946	0,028	0,145	-1,513	0,289
APG3	8,0177	2,85023	-1,439	0,145	1,100	0,289
APG4	7,8269	2,97895	-1,291	0,145	0,562	0,289
APG5	7,5371	3,17925	-1,236	0,145	0,339	0,289
APG6	7,7244	2,96463	-1,327	0,145	0,742	0,289
APG7	6,6926	3,67580	-0,736	0,145	-0,934	0,289

Fonte: Dados do Campo (2017).

As médias descritas na tabela em geral enaltecem que existe afeto ou sentimento de apego nos residentes por sua localidade. Todavia, as médias baixas referentes às variáveis APG1 (Tudo que eu preciso encontro aqui em Baía Formosa) e APG2 (Dependo de Baía Formosa para viver) explicitam que o sentimento em questão não foi suprimido pela ciência que no destino existem entraves que acabam refletindo no estilo de vida de seus anfitriões, a saber: desemprego, falta de saneamento básico, deficiência no sistema básico de saúde e educação, variáveis essas que afetam, de forma significativa, o componente afetivo da relação (Oliveira, 2008; Fandé & Pereira, 2014; Machado, 2014; Vasconcelos & Coriolano, 2008). Assim, afirmaram que nem tudo se pode encontrar na cidade, bem como não dependem desta para seguirem suas vidas.

Na entrevista foi possível observar que muitos diziam gostar do lugar e que se pudessem nunca sairiam de lá para residir em outra localidade, no entanto, falta de oportunidades de emprego e a dificuldade de ingresso ao ensino superior, seriam as principais razões que não possibilitariam tal objeção.

Os dados da assimetria revelam normalidade na distribuição das respostas apuradas, visto que todos foram inferiores a 3, de igual modo os valores da curtose, menores que 10, representam normalidade multivariada entre as variáveis.

4.2.6. Análise descritiva da dimensão “comportamento pró-ambiental”

Na Tabela 18 é apresentada a análise descritiva da dimensão “Comportamento Pró-Ambiental”:

Tabela 18

Indicadores da análise descritiva para a dimensão Comportamento Pró-Ambiental

Variável	Média	Desvio Padrão	Assimetria		Curtose	
			Estatística	Erro Padrão	Estatística	Erro Padrão
CAM1	7,2049	2,56415	-0,851	0,145	0,292	0,289
CAM2	8,0318	2,21112	-1,365	0,145	1,943	0,289
CAM3	9,0071	2,06111	-2,679	0,145	7,417	0,289
CAM4	9,0071	2,10200	-2,787	0,145	7,885	0,289
CAM5	4,9223	4,00367	-0,086	0,145	-1,613	0,289
CAM6	5,4982	4,10792	-0,278	0,145	-1,591	0,289

Fonte: Dados do Campo (2017).

As médias expostas na referida tabela ressaltam que os residentes formosenses declararam ter comportamento pró-ambiental. Entretanto, observa-se que nas variáveis CAM5 (Em casa, eu faço a separação do lixo em reciclável e não reciclável) e CAM6 (Em casa, eu procuro reutilizar algum elemento que iria para o lixo), que obtiveram notas entre 4 e 5, inferem que as pessoas da localidade não realizam e nem têm o hábito de efetuar ações de reciclagem e reutilização de resíduos domiciliares. Uma das razões sugeridas para tais constatações seria porque atos, como de reciclar, requerem mais esforços por parte dos praticantes, assim como exigem mais conhecimento e sensibilização ambiental e maior intenção de execução de práticas coletivas (Pato, 2004).

Na pesquisa qualitativa esses fatos foram evidenciados, tendo em vista que os respondentes ressaltaram, em maioria, que dificilmente realizavam as ações em questionamentos, indicando-as como as principais práticas de proteção ambiental que poderiam ser executadas pelos residentes formosenses, de forma como foi observado no estudo de Lamano-Ferreira *et al.* (2015).

Verifica-se ainda assimetria negativa (ou à esquerda). Os dados desse indicador por serem inferior a 3, assim como os da curtose, menores que 10, demonstram normalidade na distribuição das respostas obtidas, uma vez que se enquadram no critério estabelecido para o julgamento da normalidade variável.

Os resultados propostos nesse item, que atendem ao segundo objetivo do estudo, demonstraram boa confiabilidade entre as variáveis do questionário, logo podem constituir os fatores do modelo estrutural. Verificou-se também que as informações qualitativas coletadas na pesquisa *in loco* auxiliaram, até coincidiram, com dados quantitativos da pesquisa. Dessa forma, foi possível observar que a intenção relativa às práticas de reciclagem e reutilização de resíduos domésticos foram moderadas, incidindo assim sobre comportamento pró-ambiental, especialmente, no que concerne estas práticas.

4.3. Adequação de um modelo de mensuração capaz de investigar o relacionamento das variáveis que influenciam o comportamento ambiental do residente em destinos turísticos costeiros

O modelo de mensuração (também conhecido como sub-modelo de medida), define a forma como os constructos ou dimensões hipotéticas são operacionalizados pelas variáveis observadas ou manifestas (Marôco, 2010). Para compor um modelo de mensuração adequado para investigar as inter-relações existentes entre as variáveis capazes de investigar o comportamento ambiental do residente em destinos turísticos costeiros, a partir das dimensões propostas (Atitude Pró-Ambiental, Normas Subjetivas, Controle Percebido, Intenção Pró-Ambiental, Apego ao lugar e Comportamento Pró-Ambiental, em princípio, foi utilizada a análise fatorial exploratória (AFE). Esta técnica estatística permite que, a partir de um conjunto de variáveis observáveis (questões do instrumento de pesquisa), sejam compostas dimensões de variabilidades comuns, em um conjunto de fenômenos (Corrar *et al.*, 2009). Em outras palavras, o objetivo foi o de reduzir um conjunto de variáveis observáveis e inter-relacionadas em uma única variável, latente, capaz de representar o conjunto dessas variáveis observáveis (Dimensões ou Constructos).

Para constituição dessas dimensões, foram utilizados os seguintes indicadores da análise fatorial: comunalidade e carga fatorial de cada variável da respectiva dimensão, medida de adequação da amostra (MSA), o teste *Kaiser-Meyer-Olkin* – KMO, o teste de esfericidade de *Bartlett's*, a variância total explicada de cada constructo e o coeficiente *Alfa de Cronbach*, este referente à uma análise de confiabilidade do questionário.

Comunalidade representa a quantia total de variância que uma variável original compartilha com todas as outras variáveis incluídas na análise. Assume-se que os valores de referência do indicador comunalidade para que cada variável contribua na constituição da dimensão, deva ser igual ou maior que 0,6 (Hair, Anderson, Tatham & Black, 1998).

Carga fatorial são valores que medem o grau de correlação entre as variáveis originais e os fatores. O quadrado da carga fatorial representa o quanto do percentual da variação de uma variável é explicado pelo fator (Corrar *et al.*, 2009). A carga fatorial deve exceder 0,70 para que assim o fator possa explicar 50% da variância e tenha significância prática (Hair *et al.*, 1998).

Medida de adequação da amostra (MSA) é uma medida calculada tanto para toda a matriz de correlação quanto para cada variável individual, e que permite avaliar o quão adequada é a aplicação da análise fatorial. Valores acima de 0,50 para a matriz toda ou para uma variável individual indicam tal adequação (Hair *et al.*, 1998).

O teste *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) mede o grau de correlação parcial entre as variáveis. Já o teste de Esfericidade de *Bartlett's* indica se a matriz de correlação é uma matriz identidade (correlação zero entre as variáveis) (Corrar *et al.*, 2009). Valores próximos a 1,0 para o KMO e o nível de significância próximo a 0,000 para o teste de esfericidade de *Bartlett's* são considerados adequados para estudos desta natureza (Corrar *et al.*, 2009).

No caso da variância total explicada, estabelece-se o comportamento dos fatores e sua efetiva combinação como indicador da variância observada, ou seja, explica-se a porcentagem da variação da variável dependente (fator), explicada pela variância das variáveis independentes (variáveis observáveis).

O indicador de confiabilidade *Alfa de Cronbach* mede a correlação entre respostas em um questionário através da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes. Trata-se de uma correlação média entre perguntas. Dado que todos os itens de um questionário utilizam a mesma escala de medição, o coeficiente α é calculado a partir da variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador. O coeficiente varia de 0 a 1, sendo os valores de 0,6 a 0,7 são considerados o valor mínimo de aceitabilidade. Porém, o valor 0,6 é aceito para pesquisas exploratórias (Hair, Anderson, Tatham & Black, 2009, p. 100).

Os subtópicos seguintes farão apresentação da aplicação do método da Análise Fatorial Exploratória para a constituição do modelo de mensuração do estudo proposto.

4.3.1. Análise fatorial exploratória da dimensão “atitude pró-ambiental”

Na Tabela 19 são apresentados os indicadores obtidos para a análise fatorial exploratória da dimensão “Atitude Pró-ambiental”:

Tabela 19

Análise Fatorial Exploratória da Dimensão Atitude Pró-Ambiental

Variável	Descrição da Variável	Carga Fatorial	Comunalidade	MSA
AT1	Importante proteger o ambiente	0,901	0,811	0,764
AT2	Sensação de bem-estar	0,899	0,808	0,770
AT3	Proteger é boa ideia	0,930	0,864	0,693

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem: 0,739

Teste de esfericidade de Bartlett: 514,471- Sig: 0,000

Variância total explicada: 82,779 %

Eigenvalue: 2,483

Alfa de Cronbach: 0,896

Fonte: Pesquisa de Campo (2017)

Através dos indicadores apresentados na Tabela 19, observa-se que a melhor conjunto de variáveis para constituírem a dimensão Atitude Pró-ambiental, é composta pelas variáveis AT1 (Eu acho muito importante realizar ações para proteger o meio ambiente), AT2 (Proteger o meio ambiente gera uma sensação de bem-estar na pessoa) e AT3 (Eu acho uma boa ideia realizar ações para proteger o meio ambiente).

Para essas variáveis selecionadas, os valores da carga fatorial indicados na tabela, que variaram entre 0,89 a 0,93, apontam que existe correlação entre a variável original e a dimensão constituída (Atitude Pró-ambiental), tendo em vista que estão acima de 0,70. Os dados da comunalidade, superiores a 0,6, indicam que há confiabilidade interna entre as variáveis utilizadas no instrumento analítico de pesquisa para analisar a dimensão em foco. O valor da significância (Sig: 0,000), obtido pelo Teste de esfericidade de *Bartlett*, contribui para essa correlação.

O coeficiente de *Alfa de Cronbach* (0,896) atende ao critério estabelecido para se obter tal objetivo em estudos dessa natureza e o KMO (0,739) também corresponde às expectativas para se alcançar a correlação entre as variáveis, uma vez que está próximo à 1. Os valores obtidos com a medida de adequação da amostra (MSA) estão acima do critério mínimo adotado, indicando a adequação no uso da análise fatorial para a constituição da dimensão.

Em suma, os resultados elencados corroboram para que as variáveis manifestas se agrupem corretamente para a formação da dimensão “Atitude Pró-Ambiental”, fundamentando, sobretudo, pelo elevado grau de confiabilidade obtido, a associação dos pontos indicados no questionário.

4.3.2. Análise fatorial exploratória da dimensão “normas subjetivas”

Na Tabela 20 são apresentados os indicadores obtidos para a análise fatorial exploratória da dimensão “Normas Subjetivas”:

Tabela 20

Análise Fatorial Exploratória da Dimensão Normas Subjetivas

Variável	Descrição da Variável	Carga Fatorial	Comunalidade	MSA
NSUB1	Pessoas importantes	0,931	0,866	0,794
NSUB2	Pessoas que influenciam	0,945	0,892	0,739
NSUB4	Círculo de amizades	0,938	0,880	0,764

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem: 0,765

Teste de esfericidade de Bartlett: 690,145 - Sig: 0,000

Variância total explicada: 87,941

Eigenvalue: 2,638

Alfa de Cronbach: 0,931

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Através dos indicadores apresentados na tabela 20, observa-se que o melhor conjunto de variáveis para constituírem a dimensão Normas Subjetivas, é composta pelas variáveis NSUB1 (As pessoas que são importantes para mim, acham que seria importante eu proteger o meio ambiente), NSUB2 (As pessoas que influenciam minhas decisões, acham que seria importante eu proteger o meio ambiente) e NSUB4 (No meu círculo de amizade, as pessoas acham que seria importante eu proteger o meio ambiente).

Os indicadores da carga fatorial observados na Tabela 20 para essas variáveis, demonstram que existe correlação entre as variáveis originais e o fator, vistos que estiveram acima de 0,70. Os valores da comunalidade, superiores a 0,60, indicam que a variável original e as variáveis incluídas na análise compartilham grau de variância aceitável. O Teste de Esfericidade de *Bartlett* também favorece entre as variáveis, já que apresentou valor de significância 0,000; o coeficiente de *Alfa de Cronbach* (0,931) esteve acima do sugerido para pesquisas desse cunho, retratando que houve correlação entre as perguntas do questionário. O KMO abaixo de 1, ressalta que existe correlação entre as variáveis do questionário, retratando que o fator indicado pode ser refletido pelas variáveis manifestadas. Os valores de MAS obtidos também apresentaram-se superiores ao mínimo exigido, demonstrando a adequabilidade do uso da análise fatorial.

Logo, pode-se inferir que as variáveis apresentadas se associam adequadamente na constituição do fator “Normas Subjetivas”, assim como o grau de confiabilidade elevado

justifica com mais precisão o agrupamento dos itens mencionados no instrumento de coleta de dados.

4.3.3. Análise fatorial exploratória da dimensão “controle percebido”

Na Tabela 21 são apresentados os indicadores obtidos para a análise fatorial exploratória da dimensão “Controle Percebido”:

Tabela 21

Análise Fatorial Exploratória da Dimensão Controle Percebido

Variável	Descrição da Variável	Carga Fatorial	Comunalidade	MSA
CONT2	Tenho conhecimento	0,743	0,552	0,782
CONT5	Só depende de mim	0,860	0,740	0,626
CONT6	Não preciso da prefeitura	0,852	0,726	0,632

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem: 0,661

Teste de esfericidade de Bartlett: 221,518- Sig: 0,000

Variância total explicada: 67,299 %

Eigenvalue: 2,019

Alfa de Cronbach: 0,752

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Para esta dimensão, o melhor conjunto de variáveis selecionadas para constituírem o constructo Controle Percebido, é composta pelas variáveis CONT2 (Eu tenho conhecimento para ajudar a proteger o meio ambiente), CONT5 (Só depende de mim realizar ações para proteger o meio ambiente) e CONT6 (Não preciso de qualquer ação da prefeitura para ter comportamento ambiental).

Neste conjunto de variáveis, os valores da carga fatorial, que variaram entre 0,74 e 0,84, expostos na Tabela 21, apontam que existe correlação entre as variáveis originais e o fator. Os dados da comunalidade revelam grau de variância aceitável entre a variável original e as incluídas na análise, exceto o item CONT2 (Tenho conhecimento para ajudar a proteger o meio ambiente), que obteve nota inferior a 0,6, ressaltando fraca correlação entre as referidas. Ademais, o Teste de Esfericidade de *Bartlett* por meio de seu valor de significância (0,000) denota correlação entre as variáveis observadas; o coeficiente de *Alfa de Cronbach* indicou correlação entre as perguntas do questionário, já que esteve superior a 0,6, o sugerido para pesquisas exploratórias. O KMO (0,661) revela que existe uma tendência a fraca correlação entre as variáveis da pesquisa, entretanto, próximo à 1, o valor é considerado, denotando também que o fator exposto pode ser refletido através das variáveis apresentadas.

Dessa forma, os dados elencados evidenciam que as variáveis manifestas se agrupam corretamente na formação da dimensão “Controle Percebido”, atestando, especialmente, pelo grau de confiabilidade obtido, o agrupamento das referidas no instrumento de coleta de dados utilizado.

4.3.4. Análise fatorial exploratória da dimensão “intenção pró-ambiental”

Na Tabela 22 são apresentados os indicadores obtidos para a análise fatorial exploratória da dimensão “Intenção Pró-Ambiental”:

Tabela 22

Análise Fatorial Exploratória da Dimensão Intenção Pró-Ambiental

Variável	Descrição da Variável	Carga Fatorial	Comunalidade	MSA
INT1	Tenho vontade	0,795	0,632	0,772
INT2	Pretendo aumentar ações	0,873	0,763	0,652
INT3	Pretendo melhorar ações	0,855	0,732	0,672

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem: 0,689

Teste de esfericidade de Bartlett: 264,914 - Sig: 0,000

Variância total explicada: 70,874 %

Eigenvalue: 2,126

Alfa de Cronbach: 0,792

Fonte: Pesquisa de Campo (2017)

Para esta dimensão, o melhor conjunto de variáveis selecionadas para constituírem o constructo Intenção Pró-Ambiental, é composta pelas variáveis INT1 (Eu tenho vontade de ajudar a proteger o meio ambiente), INT2 (Eu pretendo aumentar minhas ações para proteger o meio ambiente) e INT3 (Se for possível, vou melhorar minhas ações para proteger o meio ambiente).

Os valores da carga fatorial deste conjunto de variáveis, observados na Tabela 21, demonstram que há correlação entre as variáveis originais e o fator. Os dados da comunalidade, que estiveram entre 0,6 e 0,7, caracterizam bom grau de variância entre a variável original e as incluídas. O valor de significância obtido pelo Teste de Esfericidade de *Bartlett* (0,000), contribui para essa correlação entre as variáveis observadas. O coeficiente de *Alfa de Cronbach* 0,792, maior que 0,6, enaltece a confiabilidade interna entre as variáveis utilizadas no questionário para analisar a dimensão. O KMO de 0,689 indica uma tendência a baixa correlação entre as variáveis da pesquisa, no entanto, o valor próximo à 1 é considerado, explicitando que o fator pode ser explicado (ou refletido) pelas variáveis manifestas.

Em virtude disso, tem-se o agrupamento das variáveis na constituição da dimensão “Intenção Pró-Ambiental”, de maneira que o grau de confiabilidade destacado fundamenta com mais expressividade a existência do agrupamento das variáveis utilizadas no questionário.

4.3.4. Análise fatorial exploratória da dimensão “apego ao lugar”

Na tabela 23 são apresentados os indicadores da análise fatorial exploratória da dimensão “Apego ao Lugar”:

Tabela 23

Análise Fatorial Exploratória da Dimensão Apego ao Lugar

Variável	Descrição da Variável	Carga Fatorial	Comunalidade	MSA
APEG3	Significa muito	0,910	0,828	0,833
APEG4	Grande apego	0,925	0,855	0,826
APEG5	Parte de mim	0,913	0,833	0,856
APEG6	Me identifico	0,895	0,801	0,863

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem: 0,843

Teste de esfericidade de Bartlett: - 930,363 Sig: 0,000

Variância total explicada: 82,899 %

Eigenvalue: 3,316

Alfa de Cronbach: 0,931

Fonte: Pesquisa de Campo (2017)

No caso da constituição da dimensão “Apego ao Lugar, o melhor conjunto de variáveis selecionadas para constituírem o constructo, é composto pelas variáveis APEG3 (Possuo um grande apego à Baía Formosa), APEG4 (Sinto Baía Formosa como uma parte de mim), APEG5 (Me identifico fortemente com Baía Formosa) e APEG6 (Estou muito satisfeito em morar em Baía Formosa).

Os valores da carga fatorial observados na Tabela 23 revelam boa correlação entre as variáveis originais e o fator. Os dados da comunalidade, acima de 0,8, demonstram que o grau de variância entre a variável original e as incluídas é favorável. O valor da significância (0,000) obtido através do Teste de Esfericidade de *Bartlett*, contribui significativamente para essa correlação. Com relação ao coeficiente de confiabilidade *Alfa de Cronbach*, obteve-se resultado elevado (0,931), ressaltando boa confiabilidade interna entre as variáveis utilizadas no estudo. O KMO também atende ao critério (próximo 1), designando que há correlação entre as variáveis da pesquisa, ou seja, o fator pode ser explicado (ou refletido) pelas variáveis propostas.

Em consequência, tem-se o agrupamento almejado das variáveis para a constituição da dimensão “Apego ao Lugar”, de modo como o elevado grau de confiabilidade alcançado justifica a associação destas no questionário aplicado.

4.3.5. Análise fatorial exploratória da Dimensão “comportamento pró-ambiental”

Na Tabela 24 são apresentados os indicadores obtidos para a análise fatorial exploratória da dimensão “Comportamento Pró-Ambiental”:

Tabela 24

Análise Fatorial Exploratória da Dimensão Comportamento Pró-Ambiental

Variável	Descrição da Variável	Carga Fatorial	Comunalidade	MSA
CAM1	Realizo ações ambientais	0,829	0,688	0,636
CAM2	Protejo o meio ambiente	0,892	0,796	0,594
CAM3	Economizo água	0,755	0,570	0,728

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem: 0,638

Teste de esfericidade de Bartlett: 248,118 - Sig: 0,000

Variância total explicada: 68,465%

Eigenvalue: 2,054

Alfa de Cronbach: 0,764

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Para esta dimensão, o melhor conjunto de variáveis selecionadas para constituírem o constructo, é composto pelas variáveis CAM1 (Eu considero que realizo ações para proteger o meio ambiente), CAM2 (Sempre quando há condições, eu procuro ajudar a proteger o meio ambiente) e CAM3 (Eu procuro economizar água em minha casa).

Os indicadores de carga fatorial, por estarem superior a 0,70, indicam que existe boa correlação entre as variáveis originais e o fator. Com relação ao indicador comunalidade, observa-se que a variável CAM3 (Eu procuro economizar água em minha casa) apresentou um valor relativamente baixo em relação às demais (0,570), retratando que a mesma compartilha baixo grau de variância entre as outras variáveis do estudo. Entretanto, o nível de significância obtido pelo Teste de Esfericidade de *Bartlett* revela correlação entre as variáveis observadas; de modo como o coeficiente de *Alfa de Cronbach*, acima de 0,6, confere confiabilidade interna entre as variáveis utilizadas no questionário para avaliar a dimensão. O valor do KMO 0,638 indica que há uma tendência a baixa correlação entre as variáveis da pesquisa, porém o dado sugerido, próximo à 1, é considerado, indicando que o fator pode ser refletido pelas variáveis propostas.

Sendo assim, os dados sugeridos atestam que as variáveis manifestas se agrupam adequadamente para a formação da dimensão “Comportamento Pró-ambiental”, que juntos ao grau da confiabilidade apresentado, fundamentam o agrupamento destas no instrumento de coleta de dados.

4.4. Desenvolvimento de um modelo estrutural de relacionamento para investigar as inter-relações existentes entre variáveis capazes de influenciar o comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros

O modelo estrutural define as reações causais ou de associação entre as dimensões propostas (Marôco, 2010), objeto principal deste estudo. Para que seja plausível a relações propostas, há a necessidade ao atendimento de alguns pressupostos da técnica. Um dos pressupostos é a necessidade da ausência de multicolinearidade, ou seja, na parte estrutural do modelo, as variáveis exógenas ou independentes não podem estar fortemente associadas (Marôco, 2010). Para verificar tal pressuposto, realizou-se a análise de correlação bi-variada (r_c) entre as dimensões obtidas a partir da definição do modelo de mensuração do estudo. Os resultados são apresentados à seguir:

4.4.1 Análise de correlações bi-variadas (r_c)

Na Figura 21 é apresentada a análise de correlação bi-variada entre as variáveis exógenas (independentes) e endógenas (dependente) do modelo proposto:

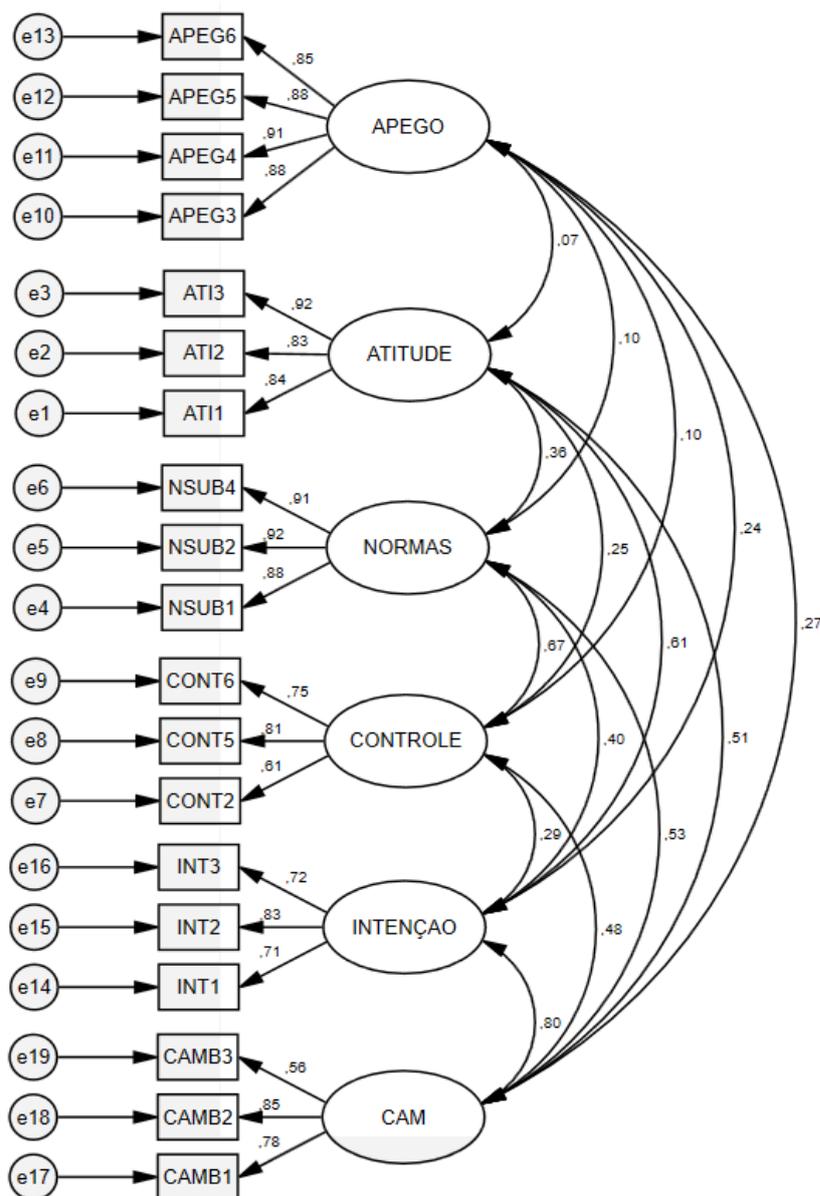


Figura 21 – Análise da Correlação Bivariada

Fonte: Dados do Campo (2017).

Conforme pode ser observado através dos coeficientes de correlação bivariados, apresentados na Figura 21, não se identificam correlações bivariadas fortes entre as variáveis exógenas do modelo. Observam-se correlações moderadas entre as dimensões Atitude e Normas (r_c de 0,36) e Normas e Controle Percebido (r_c de 0,67), neste caso, tendendo à uma correlação bivariada forte. Ambas correlações já foram identificadas por Ajzen (1985) e fazer parte do modelo estrutural básico dos fatores que visam explicar o comportamento. Com relação à variável exógena Apego, observam-se correlações bivariadas fracas com as demais variáveis exógenas, o que indica baixa associação entre as dimensões, limitando à um baixo nível de multicolinearidade.

Verificam-se relações de correlação altas entre variáveis exógenas e endógenas (o que não indica multicolinearidade) principalmente entre a Intenção Pró-ambiental e Comportamento Pró-ambiental (r_c de 0,80) e relação levemente moderada entre Apego e Comportamento Pró-ambiental (r_c de 0,27), no que se pode inferir que o componente afetivo do modelo influi de maneira moderada no comportamento pró-ambiental.

Assumindo-se então a existência de multicolinearidade forte entre as variáveis exógenas do modelo, propôs-se analisar o modelo estrutural obtido, cujas considerações são apresentadas a seguir:

4.4.2. Análise do modelo estrutural

Na Figura 22 é apresentado o modelo estrutural obtido a partir das hipóteses de relacionamento propostas:

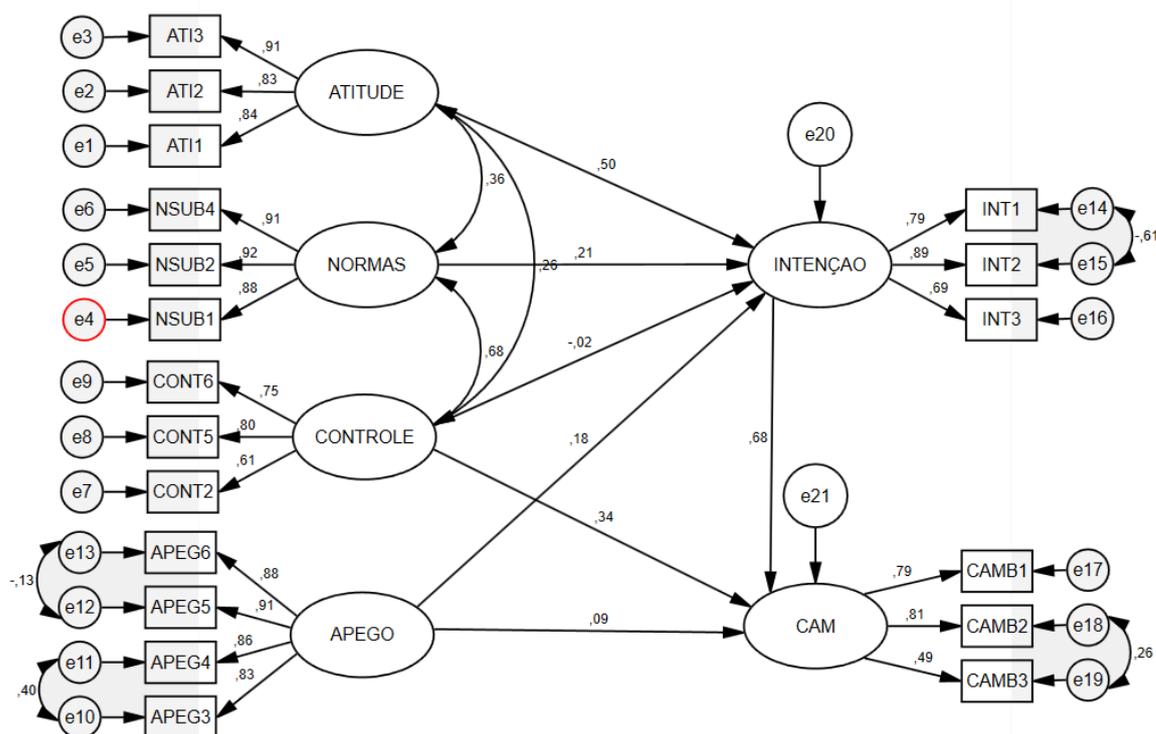


Figura 22 - Modelo Estrutural Original

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

As relações causais entre Controle e Intenção Pro-ambiental ($p=0,841$) e Apego e Comportamento Pró-Ambiental ($p=0,089$) foram consideradas como não significativas¹. Demais trilhas foram significativas. Assim, entende-se a necessidade de reespecificação do modelo estrutural.

O modelo estrutural resultante após a reespecificação é apresentado na Figura 23.

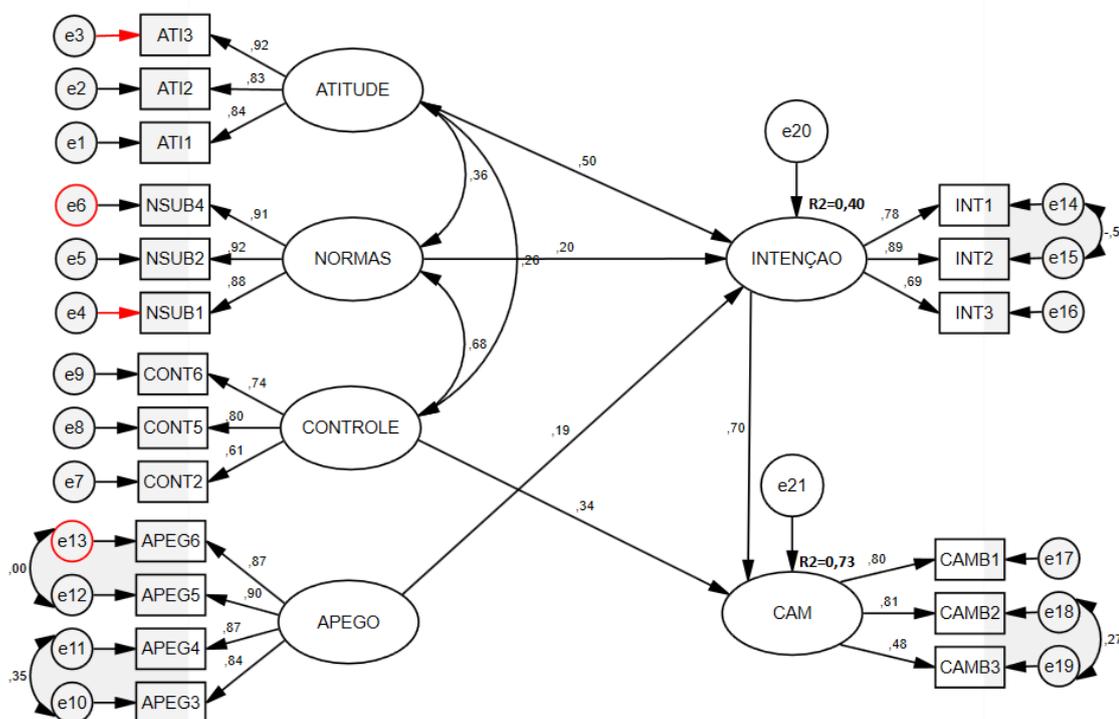


Figura 23 – Modelo Estrutural Reespecificado

Fonte: pesquisa de campo (2017).

A partir dos coeficientes de trilha apresentados na Figura 23, observa-se uma relação estrutural adequada principalmente quando se verifica o valor do R^2 obtido (0,73) com a variável dependente Comportamento Pro-Ambiental (CAM) e o R^2 obtido (0,40) com a variável dependente Intenção Pro-Ambiental (INTENÇÃO). Observa-se uma alta relação causal entre as dimensões dependentes Intenção e Comportamento Pró-ambiental. Observa-se relação fraca (coeficiente de trilha de 0,19) entre a dimensão Apego ao Lugar (APEGO) e Intenção Pro-Ambiental (INTENÇÃO) e relação não significativa entre Apego ao Lugar (APEGO) e a variável dependente Comportamento Pro-Ambiental (CAM).

De uma maneira geral, verifica-se que o componente racional do modelo, composto pelas variáveis definidas a partir da TCP (Teoria do Comportamento Planejado) apresentam

¹ p significa a probabilidade de erro de se assumir relação causal significativa entre as variáveis. No caso deste estudo, assume-se relações causais significativas quando $p < 0,05$.

maior poder explicativo do comportamento pro-ambiental do que o componente afetivo do modelo, representado pela variável independente Apego ao Lugar.

Para que seja verificado quão bem o modelo teórico proposto é capaz de reproduzir uma estrutura correlacional das variáveis observáveis na amostra sob estudo, há a necessidade da avaliação da qualidade de ajustamento do modelo que, neste estudo, é realizada a partir de índices empíricos que se baseiam nas funções de verossimilhança ou matriz dos resíduos obtidos durante o ajustamento do modelo (Marôco, 2010). Na Tabela 25 são apresentados os índices de qualidade de ajustamento do modelo de mensuração obtido:

Tabela 25

Índices de Qualidade de Ajustamento do Modelo de Mensuração

Índices	Grupo do Índice	Resultados	Valores de Referência (Marôco, 2010)
TLI CFI NFI	Índices Relativos	0,958 0,966 0,929	[0,90 - 0,95 [Ajustamento Bom > 0,95 Ajustamento Muito Bom
PCFI PGFI	Índice de Parcimônia	0,778 0,672	[0,6 - 0,8 [Ajustamento Razoável
RMSEA	Índice de Discrepância Populacional	0,050	< 0.05 - Ajustamento Bom
X ² /DF GFI	Índices Absolutos	1,853 0,914]1 - 2] Ajustamento Bom [0,90 - 0,95 [Ajustamento Bom

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

De uma maneira geral, observa-se que o modelo teórico proposto, estimado a partir dos dados coletados, apresentam índices de qualidade de ajustamento entre bons e muito bons, de acordo com os valores de referência propostos, a não ser nos índices de Parcimônia (PCFI e PGFI) que apresentaram resultados razoáveis. Destaca-se que o objetivo dos índices de parcimônia é compensar a melhoria artificial do modelo que se consegue, simplesmente pela inclusão de mais parâmetros livres aproximando o modelo sob estudo de um modelo saturado (Maroco, 2010).

Marôco (2010) destaca que a avaliação da qualidade de ajustamento do modelo é uma das fases menos consensuais na modelagem de equações estruturais, com vários autores apresentando numerosos estudos de simulação e observação empírica que justificam diferentes estratégias e recomendações para a análise da qualidade de ajustamento de modelos.

4.4.3. Validação dos constructos do modelo

O objetivo deste processo é apresentar a validação dos constructos do modelo. O método de validação utilizou os indicadores de confiabilidade composta do constructo e variância extraída (AVE). Os valores indicativos da confiabilidade composta sinalizam a consistência interna dos indicadores que compõem o construto (HAIR *et al*, 2009). Já a variância extraída (AVE) é uma medida que, com base na confiabilidade dos construtos, sinaliza a confiabilidade do modelo (HAIR *et al*, 2009). O valor mínimo aceitável para a confiabilidade composta é 0,70 e o valor considerado como básico para a variância extraída é 0,50 (HAIR *et al*, 2009). O cálculo desses indicadores possui a seguinte formulação matemática:

$$\text{Confiabilidade do Constructo} = \frac{(\sum \text{Cargas Padronizadas})^2}{(\sum \text{Cargas Padronizadas})^2 + \sum \text{Erro de Mensuração dos Indicadores}} \quad [1]$$

$$\text{Variância Extraída} = \frac{\sum \text{Cargas Padronizadas}^2}{\sum \text{Cargas Padronizadas}^2 + \sum \text{Erro de Mensuração dos Indicadores}} \quad [2]$$

O erro de mensuração dos indicadores é calculado a partir da seguinte relação matemática:

$$\text{Erro} = 1 - (\text{Carga Padronizada})^2 \quad [3]$$

Na Tabela 26 são apresentados os resultados da Confiabilidade Composta do Constructo e da Variância Extraída (AVE) do modelo.

Conforme pode ser observado pelos dados apresentados na tabela 26, todos os constructos utilizados no modelo de mensuração apresentam alta consistência interna, já que o valor da confiabilidade composta foi superior ao valor tido como referência (0,70). Análise semelhante pode ser remetida à avaliação da variância extraída do modelo de mensuração, cujos indicadores em todos os constructos foram superiores ao critério adotado (0,5), demonstrando a confiabilidade do modelo proposto.

Tabela 26

Estimativa dos valores de confiabilidade composta e variância extraída dos constructos

Constructo (Modelo de Mensuração)	Variáveis (Rel. Lineares)	Cargas Não Padronizada	Erro Padrão	C.R.	Carga Padronizada	p	Confiabilidade e Variância Extraída (AVE)
ATITUDE	AT1 <--- ATITUDE	1,000	-	-	0,840	***	Confiabilidade: 0,897 AVE: 0,745
	AT2 <--- ATITUDE	0,992	0,060	16,558	0,832	***	
	AT3 <--- ATITUDE	1,164	0,063	18,847	0,915	***	
NORMAS	NSUB1 <--- NORMAS	1,000	-	-	0,883	***	Confiabilidade: 0,931 AVE: 0,819
	NSUB2 <--- NORMAS	1,054	0,046	22,913	0,919	***	
	NSUB4 <--- NORMAS	1,063	0,048	22,314	0,913	***	
CONTROLE	CONT2 <---CONTROLE	1,000	-	-	0,613	***	Confiabilidade: 0,764 AVE: 0,522
	CONT5 <--- CONTROLE	1,841	0,205	8,958	0,800	***	
	CONT6 <--- CONTROLE	1,779	0,201	8,873	0,743	***	
APEGO	APEG3 <--- APEGO	1,000	-	-	0,843	***	Confiabilidade: 0,926 AVE: 0,758
	APEG4 <--- APEGO	1,078	0,048	22,697	0,870	***	
	APEG5 <--- APEGO	1,190	0,203	5,854	0,900	***	
	APEG6 <--- APEGO	1,071	0,184	5,813	0,868	***	
INTENÇÃO	INT1 <--- INTENÇÃO	1,000	-	-	0,782	***	Confiabilidade: 0,832 AVE: 0,625
	INT2 <--- INTENÇÃO	1,491	0,124	12,013	0,889	***	
	INT3 <---INTENÇÃO	1,095	0,100	10,416	0,688	***	
CAM	CAM1 <--- CAM	1,000	-	-	0,796	***	Confiabilidade: 0,749 AVE: 0,510
	CAM2 <--- CAM	0,881	0,066	13,268	0,814	***	
	CAM3 <--- CAM	0,490	0,066	7,427	0,483	***	

CAM – Comportamento Pró-ambinetal

*** Relação altamente significativa

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

4.5. Análise das Hipóteses

Baseando-se nos resultados encontrados pelo presente estudo, pode-se concluir o seguinte status do teste de confirmação das hipóteses propostas pela pesquisa:

H1: Existe significativa correlação positiva entre “Intenção Ambiental” e “Comportamento Ambiental”. Esta hipótese foi confirmada visto que a relação se apresentou como sendo significativa com um coeficiente de trilha de 0,70.

H2: Existe significativa correlação positiva entre “Atitude Pró-Ambiental” e “Intenção Ambiental”. Esta hipótese foi confirmada visto que a relação se apresentou como sendo significativa com um coeficiente de trilha de 0,50.

H3: Existe significativa correlação positiva entre “Normas Subjetivas” e “Intenção Ambiental”. Esta hipótese foi confirmada visto que a relação se apresentou como sendo significativa com um coeficiente de trilha de 0,20.

H4: Existe significativa correlação positiva entre “Controle Comportamental Percebido” e “Intenção Ambiental”. Esta hipótese não foi confirmada visto que a relação causal entre estas dimensões apresentou coeficiente de trilha não significativo.

H5: Existe significativa correlação positiva entre “Controle Comportamental Percebido” e “Comportamento Ambiental”. Esta hipótese foi confirmada visto que a relação se apresentou significativa com um coeficiente de trilha de 0,34.

H6: Existe significativa correlação positiva entre “Apego ao Lugar” e “Comportamento Ambiental”. Esta hipótese não foi confirmada visto que a relação causal entre estas dimensões apresentou coeficiente de trilha não significativo.

H7: Existe significativa correlação positiva entre “Apego ao Lugar” e “Intenção Pro-Ambiental”. Esta hipótese foi confirmada visto que a relação se apresentou como sendo significativa com um coeficiente de trilha de 0,19.

4.6. Implicações gerenciais

Os resultados da pesquisa propõem que para incentivar o comportamento pró-ambiental entre os residentes de localidades turísticas costeiras deve-se trabalhar mais sobre os aspectos racionais desses indivíduos do que os afetivos. Assim, são pertinentes trabalhos de educação ambiental, especialmente, palestras educativas, campanhas informativas, programas e projetos, com enfoque de participação social, objetivando a conscientização e sensibilização do público envolvido em prol das questões ambientais.

Realizações desse cunho poderiam estimular, até aumentar, a intenção pró-ambiental dos residentes indicados, haja vista que a informação gerada possibilitaria o conhecimento dos benefícios alcançados por meio de práticas de proteção ao meio ambiente, inclusive, das vantagens possibilitadas a vida humana, como bem estar físico e mental, oriundas, por exemplo, pelo processo de arborização (ou plantio de árvores), ou até mesmo economia de custos, muitas vezes proporcionada pela prática de reutilização e reciclagem. Logo, indivíduos melhor intencionados acerca do meio ambiente estariam mais propensos a executarem ações pró-ambientais.

Trabalhos de educação ambiental, como os citados, ampliariam as percepções positivas dos cidadãos em relação à proteção do meio ambiente natural, de modo que os conscientizaria e sensibilizaria no que concerne ao valor intrínseco da natureza, enaltencendo as funcionalidades dos aspectos bióticos e abióticos existentes na terra e suas implicações na vida humana. Nesse caso, as percepções ambientais positivas suprimiriam as negativas, aumentaria a intenção pró-ambiental dos residentes e, conseqüentemente, favorecia a concretização do comportamento pró-ambiental.

Importar-se que todos esses feitos sejam realizados corriqueiramente, destacando-se como algo atrelado a vivência dos moradores, além de tudo, pode-se ter como espaços de realização destes as escolas do município, centro social, igrejas, praça de eventos, câmara municipal, terminal turístico, quadra de esportes, colônia de pescadores, desde que abarque toda a população, a saber, estudantes, professores, donas de casas, pescadores, servidores públicos, empresários locais e outros, visto que os grupos e indivíduos da localidade podem influenciar o comportamento em foco na comunidade. Sendo assim, o conhecimento oportunizado pode significar influências positivas entre os membros do destino.

Resultados maiores poderiam ser alcançados com o apoio financeiro e humano oriundos da gestão municipal, uma vez que orientação de pessoas qualificadas auxiliaria no conhecimento ambiental, bem como seria pertinente para a elaboração e efetivação de diretrizes

ambientais na cidade e o suporte financeiro ajudaria no custeio das ações. Esses suportes podem ser negociados entre o poder público municipal, estadual e federal, como também podem ser obtidos por meio de parcerias público-privadas. O governo local pode, por exemplo, isentar ou diminuir impostos de entidades privadas que realizarem ou patrocinarem práticas pró-ambientais na localidade. Pode também investir em segurança e iluminação nas áreas de instalação desses empreendimentos. O aporte financeiro e humano possibilitaria o aumento da percepção de controle nos indivíduos formosense mediante a execução de práticas pró-ambientais.

O comportamento pró-ambiental é melhor estimulado quando se tem, sobretudo, a compreensão de componentes racionais, dessa forma, profissionais de outras áreas, como da psicologia e marketing, podem auxiliar gestores de destinos turísticos a promoverem campanhas educativas e publicitárias, de modo que as informações sugeridas alcancem com mais prentensão o público alvo selecionado.

Com isso, os residentes estariam mais propensos a executarem práticas de proteção ambiental, beneficiando o município com a diminuição de resíduos sólidos, poluição, conservação da fauna e flora, tornando um destino mais atrativo e agradável ao olhar do visitante, podendo implicar até na extensão do tempo permanência do turista no local ou seu retorno a comunidade, em consequência, tem-se a obtenção de maiores retornos financeiros no destino. O residente mais sensibilizado e participativo pode ainda desempenhar o papel fiscalizador de ações ambientais na comunidade, de jeito que pode cobrar dos visitantes postura de respeito e zelo pelas peculiaridades ambientais da localidade, diminuindo assim os efeitos ambientais negativos oriundos do turismo nesse local.

5. Conclusões e Recomendações

Neste capítulo são expostas as principais conclusões, bem como as recomendações de âmbito gerencial e acadêmico no que concerne ao trabalho proposto.

5.1 Conclusão da pesquisa

O estudo em foco teve como objetivo principal investigar as interrelações entre os fatores capazes de influenciar o comportamento ambiental de residentes em destino turístico costeiro, baseando-se na abordagem *Theory of Planned Behavior* - Teoria do Comportamento Planejado (TCP), que abrangeu a concepção dos residentes de Baía Formosa/RN. Constituindo-se como uma pesquisa de caráter descritivo e hipotético-dedutivo com abordagem analítica-quali-quantitativa, abarcou um total de 288 respondentes no questionário e 35 na entrevista, que evidenciaram seu ponto de vista em relação a proteção do meio ambiente. O local escolhido para efetivação da pesquisa foi Baía Formosa, destino turístico costeiro localizado ao litoral sul potiguar. Os dados quantitativos obtidos foram analisados através de métodos estatísticos, especificadamente, análise descritiva, análise fatorial exploratória e Modelagem de Equações Estruturais (MEE), já as informações qualitativas foram verificadas pela Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), sendo categorizadas (por pontos chaves ou incidentes) e interpretadas a seguir. O aporte da Técnica de Análise do Discurso foi pertinente nesse processo de interpretação de significados produzidos, especialmente, pelos discursos dos investigados.

O referencial teórico proposto exhibe breves discussões sobre as questões ambientais no mundo, enaltecendo a importância da gestão ambiental para a atualidade, essencialmente, para os destinos costeiros. Maiormente, expõe a teoria utilizada no estudo, TCP, teoria proposta por Icken Ajzen em 1985, explicitando-a para conhecimento dos leitores pesquisadores e descrevendo as dimensões que a constitui e, ao mesmo, introduzidas no trabalho: Atitude Pró-Ambiental, Normas Subjetivas, Controle Comportamental Percebido, Apego ao Lugar e Comportamento Pró-Ambiental; bem como aponta outros fatores, não inseridos na pesquisa *in loco*, que, segundo a literatura, podem ter ingerências sobre o Comportamento Pró-Ambiental (Custos e Benefícios, Envolvimento Comunitário e Governança Ambiental).

O primeiro objetivo foi de caracterizar a percepção do residente quanto à conduta proambiental dos moradores de Baía Formosa/RN. O perfil indicado na entrevista foi de pessoas do gênero feminino (54%), solteiras (60%), estudantes, com idade de 18 a 25 anos (54%) e escolaridade de ensino médio (63%). Por meio da pesquisa pode-se observar que os investigados denotaram ter conhecimento sobre comportamento pró-ambiental, tendo em vista

que relacionaram a conduta orientada a manutenção de ao meio ambiente natural (Bonnes e Bonaiuto, 2002; Corral-Verdugo e Pinheiro, 1999; e Karp, 1996); como ações que caracterizam o comportamento em foco os residentes indicaram as relativas ao problema do lixo, água, proteção da flora e fauna e conscientização e sensibilização ambiental, estas foram apontadas como ideais para os moradores executarem no destino, principalmente, por estes julgarem pertinentes no sentido de tratar entraves ambientais existentes na comunidade, a saber, acúmulo de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, precária educação ambiental e extinção da flora e fauna; como percepções positivas em relação a execução das referidas teve-se benefício físico e mental, impacto visual, crescimento do turismo, fomento da economia e estímulo ao desenvolvimento sustentável; já como negativas observou-se soluções práticas imediatas que induziriam a custos financeiros e humanos, assim como mudanças de hábitos e surgimento de burocracias. Relativo aos grupos e indivíduos que aprovariam a efetivação de condutas pró-ambientais no município, identificou-se educadores, secretários que tratam da pasta ambiental, urbanismo e saúde, bem como colaboradores de IDEMA e IBAMA, e empresários da atividade, especialmente, donos de pousadas e hotéis; entre os que desaprovaram estão grupos políticos e pessoas sem conhecimento e informação acerca do meio ambiente. A sensibilização e conscientização ambiental, incentivos públicos e privados, bem como apoio financeiro, foram destacados como fatores e circunstâncias que ajudariam ou dificultariam (no caso a ausência de um destes aspectos) a sustentação do comportamento pró-ambiental no destino turístico costeiro apontado.

O segundo objetivo foi de caracterizar a percepção do residente quanto às variáveis capazes de influenciar o comportamento ambiental em destinos turísticos costeiros, sendo elas: “Atitude Pró-Ambiental”, “Normas Subjetivas”, “Controle Percebido”, “Apego ao Lugar” e “Comportamento Pró-Ambiental”, assim verificou-se que, na percepção dos questionados, existia atitude favorável ao meio ambiente nos indivíduos formosenses, como também verificou-se que estes creditam na influência de grupos da comunidade em seu comportamento ambiental, alegam terem controle mediante a situações de favorecimento ambiental, possuem afeto pela localidade e terem comportamento pró-ambiental.

O terceiro objetivo teve como particularidade adequar um modelo de mensuração capaz de investigar o relacionamento das variáveis que influenciam o comportamento ambiental do residente em destinos turísticos costeiros. Para tanto, utilizou-se a análise fatorial exploratória (AFE), que por meio, especialmente, da carga fatorial, comunalidade, Teste de *Bartlett*, coeficiente de *Alfa* de *cronbach*, indicaram a existência de confiabilidade entre as questões

utilizadas no questionário. Desta forma, as dimensões apresentadas puderam ser refletidas pelas variáveis propostas.

O quarto e último objetivo teve como propósito desenvolver um modelo estrutural de relacionamento para investigar o comportamento ambiental de residentes em destinos turísticos costeiros. Assim, viu-se que existiu alta correlação entre a dimensão dependentes “Intenção Pró-Ambiental” (R^2 : 0,73) e “Comportamento Pró-Ambiental” (R^2 : 0,40) e fraca correlação entre a dimensão “Apego ao Lugar” e “Intenção Pró-Ambiental), bem como verificou-se que a relação entre a dimensão “Apego ao Lugar” e “Comportamento Pró-Ambiental” não foi significativa, tendo em vista que seu coeficiente de trilha não atingiu o valor de referência, indicando que o componente racional do modelo, composto pelas variáveis definidas a partir da TCP (Teoria do Comportamento Planejado), tem maior poder explicativo do comportamento pro-ambiental do que o componente afetivo deste. Todos os constructos explicitados no modelo de mensuração apresentaram consistências internas, já que obtiveram valores superiores a 0,70 no critério da confiabilidade e maiores que 0,5 na variância extraída. Dessa forma, evidencia-se a confiabilidade do modelo, que ao final abrange todas as variáveis latentes propostas no estudo em sua composição.

Diante disto, a pesquisa atende ao objetivo sugerido. Os resultados por esta elucidados podem ainda ajudar no entendimento e auxiliar em futuras investigações acerca do comportamento pró-ambiental em áreas turísticas costeiras.

5.2 Recomendações e limitações do trabalho

Por coadjuvar gestores de destinos a trabalharem de forma estratégica, inclusive, sobre fatores psicológicos dos indivíduos, com a finalidade sanar gargalos ambientais, bem como aquecer a economia de localidades turísticas ou com vocação para a atividade, principalmente, as que têm potencial para ofertar recursos naturais no mercado como o principal estímulo de captação de turistas para o local, o estudo evidencia sua contribuição gerencial.

A pesquisa revelou que a Teoria do Comportamento Planejado (TCP) pode ser adequadamente utilizada para investigar o comportamento ambiental em destinos turísticos costeiros, as dimensões “Atitude Pró-Ambiental”, “Normas Subjetivas”, “Controle Percebido”, “Intenção Pró-Ambiental” têm ingerência significativa sobre o Comportamento Pró-Ambiental, de igual modo viu-se que a dimensão “Apego ao Lugar” juntamente com as referidas (exceção para o fator “Controle Percebido”) impactam na Intenção Pró-Ambiental, desse modo vê-se, maiormente, a influência de fatores racionais (ou cognitivos) no que concerne comportamento

em foco. Logo, a conduta pró-ambiental pode estimulada por meio de mais informação e educação ambiental.

Como limitação do trabalho, observou-se a dificuldade dos residentes em compreender assuntos diversificados, tendo que facilitar significativamente a linguagem escrita abordada tanto nas indagações da entrevista como nos pontos do questionário. Notou-se também a insegurança e medo denotado por esses respondentes mediante aos questionamentos, que, se não tranquilizados, poderiam comprometer o resultado do estudo. A pesquisa limitou-se a uma amostra não probabilística que pode ser ampliada, até surtar outros efeitos, em novas investigações.

Recomenda-se que em meios acadêmicos novos estudos sejam realizados, de modo que novos constructos e fatores sejam adicionados, e as constatações reveladas auxiliem pesquisadores e gestores a compreenderem e trabalharem com mais exatidão o comportamento ambiental em localidades. Importa-se também que amostra seja diversificada, visto que o recorte do estudo envolveu os residentes formosenses, mas poderá abranger visitantes, empresários do turismo (ou investidores), gestores, assim como realizar comparações de percepções entre esses diferentes públicos alvo e em outros destinos.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. C. S. (2009). How to define an environmental policy to improve corporate sustainability in developing countries. *Business Strategy and the Environment*, 18 (8), 542-556.
- Alday, H. E. C. (2000). O Planejamento Estratégico dentro do Conceito de Administração Estratégica. *Revista FAE*, V.3 (2), 9-16.
- Aguilar-Luzón, M., García- Martínez, J. M. Á., Calvo-Salguero, A. & Salinas, J. M. (2012). Comparative Study Between the Theory of Planned Behavior and the Value–Belief–Norm Model Regarding the Environment, on Spanish Housewives' Recycling Behavior. *Journal of Applied Social Psychology*, 42(11), 2797–2833.
- Ajzen, I. (1985). From intentions to actions: A theory of planned behavior. Em J. Kuhl & J. Beckmann (Orgs.), *Action Control: From Cognition to Behavior* (pp. 11-39). Springer-Verlag: Berlim.
- Ajzen, I. (1991). The Theory of Planned Behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50 (2), 197-211.
- Ajzen, I. (2002a). Perceived behavioral control, self-efficacy, locus of control, and the theory of planned behavior. *Journal of Applied Social Psychology*, 32, 1-20.
- Ajzen, I. (2002b). Constructing a TpB Questionnaire: Conceptual and Methodological Considerations. Recuperado em: <http://www.uni-bielefeld.de/ikg/zick/ajzen%20construction%20a%20tpb%20questionnaire.pdf2>. Acesso em: 6 de Abril 2016.
- Ajzen, I. (2002c). Residual Effects of Past on Later Behavior: Habitual and Reasoned Action Perspectives. *Personality and Social Psychology Review*, 6 (2), 107-122.
- Ajzen, F. & Driver, B. L. (1991). Prediction of Leisure Participation From Behavioral, Normative, and Control Beliefs: an application of the theory of planned behavior. *Leisure Sciences*, 13, 185-204.
- Ajzen, I. & Fishbein, M. (1970). The Prediction of Behavior From Attitudinal and Normative Variables. *Journal of Experimental Social Psychology*, 6, 466-487.
- Ajzen, I. & Fishbein, M. (1980). *Understanding attitudes and predicting social behavior*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.
- Alcântara, L. A., Silva, M. C. A. & Nishijima, T. (2012). Educação Ambiental e os Sistemas de Gestão Ambiental no desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, v.5 (5), 734 -740.
- Alencar, H. F. & Freire, J. C. (2007). O lugar da alteridade na psicologia ambiental. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, V.7(2), 305-328.
- Alves, L. E. S. (2001). Governança e cidadania empresarial. *Revista Administração de Empresas*, São Paulo, V.41(4), 78-86.

Alves, Fonseca & Alves. (2009). O papel do residente na produção do espaço turístico em Natal/RN. *Revista Cultura e Turismo*, 3, 103-121.

Almeida, J. R. (2012). *Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Thex.

American Psychological Association. (2001). *Thesaurus of psychological index terms*. Washington: American Psychological Association.

Araújo, J. L. O, Araujo, A. C. & Araújo, A. C. (2010). Percepção ambiental dos residentes do Bairro Presidente Médici em Campina Grande-PB, no tocante à arborização local. *REVSBAU*, 5(2),67-81.

Astin, A.W., Sax, L.J. & Avalos, J. (1999). Os Efeitos a Longo Prazo do Voluntariado Durante os Anos de Graduação. A revisão da educação superior, 21 (2): 187-202.

Barboza, L. F. & Costa, S. R. R. (2012). Modelos de Gestão e Modelos de Referência. IX Congresso Virtual Brasileiro de Administração – Convibra Administração - adm.convibra.com.br, 23 a 25 de Dezembro, Brasil.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70 Ltda.

Beck, C. G. & Pereira, R. C. F. (2012). Preocupação ambiental e consumo consciente: os meus, os seus e os nossos interesses. *Revista Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, São Paulo, V.1(2), 51-78.

Beke, Z., Cordeiro, P. M. F. & Theodoro, S. H. Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais. In: *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. São Paulo, ANPPAS, 2004.

Bessant, J. & Tid, J. (2009). *Inovação e Empreendedorismo*. Trad. Elizamari Rodrigues Becker, Gabriela Perizzolo, Patrícia Lessa Flores da Cunha. Porto Alegre: Bookman.

Blog Lenilson do Agreste. (2014). *Sufistas comeraram o embargo da Praia do Pontal*. Recuperado de: <http://www.bloglenilsondoagreste.com.br/?s=movimento+n%C3%A3o+a+urbaniza%C3%A7%C3%A3o+da+praia+do+pontal&submit.x=0&submit.y=0>. Acessado em 07 de Março 2017.

Bonaiuto, M., Carrus, G., Martorella, H., & Bonnes, M. (2002). Local identity processes and environmental attitudes in land use changes: the case of natural protected areas. *Journal of Economic Psychology*, 23, 631-653.

Bonfato, A. C. O planejamento do turismo e as pesquisas de campo nos cursos superiores: Reflexão sobre o turismo sustentável e seus impactos negativos. In:

Bonnes, M., & Bonaiuto, M. (2002). Environmental psychology: From spatial-physical environment to sustainable development. In: R. B. Bechtel & A. Churchman (Eds.), *Handbook of environmental psychology*, pp.28-54. New York: Wiley.

Born, P., Neuhaus, H., Rosch, T., Ott, R., Allescher, H., Frimberger, E., Classen, M. (1996). Initial Experience with a New, Partially Covered Wallstend for Malignant Biliary. *Endoscopy*, V.28(8), 699-702.

Bringle, R. G. & Steinberg, K. (2010). Educating for Informed Community Involvement. *Am J Community Psychol*, 46, 428–441.

Brum, T. M. M.; Moiseichyk, A. E.; Valle, M. S. D.; Veiga, C. H. A. & Moraes, J. A. R. (2010). Gestão Empresarial e Inovação: Juntas na era do conhecimento. *VII Congresso Virtual Brasileiro de Administração - Convibra Administração* – www.convibra.com.br, 19 a 21 de Novembro.

Buijs, A. E. (2009). Public support for river restoration: a mixed-method study into local residents' support for and framing of river management and ecological restoration in the Dutch floodplains. *Journal of Environmental Management*, 90(8), 2680-2689.

Butler, R. (1980). The Concept of a Tourist Area Life Cycle of Evolution Implications for Management of Resources. *Canadian Geographer*, V. 24, pp. 5-12.

Caixeta, D. M. (2010). *Atitudes e comportamentos ambientais: um estudo comparativo entre servidores de instituições públicas federais*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 77f. Brasília, Brasil.

Caregnato, R. C. A. & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 15(4), 679-84.

Carpenter, T., & Raimers, J. (2005). Unethical and Fraudulent Financial Reporting: Applying the Theory of Planned Behaviour. *Journal of Business Ethics*, 60 (2), 115-129.

Carvalho, T.L.G. (2016). O turismo no Morro da Babilônia: do reflorestamento ao Ecoturismo. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, V.9 (1), 11-28.

Carrillo, S. (2008). *Relaciones afectivas tempranas: Presupuestos Teóricos y preguntas fundamentales*. En Larreamendy-Joerns y otros (comp), pp. 95-124.

Cavalcanti, C. (2004). Economia e Ecologia: Problemas da governança ambiental no Brasil. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, V.1, 1-10.

Caska, B. A. (1998). The search for employment: Motivation to engage in coping behavior. *Journal of Applied Social Psychology*, 28, 206–224.

Castro, H. S. & Dias, T. C. A. (2013). Percepção e arborização urbana em Macapá, Amapá. *Biota Amazônia*, 3(3), 34-44. Disponível em <http://periodicos.unifap.br/index.php/biota>.

Castro, J.E. (2007). Water Governance in the 21st Century. *Revista Ambiente e Sociedade*, V.10(2), 97-118.

Cavalcanti, C. (2004). Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental do Brasil. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, V.1, 1-10.

Cavalcante, R. B., Calixto, P. & Pinheiro, M. M. K. (2014). Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta da pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, 24 (1), 13-18.

Centro Potiguar de Cultura BlogSport. (2012). *Resgate da Cultura, solução para o Brasil!*. Recuperado em 07 de Março, 2017, de: <http://centropdecultura.blogspot.com.br/2012/06/baia-formosa-rn-semana-do-meio-ambiente.html>.

Chambel, M. J. & Currel, L. (1998). *Psicologia das organizações*. (2ª Ed). Texto Editora.

Chiavenato, I. (2010). *Gestão de Pessoas*. (3ª Ed). Rio de Janeiro: Elsevier.

Chiavenato, I. (2011). *Introdução à Teoria Geral da Administração*. Elsevier/Campus.

Coelho, J. A. P. M., Gouveia, V. V., & Milfont, T. L. (2006). Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambiental. *Psicologia em Estudo*, V.11(1), 199-207.

Coelho, J. A. P. M. (2009). *Habilidade de conservação de água: uma explicação pautada em valores humanos, emoções e atitudes ambientais*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Cole, D.N. (2004). Impacts of hiking and camping on soils and vegetation: a review. In: Buckley, R. (Ed.), *Environmental Impacts of Ecotourism*. CABI Publishing, New York, pp. 41–60.

Cooper, C. et al. (2007). *Turismo: princípios e práticas*. (3.ed.), Porto Alegre: Bookman, 2007.

Cooper, D. R. & Schindler, P. S. (2016). *Métodos de pesquisa em Administração*. (12a ed.). Porto Alegre: AMHG Editora Ltda.

Cordeiro, J. (2009). Componentes da gestão estratégica nas empresas do sector automóvel. *Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 8 (3), 55-65.

Corral-Verdugo, V. (2003). *Determinantes psicológicos e situacionais do comportamento de conservação de água: um modelo estrutural*. 2003. 8f. Dissertação (Mestrado), Universidad de Sonora, Hermosillo, México.

Corral-Verdugo, V., Betchel, R. B. & Fraijo-Sing, B. (2003). Environmental beliefs and water conservation: an empirical study. *Journal of Environmental Psychology*, 23, 247-257.

Corral-Verdugo, V. & Pinheiro, J. Q. (1999). Condições para o estudo do comportamento pró-ambiental. *Estudos de Psicologia*, v.4 (1), 7-22.

Corral-Verdugo, V. (2003). *Determinantes psicológicos e situacionais do comportamento de conservação de água: um modelo estrutural*. 2003. 8f. Dissertação (Mestrado), Universidad de Sonora, Hermosillo, México.

Corrar, L. J. ; Paulo, E. & Dias, J. M. F. (2009). *Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia*. São Paulo: Atlas.

Cortez, J. C. V., Milfont, T. L. & Belo, R. P. (2001). Signifiacdo psicológico do lixo: um estudo com Redes Semânticas naturais. *PSICO-USF*, 6, 21-28.

Cubero, R. M. (2014). Ciudad y Territorio. *Revista de la Escuela de Arquitectura de la Universidad de Costa Rica*, V.2 (6), 1-15.

Cunha, E. M. S. (2005). Considerações gerais sobre a Zona Costeira. In: Cunha, E. M. S. (2004). *Evolução atual do litoral de Natal-RN (Brasil) e suas aplicações a gestão integrada*. Barcelona/esp: Ub, 2005. Cap. 3, p. 125-153. Disponível em: http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/1432/3.CONSIDER_GERAIS_ZONA_COSTER_A.pdf?sequence=4 . Acesso em: 26 jun. 2010.

Davies, J., Foxall, G. R. & Pollister, J. (2002). Beyond the intention – behavior mythology. *Marketing Theory*, V. 2, 29-113.

Daychouw, M. (2007). *40 Ferramentas e Técnicas de gerenciamento*. Rio de Janeiro: BRASPORT.

Deboni, T. L., Mombach, G. N. N., Lopes, M. N & Simioni, F. J. (2015.). Percepção e consciência ambiental: um estudo exploratório em Lages-SC. *GEOAMBIENTE ON-LINE*, 24, Jan-Jun, 97-113.

Denardin, V. F. & Vinter, G. (2000). Algumas considerações acerca dos benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos da obtenção da certificação ISO 14000 pelas empresas. *Revista de Estudos Ambientais*, Blumenau-SC. V.2, 109-103.

Dias, R. (2013). *Introdução ao turismo*. (1ª Ed.) – 4ª reimpr. São Paulo: Atlas.

Dicks, L. V., Walsh, J. C. & Sutherland, W. J. (2014). Organising evidence for environmental management decisions: a ‘4S’ hierarchy. *Trends in Ecology e Evolution*, V.29(11), 607-613.

Donaire, D. (1999). *Gestão Ambiental na Empresa*. (2ª Ed.). São Paulo: Atlas.

Diegues, A. C. S. (1996). *Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras*. São Paulo: NUPAUB-USP, 191p.

Duim, R. V.D & Caldeers, J.(2002). Biodiversity and Tourism: Impacts and Interventions. *Annals of Tourism Research*, 29 (3). 743-761.

Dunn, K. I., Mohr, P., Wilson, C. J. & Wittert. G. A. (2011). Determinants of fast-food consumption. An application of the theory of planned behaviour. *Appetite*, V. 57(2), 349–357.

Fachel, J. M. G. (1976). *Análise Fatorial*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil.

Falco, A. & Castanheira, R. (2012). Gestão de Pessoas em empresas de comunicação. *Comunicação e Mercado/UNIGRAN*, V.1(1), 21-35.

Fandé, M. B. & Pereira, V. F. G. V. (2014). Impactos ambientais do turismo: um estudo sobre a percepção de moradores e turistas no Município de Paraty-RJ. *REGET*, V.18(3), 1170-1178.

Fandini, P. S & Fandini, A. A. B. (2001). Lixo: desafios e compromissos. Cadernos Temáticos de Química Nova Escola. Ed. Especial. Maio, 9-18.

Feital, J. C. C. & Spers, E. E. (2007) atitude e comportamento ambiental: o uso consciente da água. In: 5ª Amostra Acadêmica UNIMEP, São Paulo. v.5, n.1, pp.1-6.

Felipe, M. L. & Kunhen, A. (2012). O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoas-ambiente: Práticas de pesquisa. *Estudos de Psicologia*, 29(4), 609-617.

Ferraro, P. J., & Kramer, R. A. (1997). Compensation and economic incentives: reducing pressures on protected areas. In: R. A. Kramer, C. Schaik, & J. Johnson (Eds.), *Last stand: Protected areas and the defense of tropical biodiversity*, pp. 187-211. New York, NY: Oxford University Press.

Ferreira, N. S. C. (2009). *Gestão e organização escolar*. Curitiba: IESDE Brasil S. A.

Fiorillo, C. A. P. (2000). *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva.

Fonseca, I. F. & Bursztyn, M. (2009). A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.24(1), 17-46.

Fragoso, S. A. (2009). Gestão estratégica de pessoas como fonte de vantagens competitivas nas organizações. *Revista Brasileira de Estratégica – REBRAE*, V.2(3), 307-315.

Freitas, E. C. & Prodanov, C. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (2a ed.) Novo Hamburgo: Feevale.

Frankie et al. (2005). *Mata Atlântica e biodiversidade*. Salvador: Edufba, 2005.

Funks, M. & Perissinoto, R. (2006). Recursos, decisão e poder: Conselhos gestores de políticas de Curitiba. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V.21(60), 67-81.

Fuso, R; Julian, C & Araujo, R. (2014). Análise da percepção ambiental para grupos de faixas etárias distintas. *X Forum Ambiental da Alta Paulista*, 10 (6), 145-158.

G1- Rio Grande do Norte. (2015). *Obras na Orla de Baía Formosa, RN, Preocupam moradores*. Recuperado em 07 de Março, 2017, de: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2015/03/obras-na-orla-de-baia-formosa-rn-preocupam-moradores.html>.

Gândara, J. M. G. (2004). La Calidad y La Competividad de los destinos turísticos urbanos. *Turismo Visão e Ação (Itajaí)*, v. 6, 69-93.

Geller, E. S. (2002). The challenge of increasing proenvironment behavior. In R. B. Bechtel & A. Churchman (Eds.), *Handbook of environmental psychology*, pp.525-540). New York: Wiley.

Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de Pesquisas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Giuliani, M. V. (2004). O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In Tassara, E. T., Rabinovich, E. P., & Guedes, M.C., *Psicologia e ambiente*. São Paulo: Educ.

- Goedert, A.R. (2005). *Governança em rede de desenvolvimento e a experiência em Santa Catarina*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
- Gomides, J. E. & Silva, A. C. (2009). O surgimento da expressão “Governance”, Governança e Governança Ambiental. *Revista de Ciências Gerenciais*, V.8(18), 177-194.
- Gomides, C. S. (2014). *Atitudes, Normas Subjetivas e Controle Comportamental Percebido de uma população universitária em relação ao consumo de água: Análise à luz da Teoria do Comportamento Planejado (TPB)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil.
- Gressler, L. A. (2004). *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. (2a ed). São Paulo: Layola.
- Gunther (2004). *Mobilidade e affordance como cerne dos estudos pessoa-ambiente*. *Estudos de Psicologia*, Natal, 8 (2), 273-280
- Gursoy, D. & Kendall, K.W. (2006). Hosting mega events: modelling locals’ support. *Annals of Tourism Research*, V.33(3), 603-623.
- Hair, J. F. Jr.; Anderson, R. E.; Tatham, R. L.; Black, W. C. (1998). *Multivariate data analysis*. New Jersey: Prentice Hall.
- Haden, S. S. P., Oyler, J. D. & Humphreys, J. H.. (2009). Historical, practical, and theoretical perspectives on green management: an exploratory analysis. *Management Decision*, V.47 (7), 1041-1055.
- Hair, J. F. Jr, Anderson, R. E., Tatham, R. L. & Black, W. C. (2005). *Análise Multivariada de Dados*. 5 ed. Porto Alegre: Bookman.
- Hair, J. F. Jr, Anderson, R. E., Tatham, R. L. & Black, W. C. (2009). *Análise multivariada de dados*. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- Hanna-Helena H.; Jens R. (2015). Internal governance and member investment behavior in energy cooperatives: An experimental approach *Utilities Policy*, V.36, October, 52-56.
- Haus, M. & Klausen, J. E. (2011). Urban Leadership and Community Involvement: Ingredients for Good Governance?. *Urban Affairs Review*, 47(2), 256–279.
- Hidalgo, C. (1998). *Apego al lugar: Ámbitos, dimensiones y estilos*. Tese de Doutorado, Universidad de la Laguna.
- Houaiss, A.; Villar, S. M. (2001). *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- Huang, JT. (2011). Application of Planned Behavior Theory to Account for College Students’ Occupational Intentions in Contingent Employment. *Global Visions*, V.59, 455-466.
- Humes, L. L. & Reinhard, N. (2006). A adoção de Software livre na Universidade de São Paulo. *Revista de Administração*, V.41(3), 221-231.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Cidades*. Disponível em:<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=240140&search=rio-grande-do-norte|baia-formosa>. Acesso em: 05 de Jun. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Cidades. Baía Formosa*. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=240140&search=rio-grande-do-norte|baia-formosa|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em: 10 de Out. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). Recuperado em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rn/baia-formosa/panorama>. Acesso em 26 de Fevereiro, 2017.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Sistema Informatizado de Monitoramento de RPPN. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/308/>. Acesso em: 24 de Maio 2016.

Jabbour, C.J.C. (2010). In the eye of the storm: Exploring the introduction of environmental issues in the production function in Brazilian companies. *International Journal of Production Research*, V.48 (21), 6315-6339.

Jabbour, C. J. C., Silva, E. M., Paiva, E. L. & Santos, F. C. A. (2012). Environmental management in Brazil: is it a completely competitive priority?. *Journal of Cleaner Production*, 21, 11-22.

Jacobi, P. R. & Sinisgalli, P. A. A. (2012). *Governança Ambiental e Economia Verde*. *Ciência e Saúde Coletiva*, 17(6), 1469-1478.

Jacomosi, R, Morano, R & Barrichello, A. (2014). O comportamento ambiental de estudantes de graduação: um modelo de equações estruturais aplicado ao contexto brasileiro. *Revista de Gestão Social e Ambiental- RGSA*, 8 (3), 106-117.

Jones, D., Jurowski, C., & Uysal, M. (2000). Host community resident's attitudes. A comparison of environmental viewpoints. *International Journal of Hospitality and Tourism Research*, 2, 174–189.

Jones, S. (2005). CBET the significance of social capital. *Annals of Tourism Research*, 32(2), 303-324.

Jones, N. (2010). Environmental activation of citizens in the context of policy agenda formation and the influence of social capital. *The Social Science Journal*, 47, 121-136.

Karp, D. G. (1996). Values and their effect on pro-environmental. *Behavior. Environment and Behavior*, 28, 111- 133.

Keene, M. & Pullin, A. S. (2011). Realizing an effectiveness revolution in environmental management. *Journal of Environmental Management*, 92, 2130-2135.

Kirchner, R. M., Saidelles, A. P.F. & Stumm, E. M. F. (2009). Percepção e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. V.5 (3), 221-232.

- Kotchen, M. J. & Reiling, S. D. (2000). Environmental attitudes, motivations, and contingent valuation of non-use values: a case study involving endangered species. *Ecological Economics*, 32, 93-117.
- Lacerda, T. S. *Teorias da ação e o comportamento passado: um estudo do comportamento do consumidor no comércio eletrônico*. (2006). Dissertação de Mestrado – CEPEAD, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Lamano-Ferreira, AP. N., Morizono, R. C. F. C., Ribeiro, A. P., Kniess, C. T. & Ramos, H. R. Dimensões do Comportamento Ecológico identificadas em moradores da Cidade de São Paulo/SP. *XII Congresso de Ecologia do Brasil*, 20 a 24 de Setembro, São Lourenço, Brasil.
- Langholz, J. (1999). Exploring the effects of alternative income opportunities on rainforest use: insights from Guatemala's Maya Biosphere Reserve. *Society and Natural Resources*, 12, 139-149.
- Lanna, A. E. L. (1995). *Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 171 p.
- Lannelongue, G. & J. González-Benito. (2012). Opportunism and environmental management systems: Certification as a smokescreen for stakeholders. *Ecological Economics*, 82, 11–22.
- Lannelongue, G., O. Gonzalez-Benito & J. Gonzalez-Benito. (2014). Environmental Motivations: The Pathway to Complete Environmental Management. *J Bus Ethics*, 124, 135-147.
- Layrargues, P. P. (2002). O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: Loureiro, C.F.B., Layrargues, P.P. & Castro, R. de S. (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*, pp.179-219. São Paulo: Cortez. 2002.
- Le, Y., Hollenhorst, S., Harris, C., McLaughlin, W. & Shook, S. (2006). Environmental Management A Study of Vietnamese Hotels. *Annals of Tourism Research*, V.33 (2), 545–567.
- Lee, H.t. (2013). Influence analysis of community resident support for sustainable tourism development. *Tourism Management*, 34, 37-46.
- Lei n. 6.938/81, de 31 de Agosto de 1981 (1981). Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acessado em 10 de Janeiro 2017.
- Lemos, M. C.& Agrawal, A. (2006). Environmental Governance. *Annu. Rev. Environ. Resour*, 31, 297-325..
- Lima, D. M. A & Bomfim, Z. A. C. (2009). Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. *PSICO*, V.40 (4), 491-497.
- Lindberg, K., & Hawkins, D E. (2005). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. (5.ed.), São Paulo: SENAC.

- Liu, J., Chen, G., Huang, D., Qu, H., Liang, Z., Yue, Z. & Zhao, X. (2014). The role of social capital in encouraging residents' pro-environmental behaviors in community-based ecotourism. *Tourism Management*, V. 41, pp.190-201.
- Luyet V. Schlaepfer R. Parlange, M.C. Buttler, A.(2012). A framework to implement Stakeholder participation in environmental projects. *Journal of Environmental Management*, 111, 213-219.
- Luís, J. C. S. P. (2014). *Teoria do Comportamento Planejado, psicopatia e a intenção de reincidir em crimes contra a propriedade*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Machado, B. L. (2014). *Análise da percepção ambiental e de serviços em João Pessoa/PB*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Magalhães, O. V. F. (2013). Gestão de Pessoas e sue contexto na sociedade contemporânea. *Comunicação e Mercado/UNIGRAN*, V.1 (4), 115-125.
- Maloney, M. P., & Ward, M. P. (1973). Ecology: Let's hear it from the people – An objective scale for measurement of ecological attitudes and knowledge. *American Psychologist*, 28, 583-586.
- Marôco, J. (2010). *Equações Estruturais: Fundamentos teóricos, Sftware e Aplicações*. Pero Pinheiro: ReportNumber.
- Martins, E. C. B., Serralvo, F. A. & João, B. N. (2014). Teoria do Comportamento Planejado: Uma aplicação no mercado educacional superior. *Gestão e Regionalidade*, V.30(88), 107-122.
- Mason, N. H. (2014). Environmental governance in Sierra Leone's mining sector: A critical analysis. *Resources Policy*, 41, September, 152-159.
- Masud, M. M., Al-Amin, Q. A., Junsheng, H., Ahmed, F., Yahaya S. R., Akhtar, R. & Banna, H. (2016). Climate change issue and theory of planned behaviour: relationship by empirical evidence. *Journal of Cleaner Production*, 113, 613-623.
- Masud, M. M. & Kari, F. B. (2015). Community attitudes towards environmental conservation behaviour: An empirical investigation within MPAs, Malaysia. *Marine Policy*, 52 ,138–144.
- Matos, E. B. (2013). Comportamento e Meio Ambiente: Um estudo comportamental da Intenção de não uso das sacolinhas de plástico. *REGE*, V. 20(2), 217-232.
- Mendes, R. M. L., Alves, M. M. S., Kawamoto, M. S. & Barreiros, N. M. (2013). Análise dos impactos ambientais ocasionados por resíduos sólidos pelo fluxo turístico na Ilha de Ajuruteua-PA. *X Congresso Nacional de Meio Ambiente*, Poços Caldas, MG, Brasil.
- Mertens, F., Távora, R., Fonseca, I. F., Grando, R., Castro, M. & Demenda, K. (2011). Redes sociais, Capital Social e Governança Ambiental no território Portal da Amazônia. *Acta Amazônica*. V.41(4), 481-492.
- Melo, G. B. & Rapé, S. F. L. (2015). Turismo e Gestão Ambiental: Benefícios de um Sistema de Gestão Ambiental para Hostel. *IX Fórum Internacional de Turismo do Iguassu*. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

Miki, A.F.C., Gandara, J.M.G., & MUÑOZ, D.R.M. (2012). O estado atual de pesquisas sobre competitividade turística no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 212-223.

Ministério do Turismo – Mtur. (2013). *Turismo de Sol e Praia movimenta o verão de 2014*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/3887-turismo-de-sol-e-praia-movimenta-o-verao-de-2014.html>. Acessado em 10 de Abril 2017.

Ministério do Turismo – Mtur. (2016). *Turismo movimenta economia brasileira*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6132-turismo-movimenta-economia-brasileira.html>. Acessado em 10 de Abril 2017.

Ministério do Turismo – Mtur. (2017). *Turismo em reservas movimenta 4 bilhões por ano*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2017/01/turismo-em-reservas-movimenta-r-4-bilhoes-por-ano>. Acessado em 18 de Abril 2017.

Mirely, A. C. & Virgínio, D. F. (2014). Gestão ambiental no turismo: Uma análise dos impactos ambientais nos atrativos turísticos naturais de Baía Formosa, RN, Brasil. *Revista Turismo Estudos e Práticas - RTEP*, V.3(2), p.34-59.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. (2015). Zona Costeira e Marinha. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha>. Acesso: 27 de Nov. 2015.

Molina, S. (2003). *O Pós -Turismo*. São Paulo: Aleph.

Mota, J. A., Gazoni, J. L., Reganhan, J. M., Silveira, M. T. & Goés, G. S. (2008). *Trajatória da Governança Ambiental*. IPEA, Regional e Urbano, 1 Dez. Disponível em: http://www.amda.org.br/imgs/up/Artigo_26.pdf

Moura, L. R. C., Veiga, R. T., Cunha, N. R. S. & Moura, L. E. L. (2012). A Teoria do Comportamento Planejado e sua modificação com a inclusão do comportamento passado: Um estudo sobre o comportamento de tentar perder peso. *Erechim Perspectiva*, V.36(136), 167-179.

Moura-Fé, M. M. & Pinheiro, M. V. A. (2013). Os parques eólicos na zona costeira do Ceará e os impactos ambientais associados. *Revista GeoNorte*, V.9 (1), 22-41.

Moutinho, K. & Roazzi, A. (2010). As Teorias da Ação Racional e da Ação Planejada: Relações entre intenções e comportamentos. *Avaliação Psicológica*, V.9(2), 279-287.

MTUR – Ministério do Turismo. *Turismo de sol e Praia movimenta o verão de 2014*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/3887-turismo-de-sol-e-praia-movimenta-o-verao-de-2014.html>. Acessado em: 12 de Abril 2016.

Nketti, H. M. (2014). Environmental governance in Sierra Leone's mining sector: A critical analysis. *Resources Policy*, V.41, September, 152-159.

Nunkoo, R. Gursoy, D. (2012). Residents' support for tourism: An Identity Perspective. *Annals of Tourism Research*, V. 39(1), 243–268.

Oliveira, E. S. (2008). *Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ihéus, Bahia, Brasil.

Oliveira, O. J. & Pinheiro, C. R. M. S. (2010). Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001: uma contribuição da área de gestão de pessoas. *Gest. Prod.*, São Carlos, V. 17(1), 51-61.

Oliveira, M. R. L.; Nicolodi, J. L. (2012). A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla.: Uma análise sob a ótica do poder Público. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, v. 1(12), 89-98.

Oliveira, O. J. & Pinheiro, C. R. M. S. (2010). Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001: uma contribuição da área de gestão de pessoas. *Gest. Prod.*, São Carlos, V. 17(1), 51-61.

ONU. (2015). Recuperado em: <http://nacoesunidas.org/novo-estudo-da-onu-indica-que-mundo-tera-11-bilhoes-de-habitantes-em-2100/>. Acessado em 30 de Março, 2015.

Ostman, R. E., & Parker, J. L. (1987). Impacto of education, age, newspapers and TV on environmental knowledge, concerns and behaviors behaviors. *Journal of Environmental Education*, 19, 3-9.

Pagliuso, T. A.; Cardoso, R. & Spiegel, T. (2010). *Gestão organizacional*. São Paulo: Saraiva.

Pato, C. M. L. (2004). *Comportamento Ecológico: relações com valores pessoais e crenças ambientais*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília.

Peixoto, F. C. (2007). *Estudo do Comportamento Planejado na escolha da faculdade: Uma aplicação no contexto Itabirano*. Dissertação de Mestrado. Universidade FUMEC, Belo Horizonte, Brasil.

Petrocchi, M. (2009). *Turismo: Planejamento e gestão*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Pinheiro, L. V., Monteiro, D. L. C., Guerra, D. S. & Peñaloza, V. (2011). Transformando o discurso em prática: uma análise dos motivos e das preocupações que influenciam o comportamento pró-ambiental. *Rev. Adm. Mackenzie*, V.12(3), 83-113.

Pinto, M. R. (2007). A Teoria do Comportamento Planejado (TCP) e o Índice de Disposição de Adoção de Produtos e Serviços Baseados em Tecnologia (TRI): Uma interface possível?. *Revista Gestão e Tecnologia*, V.7(2), 1-13.

Pol, Enric. (2003). A gestão ambiental, novo desafio para a psicologia do desenvolvimento sustentável. *Estudos de Psicologia*, 8(2), 235-243.

Prajogo, D., Tang, A. K.Y. & Lai, KH. (2014). The diffusion of environmental management system and its effect on environmental management practices. *International Journal of Operations & Production Management*, V.34 (5),565-585.

Probio, Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira. (1999). *Diagnósticos e resultados do Workshop realizado em Porto Seguro/BA*. Disponível em: <http://www.bdt.org.br/workshop/costa>. Acesso em 30 de Nov. 2015

- Putnam, R. D. (1993). The prosperous community: social capital and public life. *American Prospect*, 13, 35-42.
- Putnam, R. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Qinghua Z., Yunting F. & Seok-Beom C. (2016). The role of customer relational governance in environmental and economic performance improvement through green supply chain management. *Journal of Cleaner Production*, In Press, Accepted Manuscript, Available online 5 March 2016.
- Queiroz, O., Vasconcelos, L. & Hirata, S. (2012). As áreas verdes no ambiente periurbano. *Ecologi@*, 6, 40-49.
- Quel, L. F. (2006). *Gestão de Conhecimento: e os desafios da complexidade nas organizações*. São Paulo: Saraiva.
- Rhodes R. (1997). *Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability*. Buckingham: Open University Press.
- Ribeiro, A.; Galhardo, M.; Marchi, L. & Imperatone, L. G. (2009). *Gestão Estratégica do Franchising: Como construir redes de franquias de sucesso*. São Paulo: Editora DVS.
- Richardson, R. J. (1985). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Richmond, L., Middleton, B. R., Gilmer, R., Grossman, Z., Janis, T., Lucero, S., Morgan, T. & Watson, A. (2013). Indigenous Studies Speaks to Environmental Management. *Environmental Management*, 52, 1041-1045.
- Robbins, S. P. (2005). *Comportamento organizacional*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Rocha, J.D. & Bursztyn, M. A. (2005). A importância da Participação Social na Sustentabilidade do desenvolvimento local. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, V.7(11), 45-52.
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L. & Jablonski, B. (1999). *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- Rodriguez, V. R. M. (2010). *Gestão empresarial: organizações que aprendem*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.
- Rogers, M.(1995). *Diffusion of Innovations*. (4th ed.). New York: The Free Press.
- Romero, C. B. A., Laroche, M., Aurup, G. M. & Ferraz, S. B. (2015). Aculturação de Atitudes e Comportamentos Pró-Ambientais: Um Estudo com Brasileiros Residentes no Canadá. *Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente –ENGEMA*, 30 de Nov a 01 de Dez, FEAUSP, São Paulo, Brasil.
- Rosenau, J. N. (2000). Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In: Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Ed. Unb , São Paulo: Imprensa Oficial do Estado,2000, cap.1, pp.11-46.

- Rossato, M. A. (2002). *Gestão do Conhecimento: a busca da humanização, transparência, socialização e valorização do intangível*. Rio de Janeiro: Interciência.
- Ruschmann, D. (1992). Turismo sustentado para preservação do patrimônio ambiental. *Turismo em Análise*. São Paulo, v.3(1), 42-50.
- Ruschmann, D. V. de M. (2008). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. (14ª ed.). Campinas: Papirus Editora, 195 p. (Coleção turismo).
- Ruiz, T. D. & Gândara, J. M. G. (2012). O planejamento urbano e a competitividade de destinos turísticos. In: *5º Congresso Latino-Americano de Investigação Turística*. São Paulo, pp.1-22.
- Sachs, I. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. (2a ed). Rio de Janeiro. RJ: Garamond.
- Sales, Â. J. S. (2012). *Atitudes Ambientais um diagnóstico para o uso sustentável dos recursos recifais*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.
- Santos, T. C. C. & Câmara, J. B. D. (2002). *Geo Brasil 2002: perspectivas do meio ambiente no Brasil*. Brasília, DF: Edições IBAMA.
- Santos, C. B. N., Souza, M. T. S. & Barbosa, R. J. (2006). Gestão Ambiental em Empreendimentos Hoteleiros: Análise de Práticas e de Resultados em um Estudo de Casos Múltiplos. *III Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. São Paulo, Brasil.
- Santos, D. O., Veiga, R. T. & Moura, L. R. C. (2010). Teoria do Comportamento Planejado Decomposto. *Organizações em contexto*, V.6(2), 78-106.
- Schenini, P. C., Lemos, R. N. & Silva, F. A. (2005). Sistema de Gestão Ambiental no Segmento hoteleiro. *II Seminário de Gestão de Negócios*, Paraná, Brasil.
- Schultz, P. W. (2001). The structure of environmental concern: concern for self, other people and the biosphere. *Journal of Environmental Psychology*, Thousand Oaks, CA, 21(4), 327-339.
- Schultz, P. W. (2002). Inclusion with nature. In: P. Schmuck & W. P. Schultz (Eds.), *Psychology of sustainable development* (pp.61-78). Norwell: Kluwer Academic Publishers.
- Schultz, P. W., Zelezny, L. C. & Dalrymple, N. J. (2000). A multinacional perspective on the relation between Judeo-Cristian religious beliefs and attitudes of environmental concern. *Environment & Behavior*, 32, 576-591.
- Sharifirad, G., Yarmohammadi, P., Azadbakht, L., Morowatisharifabad, M. A. & Hassanzadeh, A. (2013). Determinants of Fast Food Consumption among Iranian High School Students Based on Planned Behavior Theory. (2013). *Journal of Obsety*, V.2013, 1-7.
- Sharp, A. (1999). *A empresa na era do ser*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Schenini, P. C., Lemos, R. N. & Silva, F. A. (2005). Sistema de Gestão Ambiental no Segmento hoteleiro. *II Seminário de Gestão de Negócios*, Paraná, Brasil.

Silva, A. R. A. F. (2008). Sistema de Gestão Ambiental como estratégia empresarial do ramo hoteleiro. *Revista Produção*, 8(3), ___.

Silva, E. M., Jabbour, C. J. C. & Santos, F. C. A. (2009). Integrating environmental management and manufacturing strategy: an emerging competitive priority. *International Journal of Environmental Technology and Management*, 10 (3/4), 397-411.

Silva, J. C. G. F. & Sicsú, A. B. (2003). Produção mais limpa: uma ferramenta da gestão ambiental aplicada às empresas nacionais. *XII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, 23 a 24 de Out.

Silva, M. E. M. (2013). *Gestão sustentável da orla marítima em destinos turísticos costeiros: a percepção dos atores sociais*. 335 p. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Silva, P. V. (2007). *Planejamento participativo integrado – Uma proposta para o turismo: o caso da Baía do Córrego Fundo*. Aquidauana-MS. Dissertação de Mestrado, UFMT, Aquidauana, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Silva, R. R. S & Biondi, D. (2012). Fatores motivacionais à visitação de áreas verdes- estudo de caso: Jardim Botânico de Curitiba, Paraná, Brasil. *Revista Geografar*, 7(2), 26-42.

Silva, T. S., Gomide, C. S., Lima, A. A. T. F. C., Fonseca, F. J., Roque, D. M. & Martins, A. F. H. (2014). Atitudes, Normas Subjetivas e Controle Comportamental Percebido de uma população universitária em relação ao consumo de água: Análise à luz da Teoria do Comportamento Planejado (TPB). *XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária (CIGU)*, 3, 4 e 5 de Dezembro. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Silveira, M. O. & Maia, M. L. A. (2013). Comportamento e uso de bicicleta. *XXVII ANPET*, 04 e 08 de Setembro. Belém do Pará, Pará, Brasil.

SIMRPPN – Sistema Informatizado de Monitoramento de RPPN. *Mata Estrela*. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/308/>. Acesso em: 24 de Maio 2016.

Smith, R. A. (1992). Beach Resort evolution: Implications for Planning. *Annals of Tourism Research*, V.19, 304-322.

Soares, A. M. C. (2013). *Gestão ambiental no turismo: uma análise dos impactos ambientais nos atrativos turísticos naturais de Baía Formosa/RN*. Monografia (Graduação em turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

Soares, A. M. F, Fontona, M. E. & Morais, D. C. (2014). Sistema de Gestão Ambiental: um estudo de caso da implantação do controle operacional no Beneficiamento de areia em uma indústria de fundições. *REGET*, V.8(3), 1179-1199.

Soares, N. S. (2006). *Educação transdisciplinar e a arte de aprender: a pedagogia do autoconhecimento para o desenvolvimento humano*. Salvador: EDUFBA,

Sousa, A. (1990). *Introdução à Gestão: Uma abordagem sistêmica*. Ed. Verbo.

Sousa, A. A., Sanches, S. P. & Ferreira, M. A. G. (?). Atitudes com relação ao uso de bicicleta – Um estudo piloto. Recuperado em:

http://www.anpet.org.br/ssat/interface/content/autor/trabalhos/publicacao/2013/127_AC.pdf. Acesso em: 26 de Abril 2016.

Sous@sLanHouse. (2013). Prefeitura realiza mutirão para realizar a limpeza das praias urbanas. Recuperado em 07 de Março, 2017, de: <http://sousalanhouse.blogspot.com.br/2013/06/07062013-prefeitura-realiza-mutirao.html#more>.

Souza, J. A. B. (2012). *Gestão Ambiental e Competitividade em destinos turísticos: Percepção dos gestores de pequenos meios de hospedagem de Natal/RN sobre o uso das práticas ambientais como fator competitivo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Steel, B. S. (1996). Thinking globally and acting locally? Environmental attitudes, behaviour and activism. *Journal of Environmental Management*, V.47, 27-36.

Stronza, A., & Gordillo, J. (2008). Community views of ecotourism. *Annals of Tourism Research*, 35, 448-468.

Straub, D. W. & Watson, R. T. (2001). Research Commentary: Transformational Issues in Research IS and Net-Enabled Organizations. *Information Systems Research*, V.12(4), 337-345.

Tang, M., Fouad, N. A., & Smith, P. L. (1999). Asian Americans' career choices: A path model to examine factors influencing their career choices. *Journal of Vocational Behavior*, 54, 142-157.

Taylor, S. & Todd, P.A. (1995). Understanding Information Technology Usage: A Test of Competing Models. *Information Systems Research*, V.6 (2), 144-176.

Terra, J. C. C. & Gordon, C. (2011). *Portais Corporativos: a revolução na Gestão do Conhecimento*. São Paulo: Negócio Editora.

Tuan, Yi-Fu. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

Thompson, S.C. G. & Barton, M.A. (1994). Ecocentric and anthropocentric attitudes toward the environment. *Journal of Environmental Psychology*. V.14,149-157.

Turaga, R. M., Howarth, R. B. & Borsuk, M. E. (2010). Pro-environmental behavior Rational choice meets moral motivation. *Annals of the New York Academy of Sciences*, V.1185, 211-224.

UICN-União Internacional para a Conservação da Natureza. (2012). *Salvar a rede da vida*. Disponível em: <https://www.iucn.org/node/11296>. Acessado em 17 de Abril, 2017.

Valls, J. F. *Gestão Integral de destinos turísticos sustentáveis*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Van Hooft, E. A. J., & De Jong, M. (2009). Predicting job seeking for temporary employment using the theory of planned behaviour: The moderating role of individualismo and collectivism. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 82, 295-316.

Vasconcelos, F. P & Coriolano, L. N. (2008). Impactos socioambientais no litoral: um foco no turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no estado do Ceará/Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, V8 (2), 259-275.

Vieira, K. F. (2014). *Apoio dos residentes no processo de gestão de projetos turísticos: um estudo dos vales em Sousa/PB*. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, 116f.

Vignati, F. (2012). *Gestão de Destinos Turísticos: como atrair pessoas, polos, cidades e países*. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio de Janeiro.

Virgínio, D. F. (2015). *Trilhas da microrregião do litoral sul/RN: mapeamento e potencialidades*. Natal: IFRN.

Voivodic, R. A. A. (2007). *Gestão Ambiental e gerenciamento costeiro integrado no Brasil: uma análise do Projeto Orla em Cabo Frio – RJ*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Walker, A. J. & Ryan, R. L. (2008). Place attachment and landscape preservation in rural New England: a maine case study. *Landscape and Urban Planning*, 86 (2), 141-152.

Wanberg, C. R., Glomb, T. M., Song, Z., & Sorenson, S. (2005). Job-search persistence during unemployment: A 10-wave longitudinal study. *Journal of Applied Psychology*, 90, 411–430.

WWI-Worldwatch Institute. (2013). *O estado do mundo 2013*. Salvador, BA: UMA Editora. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/EstadodoMundo2013web.pdf>. Acessado em 17 de Abril 2017.

WTOEC- World Tourism Organization Education Council. (2002). *Tourism Destination Management Think Tank*. Madri: WTO.

Yang, M. G. M., Hong, H. & Modi, S. B. (2011). Impact of lean manufacturing and environmental management on business performance: An empirical study of manufacturing firms. *Int. J. Production Economics*, 129, 251–261.

APÊNDICE A
Modelagem dos Fatores que Afetam o Comportamento Ambiental de Residentes em
Destinos Turísticos Costeiros

Indique seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

<i>Atitude Pró-Ambiental</i>	Discordo plenamente					Concordo plenamente					
Eu acho muito importante realizar ações para proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Proteger o meio ambiente gera uma sensação de bem-estar na pessoa	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Eu acho uma boa ideia realizar ações para proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Ajudar a proteger o meio ambiente, me trará destaque em Baía Formosa	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Eu gosto da ideia de realizar ações para proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Proteger o meio ambiente significa ser uma pessoa mais evoluída	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Proteger o meio ambiente melhora o ambiente de Baía Formosa	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]

<i>Normas Subjetivas</i>	Discordo plenamente					Concordo plenamente					
As pessoas que são importantes para mim, acham que seria importante eu proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
As pessoas que influenciam minhas decisões, acham que seria importante eu proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
As pessoas cujas opiniões eu valorizo, acham que seria importante eu proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
No meu círculo de amizade, as pessoas acham que seria importante eu proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Meus vizinhos acham que seria importante eu proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Meus familiares acham que seria importante eu proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]

Controle Percebido	Discordo plenamente					Concordo plenamente					
Eu tenho capacidade para ajudar a proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Eu tenho conhecimento para ajudar a proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Realizar ações para proteger o meio ambiente está sob o meu controle.	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Se eu quiser, posso proteger melhor o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Só depende de mim realizar ações para proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Não preciso de qualquer ação da prefeitura para proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]

Intenção Pró-Ambiental	Discordo plenamente					Concordo plenamente					
Eu tenho vontade de ajudar a proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Eu pretendo aumentar minhas ações para proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Se for possível, vou melhorar minhas ações para proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Eu pretendo economizar água em minha casa	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Eu pretendo economizar energia elétrica em minha casa	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Em casa, eu pretendo separar o lixo em reciclável e não reciclável	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Em casa, eu pretendo reutilizar elementos que iriam para o lixo	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]

Apego ao Lugar	Discordo plenamente					Concordo plenamente					
Tudo que eu preciso, encontro aqui em Baia Formosa	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Dependo de Baia Formosa para viver	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Baia Formosa significa muito para mim.	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Possuo um grande apego à Baia Formosa	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Sinto Baia Formosa como uma parte de mim.	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Me identifico fortemente com Baia Formosa	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Estou muito satisfeito em morar em Baia Formosa	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]

Comportamento Pró-Ambiental	Discordo plenamente					Concordo plenamente					
Eu considero que realizo ações para proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Sempre quando há condições, eu procuro ajudar a proteger o meio ambiente	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Eu procuro economizar água em minha casa	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Eu procuro economizar energia elétrica em minha casa	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Em casa, eu faço a separação do lixo em reciclável e não reciclável	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Em casa, eu procuro reutilizar algum elemento que iria para o lixo	[0]	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]

Perfil:

Gênero: Masculino Feminino

Faixa Etária: < 20anos 21-30 31-40 41-50 >50 anos

Renda Familiar Mensal: < 937,00 938,00 – 4.685,00 4.686,00 - 9.370,00 > 9.370,00

Estado Civil: Solteiro(a) Casado(a) Separado(a) Viúvo(a) Outro: _____

Grau de Escolaridade

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

Pós-graduação incompleta

Pós-graduação completa

APÊNDICE B**Instrumento Qualitativo**

Este questionário de objetivo de verificar o Comportamento Ambiental de Residentes em Baia Formosa/RN.

1. Em sua opinião, o que é proteger o meio ambiente?

2. Quais as ações que você acha importante para proteger o meio ambiente?

3. Quais as vantagens para Baia Formosa, se os residentes executassem ações de proteção ao meio ambiente?

4. E quais as desvantagens?

5. Por favor, liste ações que você entende que poderiam ser consideradas como condutas de proteção ambiental realizadas pelos residentes, aqui em Baia Formosa.

6. Por favor, liste qualquer fator ou circunstância que você julga que **ajudaria ou permitiria** que os residentes realizassem ações de proteção ambiental em Baia Formosa?

7. Por favor, liste qualquer fator ou circunstância que você julga que **dificultaria** que os residentes efetuassem ações de proteção ambiental em Baia Formosa?

8. Por favor, liste os indivíduos ou grupos que você julga que **aprovariam** se você praticasse ações que visassem à proteção do meio ambiente?

9. Por favor, liste os indivíduos ou grupos que você julga que **desaprovariam** se você praticasse ações que visassem à proteção do meio ambiente?

Dados pessoais:

Gênero: Masculino Feminino

Estado civil: Solteiro Casado Divorciado Outros _____

Idade: 18 a 25 anos 26 a 35 anos 36 a 50 anos 51 a 65 anos Acima de 65 anos

Escolaridade: Sem instrução formal Ensino Fundamental Ensino Médio Ensino Superior Pós-graduado.

Ocupação: Funcionário de emp. Privada. Estudante Desempregado Aposentado Autônomo Servidor Público

Outros: _____